

TURISMOS E LAZERES

COLECTÂNEA DE ARTIGOS

ESTUDOS PARA O PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO

45

CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

UNIVERSIDADE DE LISBOA

1996

Título: TURISMOS E LAZERES

Coordenação: Carminda Cavaco

Capa e Maquetização: Joaquim Seixas

Depósito Legal: 100195-96

ISBN: 972-636-112-5

Reprodução e encadernação: David Barreira

Lisboa, Maio 1996

SUMÁRIO

TURISMOS DE ONTEM E DE HOJE. REALIDADES E MITOS Carminda Cavaco	1
TURISMO SOCIAL, UMA APROXIMAÇÃO AO CASO PORTUGUÊS Rui Marvanejo	14
DINÂMICAS DO TURISMO E SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL José Rafael Sirgado	25
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, OFERTA DE SERVIÇOS DE TURISMO E LAZER E IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL Teresa Alves e José Manuel Simões	40
TURISMO, PATRIMÓNIO E CIDADE: DA REVITALIZAÇÃO URBANA AO RISCO DE MANIPULAÇÃO DAS PAISAGENS Eduardo Brito Henriques	54
FOLCLORE, TURISMO E IDENTIDADE LOCAL NO RIBATEJO NORTE José Rafael Sirgado	66
TURISMO E AMBIENTE. REFLEXÕES GERAIS Carminda Cavaco	81
TURISMO E AMBIENTE EM PORTUGAL. TENDÊNCIA E PERSPECTIVAS José Rafael Sirgado	96
DA QUINTA DE QUARTEIRA À VILA MOURA Carminda Cavaco	99

1. TURISMOS DE ONTEM E DE HOJE: REALIDADES E MITOS

Carmina Cavaco *

1. Férias e viagens: um direito e uma necessidade

Vão longe os tempos em que falar de turismo parecia pouco sério, pouco prestigiante, pois traduzia interesse por algo tido como futilidade. No quadro da religião e do culto do trabalho, só este poderia ser razão essencial do viver de cada um. Não queremos, no entanto, afirmar que esta perspectiva não seja ainda, e ironicamente, comum. E ironicamente porquê? Porque, na verdade, o trabalho se tornou escasso, reservado apenas a alguns; não se trabalha para produzir mas produz-se para trabalhar, criar emprego, numa aversão doentia ao ócio forçado, lembra Krippendorf (1987, p. 28).

Foi aliás muito comum, entre uma elite não disposta a repartir os seus privilégios, a ideia do turista como um viajante ocioso, algo ingénuo e crédulo, que viaja apenas por prazer e snobismo, nómada e gregário, apressado e superficial, sempre de passagem, que invade, circula mas não permanece, curioso e intruso, inoportuno, indiscreto, exibicionista, influenciado por modas ...

Tudo isto justificava despresos, oposições mais ou menos passivas, hostilidades latentes ou abertas, por parte das populações sedentárias e dos próprios turistas, muito antes da democratização das férias (1936) e das viagens distantes, do turismo de massa e dos consequentes choques de culturas. Assim sucedia desde o início do século XIX na Europa ocidental e em particular na França, Suíça e Itália, perante os jovens turistas ingleses em busca de educação e cultura.

Em oposição ao veraneante e ao viajante, ser turista foi claramente tido como pejorativo, motivo de complexos, independentemente da vontade de ver, conhecer, compreender, enriquecer experiências de vida, contactar com outras populações e outras culturas desconhecidas ... No fundo, e ainda hoje, “fazer turismo seduz ..., ser turista envergonha” (J. Didier Urbain, 1993).

Nas sociedades modernas e industriais afirmou-se, todavia, o modelo existencial trabalho/residência - recreio/viagens, bem como os movimentos pendulares entre o quotidiano e o antiquotidiano, pela desumanização do quotidiano: do trabalho, da

* Oração de Sapiência, Universidade Internacional, Jan. 1996

habitação e do quadro e dos ritmos de vida. Tomou-se consciência do direito a tempos livres e a férias, reservados antes a grupos privilegiados.

“Outrora, segundo o ritmo tradicional que remonta ao fundo dos tempos, o trabalho faltava ao homem, mas o homem, demasiado feliz de encontrar uma ocupação para os seus braços, uma alimentação para o seu corpo, não faltava ao trabalho.” (J. Fourastie, 1970, p.19). Porém, face aos ritmos modernos do trabalho, foi o tempo livre que ganhou novos significados: “basta ter trabalhado em tarefas monótonas numa empresa algo importante para conhecer esta espécie de embriaguês que invade cada assalariado na sexta feira à tarde, quando alcança o passeio uma vez atravessada a porta de saída, ao pensar nesta fatia de tempo que tem diante de si e que vai poder organizar ao seu gosto, segundo a sua vocação, a sua fantasia ou as suas necessidades (G. Hourdin, 1961, p. 53).

“A sociedade humana, outrora tão sedentária, pôs-se em movimentação. Hoje uma mobilidade apressada domina a maior parte dos habitantes das nações industriais. Aproveitam-se todas as ocasiões para partir, para fugir ao quotidiano, tantas vezes quanto possível. Curtas escapadelas, durante a semana ou ao fim de semana, longas viagens durante as férias. Para a velhice, nenhum sonho conta mais que o de um outro domicílio. Sobretudo, não ficar em casa: partir a qualquer preço! (J. Krippendorf, 1987, p. 9).

Com o progresso técnico e económico verificou-se, com efeito, a redução do tempo de actividade, diária, semanal, anual e durante a vida, com entrada tardia no mercado de trabalho e saída deste ainda com boa saúde física (reformas; acréscimo da esperança de vida), a par dos aumentos dos rendimentos, da distribuição mais igualitária da riqueza (valorizando o trabalho face ao capital e atenuando as grandes assimetrias de salários), com aparecimento duma nova classe média, do aumento da mobilidade espacial (o automóvel, mas também o avião e os comboios rápidos) e da procura turística de férias entre a população activa, tanto no país (multiplicação de férias curtas ou fins de semana alargados) como no estrangeiro (alongamento das férias anuais; segmentação das mesmas), entre a população activa. Mas verificaram-se também aumentos consideráveis da procura de viagens recreativas por parte dos jovens e dos reformados, pouco condicionados pela disponibilidade de tempo livre mas muito sensíveis aos seus custos.

A elasticidade da procura turística relativamente ao rendimento disponível é muito elevada, salvo para rendimentos muito altos, em relação aos quais há substituição do seu consumo por outros consumos mais prestigiantes, e para rendimentos baixos,

com outras necessidades primárias a satisfazer (conforto, saúde, cultura e até mesmo melhorias na alimentação). Certos autores valorizam a determinação do limiar mínimo de rendimentos/poupança para que haja partidas em férias e a adaptação dos preços da oferta aos rendimentos disponíveis: duração das estadias, proximidade ou afastamento dos destinos, contração das despesas de alojamento e alimentação, diminuição das compras, sobretudo dos souvenirs.

Há a acrescer a estes factores permissivos outros mais incitativos, como a urbanização, a necessidade de evasão e fuga à grande cidade, ao mundo da residência e do trabalho, a multiplicação de contactos por razões profissionais e comerciais, o aumento do nível de educação, curiosidade, desejo de experimentação de novos produtos, de visita de novos lugares, de encontro com novas pessoas e, ainda, a abundância de fluxos de informação, em particular a informação audiovisual, convidando à viagem, e por fim, a emergência dum novo sinal de reconhecimento social, gerando efeitos de imitação e assimilação de modelos de consumo prestigiantes: “as férias conforme a moda passam do campo dos desejos ao das necessidades indispensáveis, que é preciso satisfazer a qualquer preço para não ficar à margem do seu grupo social”, na concretização deste ritual está, porém, frequentemente ausente o desejo de novas descobertas e de aprender qualquer coisa.

Fala-se do ciclo de reconstituição do ser humano, da necessidade de recompor as suas forças físicas e mentais, como se a vida pudesse ser recuperada em algumas semanas de férias e em alguns fins-de-semana, num recomeço perpétuo, numa repetição sistemática ... Trabalhar para poder ter férias e ter férias para poder recomeçar o trabalho; repousar-se para poder trabalhar mais e melhor ... Fugir do quotidiano para sentir a necessidade de voltar à segurança da sua estabilidade e rotina. Partir para voltar ... Será que se o turismo não existisse, seria preciso construir clínicas e sanatórios onde o ser humano se recomporia da fadiga do seu quotidiano, interroga-se J. Krippendorf (1987, p. 12)?

O tempo livre e a diversidade das formas de o ocupar deverá ainda compensar o fracasso e as decepções da vida profissional (automatismos dependentes) ou de ausência dela, para os marginalizados e excluídos e por isso sentindo-se inúteis, com os problemas que se lhes associam (depressão, droga, seitas, posições extremistas, criminalidade): de facto e neste caso, estamos perante tempo livre sem sentido e sem valor próprio, porque não derivado e ao serviço do tempo de trabalho.

O tempo livre e a sua ocupação deverá também compensar a mediocridade do

bem estar e da qualidade de vida nos dormitórios das grandes metrópoles, em termos materiais, ambientais, sociais, culturais e recreativos, do corpo e do espírito (ritmos acelerados, barulho, stress, monotonia, isolamento individual), mesmo se é preciso sujeitar-se a longas esperas em filas enormes de trânsito e outras, a tratamentos impessoais, a multidões anónimas disputando egoisticamente o mesmo espaço e as mesmas imagens, a ambientes degradados em termos ecológicos e até inseguros, em termos sociais, a alojamentos homogéneos e medíocres, a programas estandardizados, a desconfianças e rejeições da parte das populações autóctonas visitadas ou mesmo invadidas e “colonizadas”.

As férias, a mobilidade e as viagens foram-se tornando conquistas sociais. A viagem impôs-se como norma social de prestígio. Cresceu o mito da viagem, em oposição à fidelidade e constância na escolha dos lugares de férias e à integração como visitante sazonal nas comunidades locais e nas dos visitantes (residências secundárias e de turismo). Não interessa tanto o que se pretende fazer nas férias mas para onde se pensa ir, e se possível para muito longe, como se a distância e o exótico assegurassem o êxito da fuga à vida banal e fatigante de todos os dias e a afirmação do status social (originalidade, custo) ou fossem por si só motivo de satisfação plena. E isto, apesar da fadiga e do vazio de muitas das viagens, sobretudo das “industrializadas” pelas agências de viagem, que J. Krippendorf compara a “bolas de sabão que rebentam sem deixar traços”, para além de colecções de banais souvenirs ... Sempre na lógica de que o *ter* é mais importante do que o *ser*...

As viagens são pensadas e sonhadas mas raramente preparadas com seriedade (sonhos prefabricados pela publicidade!), tanto mais que muitos turistas nunca aprenderam a viajar, não foram educados para ser turistas, não foram formados para este novo tipo de mobilidade, estudaram pouco a História e quase nada a Geografia. Não aprenderam a observar, descobrir, conhecer, respeitar, preservar, melhorar e valorizar devidamente os seus patrimónios naturais e culturais, muito menos os alheios.

“Milhões de pessoas ignorantes viajam pelo mundo. Dirigem-se a países, regiões, paisagens e civilizações particularmente sensíveis, sem a menor preparação, sem saber quais são os efeitos do turismo e sem estarem realmente dispostos a compreender os habitantes das regiões visitadas(...). Que se pode esperar dum turista cujos preparativos se limitaram à compra do óleo solar ou de comprimidos contra a malária” (J. Krippendorf, 1987, p.225).

Na base das partidas está muito mais o quebrar com a rotina do quotidiano do

que o interesse pelas regiões e populações visitadas, muito mais a mudança de *decór* do que a especificidade de qualquer destino, com as suas paisagens, a sua gente, o seu património, a sua cultura e os seus modos de vida ... Por isso, para a maioria dos turistas os destinos são relativamente trocáveis entre si, desde que garantam os padrões habituais de conforto material, segurança mínima e sol, areia, mar, neve e encostas para skiar, etc. Os destinos são secundários, quase acessórios.

J. Krippendorf (1987, pp. 45-59) lembra-nos que da viagem se espera muito, inclusive a festa, a felicidade.

- Espera-se o repouso, a recuperação física e psíquica, o recarregar das baterias para continuar o trabalho e a vida em família ...

- Espera-se fazer e viver outra coisa, a compensação da absorção pelo trabalho, a libertação relativamente ao trabalho e à própria sociedade, quando não também à família, a diminuição de tensões e stresses ...

- A viagem é a fuga, a evasão da prisão criada pelo universo industrial e urbano, fuga para um reino imaginário de liberdade, uma terra prometida. Fuga também ao clima (frio, neve, chuva, ausência de sol), mas fuga sobretudo a si-próprio e à responsabilidade de mudar o seu quotidiano, no sentido de tornar desnecessária a fuga.

- A viagem é a oportunidade para outros contactos e o fazer de novos conhecimentos, compensadores do anonimato e da ausência de relações humanas não superficiais no quotidiano ... Contactos inclusive no quadro dos amigos e da própria família - ocasião de redescoberta da família - mas, sobretudo, contactos no quadro dos grupos em férias que seguem o mesmo movimento de “transumância estival”, a comunidade das férias, e muito acessoriamente as comunidades das regiões visitadas.

- A viagem é também a oportunidade para o alargar de horizontes, de conhecimentos, de saberes, a oportunidade de ver mais Mundo, de compreender melhor a evolução dos homens em sociedade, os seus sistemas políticos, os seus níveis de desenvolvimento, os padrões de comportamento, os sistemas de valores.

- A viagem é ainda a possibilidade de se sentir totalmente livre, de poder dispor de si-próprio, sem obrigações, sem horários, sem regras ... sem as regras do trabalho e sem as regras da vida doméstica, de reflectir sobre si-próprio, de se conhecer melhor, e mesmo a liberdade de se deixar passiva e indolentemente conduzir pelos organizadores da própria viagem.

A viagem é a possibilidade de “dar uma realidade à alegria de viver e de se sentir feliz; na viagem cada um projecta muitos dos seus desejos e sonhos e procura ajustá-los

às realidades vividas.

Convém ter presente que as motivações e comportamentos dominantes dos turistas são sempre egoístas, tanto no turismo balnear, de montanha, cultural, desportivo, religioso e de saúde, como no turismo verde, rural ou ecológico, no de aventura ou no próprio turismo étnico (regresso às raízes).

É certo que, como referimos atrás, muitas viagens foram objecto de industrialização, massificação e mesmo alienação. Alguns autores criticam que o turista olha apenas superficialmente para o país que visita, explorando-o somente com o olho da sua máquina fotográfica, insensível ao autêntico, e permanecendo no universo artificial do típico e das fotografias. J. Didier Urbain (1983, p. 104) recorda, porém, que o turista multiplicou os seus olhares sobre o mundo no contexto de uma mobilidade do tempo de férias mais variada do que nunca e o que “o olhar é um espaço de liberdade”.

O turismo não será, assim, a massificação degradante da viagem, antes a generalização de um modo de conhecimento. Tal como a viagem, o turismo permite a descoberta do mundo desconhecido, a revelação do diferente e do exótico, aventura, fantasia, imprevisto, e também risco e desilusão, face à literatura e ao marketing e face à banalização, trivialização, do mundo.

2. Da massificação e banalização de ambientes e comportamentos turísticos à inovação nos destinos, nas práticas e nos valores

Verificou-se porém a massificação das férias, e depois a das férias móveis - turismo - mesmo se as deslocações e as viagens não são necessariamente satisfatórias nos domínios económico, ecológico, social e psicológico. Esta massificação é todavia limitada aos países desenvolvidos, em termos de partidas e, também largamente, em termos de destinos. O turismo está, na verdade, longe de se tornar um factor de globalização e cosmopolitismo das comunidades mais ou menos tradicionais de grande parte do mundo. Mobilidade, férias, viagens ... não mais reservadas apenas a alguns grupos sociais, antes partilhadas por uma larga maioria da população, mas apenas em alguns países do mundo ocidental.

Com a democratização do turismo veio a sua industrialização, artificializando-se ambientes e comportamentos. “O espaço é transformado em cenário para o espectáculo para uma multidão amorfa, através da criação de uma série de actividades que conduzem à passividade, produzindo a ilusão da evasão ... O real é metamorfozido, transfigurado, para seduzir e fascinar, lembra Ana Fani A. Carlos (1995), que a propósito duma sua viagem a Honolulu (Hawaii) acrescenta: “Em Honolulu tudo é muito bem planeado, o que dá a sensação que se é um actor participando num filme (...). Ao caminhar-se, particularmente pela área dos hotéis, na praia de Waikiki, reforça-se esta sensação. Os hotéis, uns ao lado dos outros, como grandes torres fincadas no chão, têm lobies que se comunicam, pontuados por belíssimos (mas falsos) jardins tropicais, absolutamente simétricos, sem uma única folha caída no chão, sem nem tão pouco folhas amareladas, fontes de água corrente, lagos com peixes coloridos, tochas, aleias serpenteadas por belos gramados de todos os tamanhos, poltronas confortáveis e bancos colocados estrategicamente e, evidentemente, muitas lojas. Tudo muito limpo (...). À praia não se chegava de qualquer ponto. Também não se podia andar livremente pela areia (...). As surpresas não param aí. O pôr do sol reservou-nos um espectáculo à parte, não tanto pela sua beleza (...), mas como se estivéssemos prontos para ir ao cinema, as pessoas iam chegando, sentavam-se na areia, obviamente com suas máquinas fotográficas ou de filmar, absolutamente indispensáveis (...), esperando silenciosamente o pôr do sol. Quando este se põe é como se o filme tivesse acabado, pois todos se levantam e saem da praia, formando um fluxo que se assemelha à saída do cinema (...). Em alguns momentos existe a sensação de que as pessoas vão aplaudir”.

E mais adiante, a propósito dos comportamentos: “o turista assume uma postura passiva, deixa acontecer e deixa-se levar por um programa pelas mãos seguras de um guia. Os pacotes turísticos têm um papel importante, pois homogeneizam o comportamento, direccionam a escolha, tratando o turista como mero consumidor, delimitam hora, lugar, o que deve ser visto e o que não deve, além do tempo destinado a cada atracção, num incessante Veja tudo depressa para dizer que viu tudo, registre e fotografe (...). Os chamados horários livres acabam sendo dispendidos em actividades programadas pelas agências com custos extras (...). Tudo programado nos mínimos detalhes, no tempo e no espaço”, sem lugar para criatividade e iniciativa pessoal (...).

A indústria turística impõe uma nova racionalidade, que não é diferente da imposta ao processo de trabalho na fábrica. Por sua vez, o turista acostumado a uma rotina massacrante no seu quotidiano, vê sufocar-se um desejo que nem se esboçou, aquele de experimentar, que permite a descoberta dos lugares como descoberta da vida (...). A viagem cronometrada torna-se travessia, toda ela percurso, é preciso pôr-se em movimento para não perder nada. A *flanerie*, os passos lentos, os olhares perdidos não cabem. Tudo é diferente e ao mesmo tempo sempre igual (...). O contemplar uma fachada ou uma criança brincando pode levar o turista a perder o onibus (...).

O tempo de não trabalhar (...) domina a economia porque é tempo de consumo (...). O lazer produz a mesma rotina massacrante, controlada e vigiada do trabalho, sob diferentes formas e em lugares diferentes (...). Os dias de viagem seguem-se sempre dentro da mesma rotina, numa programação impecável, os dias sempre iguais mesmo se os lugares são diferentes, porque o tempo reduzido e a forma do seu uso impedem que as especificidades dos lugares, na sua diferença, aflorem (...).

O turismo cria ilusões e lugares imaginários que não se conhecerá jamais, pois o tempo de uma viagem turística impede qualquer contacto (...). O olhar viaja através da paisagem sem nada efectivamente notar, sem nada observar, conhecer: lugares acépticos, sem cheiro, sem vida, miragens fugidias que se sucedem num fluxo de informação, que se embaralham pelo excesso, pela diversidade, porque não são vividas, vivenciadas, vêm de fora para dentro. Daí o esquecimento ... Dentro de poucos anos cada lugar visitado virou apenas um nome”.

Subestima-se a capacidade dos turistas, a sua inteligência, as suas curiosidades, as suas possibilidades de descoberta, de se perder e observar. É assim que Pierre Gouirand (1992, p. 503) admite que “precisamos talvez de reaprender a viajar. Não aceitar mais ser amontoado numa sala de espera de aeroporto e depois num avião. Antes

aprender a renunciar do que aproveitar mal ou utilizar mal tudo o que o mundo põe à nossa disposição, compreender que viajar não é fazer quilómetros e que o conhecimento dos outros não se mede pelo número de países visitados. Mas quem está pronto para renunciar às suas férias”?

Outro campo não menos significativo da massificação do turismo tem a ver com a pressão da concentração espacial da oferta (facilidades de transporte, concentração de alojamentos e restauração, prestígio dos lugares), com os seus efeitos de degradação do meio, natural, construído e social, e de desaparecimento dos lugares como espaços de vida. As capacidades de carga físicas e socioculturais são difíceis de avaliar, subjectivas e dinâmicas, bem como os graus de saturação observados. Porém, já começou a generalizar-se o receio dos excessos de turismo, e não apenas entre os grupos privilegiados de outrora, em função de valores ambientais, de não escravatura a valores materiais e ao consumismo, de qualidade de vida, de conservação de espaços naturais, paisagens tradicionais e autenticidade cultural, de economias de energia (consumos das viagens de avião e de automóvel, sobretudo aquando dos grandes engarrafamentos), da não dependência económica perante as áreas emissoras de turistas (empresas e consumidores), em particular dos países menos desenvolvidos (galinha de ovos de ouro?), da perda de autodeterminação, da tendência ao aparecimento de grupos marginais, nomeadamente associados à prostituição e à mendicidade infantil, bem como de manifestações de oposição ao turismo, sobretudo ao turismo externo, internacional, e nos casos de grande concentração sazonal: barulho, poluição, inflação, agitação, especulação fundiária e imobiliária, comportamentos abusivos ou tidos por amorais e não exemplares, nos gestos, no falar, no vestir, no estar, no relacionar-se

Paralelamente, afirmam-se reacções à manipulação da procura por parte do sector das agências de viagem (transporte, alojamento, alimentação), responsável pela criação da oferta e da própria procura, sobretudo as maiores empresas (concentração estrutural, marketing, difusão de informação, quotas de mercado), pela afirmação temporal de modas e correspondentes ciclos de vida curtos para os produtos turísticos e seus espaços de localização, o que tem efeitos negativos em termos de amortização apressada dos vultosos investimentos (grandes capacidades, para as pontas da procura), bem como nas opções por unidades polivalentes e até mesmo por equipamentos territorialmente livres (casas móveis, caravanas).

Reacções também a estas formas de viajar e de viver as férias. Viagens individualizadas ou em pequenos grupos, livres, calmas, intensivas, sedentárias e

devidamente preparadas, longe dos grandes fluxos, com motivações mais activas, diversificadas e estimulantes, objectivos ousados e ambiciosos, contactos com as populações locais na base da compreensão, do respeito mútuo e até da amizade, em busca de novas experiências, ensinamentos e ordens de valores relativisantes, à descoberta de novos destinos, do campo e da montanha, ou de espaços isolados, longínquos e inexplorados, como o Ártico a pé, o Sahara em jeep, a Gronelândia de trenó, a escalada do Everest, a África vivendo em aldeias indígenas ou observando os animais...

Enfim, “viagens exclusivas, a preços exclusivos, para pessoas exclusivas (J. Krippendorf, 1987, p. 75). Mas também turismos alternativos, sustentáveis económica, social, cultural e ecologicamente, do ponto de vista das regiões de acolhimento e do ponto de vista dos próprios turistas. E responsabilização, educação e formação ética dos turistas, quando da sua presença, traduzida no respeito pelos territórios e populações visitadas (patrimónios, culturas, sistemas de valores), e formação destas últimas no sentido de favorecer a sua dignificação face aos visitantes e aos actores da “indústria” turística e de defender e promover evoluções harmoniosas e equilibradas.

Além disto, menores necessidades de evasão do quotidiano pela harmonização das condições de trabalho, dos quadros, ritmos e estilos de vida, e uma maior racionalização dos valores civilizacionais e das próprias viagens, com reduções das distâncias dos espaços de recreio e turismo e dispersão dos mesmos, a escalas mais regionais que globais.

Estas escalas permitem economias de energia, redução dos custos e do cansaço das deslocações, maior fidelidade quanto aos destinos e reencontros regulares e potencialmente amigos com a população residente e com outros turistas, que decidem da mesma maneira, como sucedia outrora com o veraneio e como o desejam frequentemente as crianças e os mais idosos. Atenda-se às tendências da diminuição dos níveis dos rendimentos reais, nomeadamente por efeito do desemprego, do envelhecimento (afirmação do turismo dos equinócios), da redução do valor efectivo das reformas e da assistência, nomeadamente em termos de rendimento mínimo, a par da valorização e enriquecimento crescente do tempo livre (semanal, anual, ao longo da vida) e da afirmação de novos ideais de vida.

Alguns autores valorizam, entre as modalidades de turismo de hoje que estão em expansão, o turismo profissional (congressos, colóquios, estágios, viagens de estudos) e o de negócios (feiras e mostras), ambos a tempo parcial, o turismo ligado à música

(cruzeiros musicais, estadas wagnerianas em Bayreuth e mosartianas em Salsburgo), o turismo marginal e pobre dos excluídos do mundo ocidental para o Oriente (Nepal, Índia), o turismo educativo dos estudantes dos diferentes níveis (classes verdes; mobilidade interinstitucional), o turismo activo e mais ainda o turismo ambiental ... que testemunham mudanças de motivações e expectativas para as viagens, por parte de turistas sempre mais críticos e exigentes, quanto à qualidade global, além de mais experientes, instruídos e informados. Integram-se em tendências gerais da procura, que vão no sentido da sua diferenciação, da especialização e segmentação dos mercados, da difusão espacial, dos estímulos à criatividade libertadora, da própria reorganização dos pacotes turísticos (produtos modulados e maior liberdade individual), da moderação dos consumos dos recursos turísticos (sustentabilidade), a perspectiva passando do curto para o longo prazo. Outros autores apenas fazem ressaltar o turismo de natureza (verde; ecológico), o turismo cultural, que inclui o turismo histórico, e o turismo étnico (meio rural; folclore).

Em suma, observa-se hoje claramente uma maior atenção por novas formas de turismo, mais suave, leve, artesanal e humano, diferenciado, singular, endógeno, autêntico, novo, ajustado e harmonioso nos destinos (arquitectura, culinária, costumes), sem ultrapassar os limites do equilíbrio e da tolerância, nas vertentes natural, social e psicológica, um turismo mais ético e também mais livre, muito melhor repartido no tempo e no espaço, um “turismo de serviço”, contrário ao turismo da construção civil”, ou um turismo de expedição, valorizando a aventura (mesmo com ausência de conforto, esforço físico, riscos e, inversamente, espírito de equipa e camaradagem) e valorizando o exótico, um turismo temático, entre grupos com interesses homogéneos, de busca de novas fronteiras e de novas inserções na vida simples das comunidades visitadas.

Enfim, uma “geografia vivida em aventura” na expressão de Krippendorf (idem, p. 203), em alternativa a excursões estandardizadas e a programas de visita estereotipados.

Tudo isto sem esquecer que, “enquanto permanecerem as condições fundamentais que caracterizam o desenrolar das férias e enquanto as viagens mantiverem o aspecto de êxodos periódicos de massas, será tão necessário quanto desejável criar universos artificiais sob a forma de grandes centros de férias (...). Temos que aceitar o facto de que este êxodo de milhões de pessoas criou novas necessidades de massa que não podem ser satisfeitas no quadro de formas de organização de dimensões reduzidas, quer dizer de certa forma à escala artesanal (...). Vastas estações de acolhimento - as

metrópoles das férias - são necessárias se se quer garantir a cada um a possibilidade de partir em férias (...). Turismo limitado a reservas, centros organizados em guetos, como solução “higiénica”! (protecção da natureza, da paisagem, da cultura e dos indígenas, sem choques de civilização) (J. Krippendorf, 1987, pp. 200-201).

Nestas considerações acerca dos turismos de hoje importa finalmente não esquecer o caso dos veraneantes/emigrantes (A. Miranda, 1992), desde a primeira geração, que vêm passar férias às aldeias de partida, ao encontro dos familiares mais ou menos próximos, a viagem sendo seguida de alguma imobilidade e sedentarismo, tal como no dito turismo balnear. Convergem para espaços no geral rurais e pobres, tantas vezes de montanha, de economias fortemente assistidas. Espaços de êxodo, de famílias reduzidas e envelhecidas, agrícolas mas sectorialmente marginais, onde o próprio desenvolvimento agrícola e florestal parece não ter futuro. Aldeias isoladas ou que o foram até muito recentemente. Aldeias com ritmos de vida fortemente marcados por estes regressos em férias, em particular nos meses de Verão, quando os retornos são numerosos e se multiplicam festas, feiras, bailes ... Turismo familiar, de famílias ao encontro e ao convívio da família, principalmente dos ascendentes. Espaços de produção que evoluíram para espaços afectivos, para férias dos ausentes, apesar das distâncias, mas com envolvimento forte dos familiares residentes, cujos quotidianos são então fortemente alterados pela presença dos visitantes. Turismo económico, mas sobretudo turismo afectivo, mesmo para a segunda e terceira gerações, que optaram definitivamente pelo país de destino dos pais emigrantes, para trabalho, residência e futuro dos filhos. Residências de férias que em muitos casos se converterão em residências permanentes ou semi-permanentes aquando das reformas (C. Cavaco, 1993 e 1995).

Referências bibliográficas

- CARLOS, Ana Fani (1995), "O turismo e a produção do não lugar", Comunicação apresentada ao *Congresso Internacional de Geografia e Planeamento do Turismo SOL e TERRITÓRIO*, Dep. Geografia, Universidade de São Paulo.
- CAVACO, Carminda (1993), "A place in the sun: return migration and rural change in Portugal", in *Mass migration in Europe. The legacy and the future*, Edit. Russel King, Belhaven Press, Londres, pp. 174-191.
- CAVACO, Carminda (1995), "Rural tourism: the creation of new tourist spaces", in *European Tourism. Regions, Spaces and Restructuring*, Edit. A. Montanari e A. Williams, John Wiley and Sons, Chichester, pp. 127-149.
- FOURASTIÉ, Jean (1970), *Des loisirs: pour quoi faire?*, Mutations-Orientations, Casterman/Poche, Paris.
- GOUIRAND, Pierre (1992), "Le tourisme international à l'horizon 2000. Quantité ou qualité", Actes du Colloque International *Le tourisme international entre tradition et modernité*, Centre d'Études Tourisme et Civilisation, Laboratoire d'Ethnologie, Université de Nice, Institut de Prospective du Tourisme, Nice.
- HOURDIN, Georges (1961), *Une civilisation des loisirs*, Calmann Lévy, Paris.
- KRIPPENDORF, J. (1987), *Les vacances et après? Pour une nouvelle compréhension des loisirs et des voyages*, Logiques sociales, L'Harmattan, Paris.
- MIRANDA, Aline (1992), "Les vacances et l'identité des migrants", Actes du Colloque International *Le tourisme international entre tradition et modernité*, Centre d'Études Tourism et Civilisation, Laboratoire d'Ethnologie, Université de Nice, Institut de Prospective du Tourisme, pp. 363-374.
- SIRGADO, J. Rafael (1994), "Turismos nas regiões portuguesas. Contributo para a modelação de um cenário de desenvolvimento e inovação para o final do século", in *Geografia do Turismo*, Inforgeo 6/Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa.

2. TURISMO SOCIAL - UMA APROXIMAÇÃO AO CASO PORTUGUÊS

Rui Marvanejo^{*}

O CENÁRIO DA MUDANÇA

A actividade turística conheceu a partir do séc. XIX um incremento significativo e a sua dinâmica de crescimento tem vindo a acentuar-se nitidamente durante o séc. XX, com excepção dos períodos de instabilidade decorrentes das duas grandes guerras e de crise económica generalizada. Fenómenos como o terrorismo, conflitos regionais, instabilidade política e dificuldades financeiras conjunturais, entre outros, não têm contudo impedido o crescimento e o gosto generalizado pela viagem ou passeio. Por outro lado, a agressividade das novas técnicas de *marketing*, aliada à sedução por actividades de tempos livres e de lazer, têm contribuído, na actualidade, para um reforço da massificação do turismo.

Desde a sua origem que este processo massificador tem na sua base fenómenos tão diversos como complexos, destacando-se o cansaço de uma vida rotineira, principalmente nos grandes centros urbanos, o aparecimento de filosofias consumistas, tendências, atitudes e modas juvenis, a fuga à poluição e contaminação, a generalização das práticas desportivas, a crescente influência da classe média aliada a alguma prosperidade económica, a redução do horário de trabalho, a melhoria dos transportes e das comunicações, a libertação da mulher e a dissolução da vida familiar tradicional, etc.

Neste contexto todos os indivíduos são, cada vez mais, turistas potenciais, definindo-se para o efeito duas condições essenciais: a *vontade* e a *possibilidade*.

A vontade de ser turista envolve uma predisposição frequentemente aliciada pela propaganda formal (influência dos *media*, agências e organismos) e informal (mimetismo social, vaidade, etc.), bem como hábitos, necessidades físicas, psíquicas, culturais, de lazer ou profissionais. O tempo disponível e a capacidade financeira são variáveis que condicionam o turista potencial e ajudam, de alguma maneira, a delimitar o conceito de Turismo Social na sua origem.

* Congresso Internacional da Associação Mediterrânea de Sociologia do Turismo, "Que Turismo para o Séc. XXI?"

O que se entende por Turismo Social? É um turismo para todos, sinónimo de um turismo de baixos rendimentos, de cariz popular e familiar?

TURISMO SOCIAL OU POLÍTICA SOCIAL DE TURISMO?

Numa breve análise retrospectiva, o conceito de Turismo Social aparece intimamente ligado com o desejo, nas décadas de trinta e quarenta deste século, de implementar as “férias para todos”. Neste sentido, assinalam-se algumas medidas suas precursoras, como a aprovação de legislação nalguns países europeus sobre férias subsidiadas, pondo ao alcance da generalidade dos trabalhadores viagens turísticas até então reservadas a alguns privilegiados.

Começam, então, a surgir associações promotoras, centros de férias e programas de informação e educação, destinados a um público pouco ao corrente da nova situação. Esta forma de turismo especialmente dirigida a trabalhadores de baixo e médio rendimento, só foi possível devido à coexistência de outros factores, tais como: massificação da utilização do automóvel, aumento do rendimento familiar, diminuição dos custos de transporte e alojamento e a crescente necessidade de fuga ao *stress* dos grandes centros urbanos.

Esta componente eminentemente económica (camadas sociais de rendimentos modestos) do Turismo Social, útil numa definição inicial, tem-se revelado insuficiente e redutora face à realidade observável nos nossos dias, em que a necessidade de lazer se tornou imperiosa.

Numa análise atenta das definições mais divulgadas (Bureau Internacional du Tourisme Social - BITS e Comissão das Comunidades Europeias - CCE) encontramos, mesmo assim, algumas insuficiências resultantes quer dos seus caracteres passivos, mera descrição enquanto prática turística observável, quer dos seus caracteres normativos e abstractos, conceito definido em torno de uma vontade e não no âmbito de uma participação efectiva de um maior número de indivíduos, particularmente as camadas mais desfavorecidas da população.

Esta ambiguidade, que dificulta a construção de um conceito operacional de Turismo Social, só poderá ser contrariada na percepção desta actividade turística como um fenómeno enquadrado num âmbito suficientemente vasto, e que se integre dentro da própria legitimidade no uso do termo *social* e dos seus diferentes níveis de significado.

- estabelecimento de mecanismos e medidas de compensação e de reparação de injustiças no âmbito da ajuda social ou da segurança social;
- existência de mecanismos e de entidades (orgãos da tutela, associações, federações, sindicatos) como estruturas de apoio, nascidos das relações sociais, de parceria social e onde os laços jurídicos assentam na figura do contrato de trabalho;
- delimitação de um sector complexo constituído por organizações mutualistas (associações, federações, cooperativas, sindicatos) que, por regras de participação democrática dos seus membros, exercem uma actividade com acesso aos poderes de decisão. Este sector, que se poderá denominar de *Economia Social*, não se afasta necessariamente de uma finalidade económica ou se define pela total ausência de lucro, mas acentua a sua originalidade na percepção da importância política, que a mobilização de um conjunto de vozes, opiniões e mandatos pode assumir nas sociedades modernas.

É neste contexto de legitimidade conceptual da utilização do termo social, enquadrado no desempenho de um vasto conjunto de mecanismos e entidades com um estatuto jurídico bem definido, que se insere a prática desta actividade e a sua apropriada formulação em *Política Social de Turismo*.

O TURISMO SOCIAL NA EUROPA COMUNITÁRIA

Se tomarmos em consideração as diferentes características que uma Política Social de Turismo possui, encontramos certamente uma diversidade de comportamentos dos agentes dinamizadores do Turismo Social, dados na sua essência pelas condições políticas, socioeconómicas e culturais do país onde se inserem. Esta previsível multiplicidade de modelos não é, contudo, impeditiva de uma análise comparativa de cada caso europeu, facto para o qual se sugere uma abordagem mais detalhada nas suas diversas componentes:

- enquadramento jurídico e administrativo;
- intervenção financeira e orçamental;
- participação de entidades promotoras;
- estabelecimento de políticas;
- principais formas de turismo social.

ELEMENTOS / / PAÍS	D	A	B	DK	S	F	GB	GR	NL	IRL	I	L	P	CH
Existência de Quadro Jurídico			*		*	*		*			*		*	
Existência de Órgão Administ. Tutelar	*		*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	
Existência de Serviços de Turismo Social			*		*	*		*					*	
Intervenção Orçamental do Estado Central	*		*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	
Intervenção Orçamental do Poder Local	*		*	*	*	*	*		*		*	*	*	
Intervenção de Organismos Paraestatais			*			*	*						*	
Ajuda Estatal ao Investimento	*		*	*		*			*		*		*	
Ajuda ao funcionamento ou gestão														
Ajuda ao indivíduo	*	*	*		*	*	*	*	*					*
Subvenção de preços		*			*								*	
Centralizada			*		*	*		*					*	
Descentralizada	*	*		*			*		*	*	*	*		*
Vertical			*		*	*		*			*			
Horizontal	*	*		*			*		*	*		*	*	*
Associativo	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*
Beneficiência	*			*	*		*		*	*			*	
Estatal			*	*	*	*		*					*	

Fonte: adaptado dos relatórios da CCE de 1987 e 1993.

A grande diversidade de características, soluções e mecanismos adoptados pelos diferentes países fazem emergir três grandes modelos:

- modelo que assenta num papel activo do Estado, apostando no seu próprio desempenho a diferentes níveis (central, regional e local) em complementaridade com outras entidades por si inspiradas ou controladas;
- modelo que pressupõe uma não intervenção dos poderes públicos, deixando às entidades nascidas por iniciativa da própria sociedade o desenvolvimento das actividades de turismo social;
- modelo de actuação em que se regista uma intervenção estatal quase sempre restringida ao enquadramento jurídico e administrativo de toda a actividade e às iniciativas de encorajamento das entidades envolvidas, evitando interferir no seu normal funcionamento.

UMA APROXIMAÇÃO AO CASO PORTUGUÊS

Portugal assume-se como um dos países europeus com uma política centralista, aglutinadora de iniciativas de investimento e baseada num conjunto de acções de carácter geral, que não contemplam especificamente ajudas aos diferentes grupos desfavorecidos como a terceira idade¹, os jovens, os deficientes, as famílias monoparentais, os desempregados, entre outros.

Este desempenho do Estado que possui um mecanismo de ajuda exclusivamente assente na subvenção de preços e sem ajuda directa directa ao indivíduo, reflecte ainda, algumas marcas do próprio passado. Com efeito, as origens do Turismo Social em Portugal confundem-se com o nascimento de uma instituição a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), criada por um Estado corporativista e desde logo, com uma assinalável marca política e ideológica do regime, cuja transformação e “democratização” em 1975 em estabelecimento público (INATEL) encorpou um projecto ambicioso em vastos domínios - cultural, desportivo, socioeconómico e recreativo.

No entanto, a existência de uma componente estatal bem visível e largamente divulgada não poderá esconder o esforço desenvolvido por um vasto grupo de entidades públicas e privadas do sector da *economia social*, como promotoras de uma actividade turística planeada e organizada, sem fins lucrativos, destinada a um vasto conjunto de utentes previamente seleccionado e recorrendo na sua prática a unidades de acolhimento especificamente construídas e/ou preparadas para o efeito.

A individualização destes agentes enquanto entidades promotoras de Turismo Social exigiu a elaboração de diferentes critérios que fossem suficientemente abrangentes para classificar origens, objectivos e estruturas tão diversos. Assim, e em síntese, procurou-se que estas entidades satisfizessem cumulativamente pelo menos três dos quatro critérios que se seguem:

- possuir um estatuto jurídico sob a forma de federação, associação, cooperativa, organização sindical, sociedade comercial, congregação religiosa;
- demonstrar uma actividade turística regular, quer através da organização de viagens ou estadias, quer pela posse e/ou gestão de unidades de acolhimento;

¹ Está previsto a realização para 1995 o início de um programa de férias de origem estatal, com o apoio logístico do INATEL e dirigido especificamente à terceira idade.

- não possuir objectivos de lucro na prática da actividade turística e exercer um controle dos preços dos serviços prestados (viagem, estadia, programas de animação, etc.);

- demonstrar uma gestão democrática e participada dos indivíduos que integram estas entidades, bem como possibilitar o acesso generalizado à prática turística a todos os interessados, desenvolvendo para o efeito medidas igualitárias e de justiça social interna à própria entidade.

CLASSIFICAÇÃO	ENTIDADE
Organismo Público	INATEL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; MINISTÉRIO DO EMPREGO E SEG. SOCIAL; CRsSS; CÂMARAS MUNICIPAIS; JUNTAS DE FREGUESIA.
Associação:	
- votado ao Turismo Social	desconhecida
- orientação desportiva	ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE TORRES VEDRAS:
- organização juventude	ACM; GERFERIAS; MOVIJOVEM; INTERCULTURA:
- caridade ou filantropia	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA; UNIÃO MISERICÓRDIAS; PARÓQUIAS; CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS; INSTITUTO DE N. S ^a FÁTIMA:
Instituição Privada de Segurança Social (IPSS)	FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL; FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO; FUNDAÇÃO CARDEAL CEREJEIRA:
Cooperativa	TURICOOP. ELO; SOL d'ARTE:
Organizações Sindicais	UGT; CGTP; SITASA; SEB:
Sector empresarial	BPA; CIMPOR. CP; CPRM; EDP.; EPAL; EPJS; MONTEPIO GERAL; QUIMIGAL; SHELL; TAP
Serviços Sociais Corporativos	FORÇAS ARMADAS. GF, GNR. PSP. H S ^a MARIA

Sem entrar em detalhes em cada uma destas entidades, podem definir-se quatro formas de actividade de Turismo Social, que se passa a descrever:

- *Turismo associativo*, promovido por instituições sem objectivos de lucro criadas pelos próprios grupos de interessados ou associações de cariz variado (desportivo, juventude, cultural, filantropia, etc.);

- *Turismo de beneficência*, promovido por instituições de beneficência religiosas ou laicas, com estatuto de congregação religiosa ou de fundação, que gerem as ajudas provenientes dos seus recursos financeiros ou de apoios pontuais com origem diversificada, com grupos e áreas geográficas de intervenção social por si previamente definidos;

- *Turismo de iniciativa estatal*, promovido exclusivamente pelos poderes públicos (central e local) que canalizam fluxos financeiros próprios com origem em taxas aplicadas ao jogo (poder central) e nos orçamentos autárquicos;

- *Turismo de benefício corporativo*, promovido por entidades do sector empresarial (público e privado), forças militares ou militarizadas, serviços públicos, em resultado de uma política social da própria entidade, que por regalia contratual concede aos seus assalariados ou assalariados de entidades associadas, viagens e estadias subsidiadas em unidades de acolhimento próprias ou alugadas para o efeito.

Os equipamentos de Turismo Social

A especificidade da actividade de Turismo Social enquanto inerente a um colectivo, destinada a grupos sociais desfavorecidos, também eles com necessidades próprias ao seu nível etário, composição familiar, bem como a necessidade de estruturas de animação e a definição de uma política de preços controlados requerem por vezes, a existência de equipamentos apropriados.

Os tipos de equipamento colectivo são muito variados, mas no seu conceito de base possuem alguns traços comuns, como locais de habitação (quartos individuais ou duplos, apartamentos unifamiliares, camaratas) agrupados em torno de espaços de serviço colectivo (salas de convívio e de jogos, equipamentos de desporto e recreio, serviços de restauração, etc.) que favorecem as actividades de animação, o encontro e o convívio entre os utentes.

Em Portugal o agrupamento destes equipamentos foi feito de acordo com a sua denominação de base. A sua individualização entre as restantes unidades de acolhimento teve em consideração a entidade que a administra e/ou utiliza.

DENOMINAÇÃO	Nº
CENTRO DE FÉRIAS	12
CENTRO DE JOVENS	5
COLÓNIA DE FÉRIAS	31
PARQUE DE CAMPISMO	6
POUSADA DE JUVENTUDE	20
TOTAL	74

Centro de Férias - Unidade de acolhimento colectivo aberta durante todo o ano e frequentada exclusivamente por associados (INATEL) e respectivo agregado familiar, na sua maioria promovendo actividades diversificadas de animação e praticando preços subvencionados pelo Estado.

Centro de Jovens - Unidade de acolhimento colectivo de jovens (Centros da Juventude - Instituto da Juventude) possuidores de um cartão de acesso, aberta durante todo o ano e praticando preços controlados.

Colónia de Férias - Unidade de acolhimento colectivo dividida em apartamentos ou vivendas geminadas unifamiliares, por vezes semelhantes a pequenas unidades hoteleiras, disponíveis durante todo o ano, frequentadas pelos agregados familiares dos associados ou beneficiários directos de uma entidade promotora, podendo usufruir dos equipamentos de apoio (animação e restauração) que lhes estão adstritos por preços também controlados.

Colónia balnear infantil - Unidade de acolhimento colectivo aberta durante a época estival, situada junto ao litoral (praia), frequentada por jovens de idades compreendidas entre os 5 e os 18 anos, em regime de pensão completa e em turnos de aproximadamente 15 dias, coordenados por monitores e animadores. Estes equipamentos promovem assim, as designadas *colónias fechadas*, que podem ser organizadas por diferentes entidades ou pela própria entidade proprietária da colónia, prestando um serviço totalmente gratuito ou cobrando preços por vezes simbólicos.

Pousada da juventude - Unidade de acolhimento colectivo de jovens e adultos (principalmente destinada a grupos limitados de jovens) possuidores de um cartão de acesso, aberta durante todo o ano e praticando preços controlados. Estas unidades são exploradas pela MOVIJOVEM.

Parque de Campismo - Terreno destinado à instalação de tendas ou outros abrigos semelhantes e à permanência de reboques ou veículos habitáveis (caravanas, roulotte), frequentado pelos agregados familiares dos associados ou beneficiários directos de uma entidade promotora, podendo usufruir dos equipamentos de apoio (animação e restauração) que lhes estão adstritos por preços também controlados.

Numa breve análise da distribuição geográfica os equipamentos de turismo social assumem um nítido padrão litoral, reflexo de uma tendência generalizada na procura de turismo balnear. Provavelmente, poder-se-à também aferir este padrão, dentro da tendência generalizada de localização da maioria das unidades de acolhimento tradicionais e das próprias estratégias definidas para o sector turístico em Portugal, que privilegiou o binómio sol/praias nas últimas décadas. As excepções a este padrão estão quase na totalidade associadas a equipamentos do tipo Colónia de Férias e Centro de Férias do INATEL (normalmente na proximidade de estâncias termais) e a Pousadas da Juventude e Centros de Jovens, cuja distribuição obedece a uma estratégia de cobertura nacional.

AS PERSPECTIVAS DO TURISMO SOCIAL

Tomando como dado adquirido as necessidades de períodos de descanso a que todos temos direito nas sociedades modernas, aliadas ao desejo alargado de disfrutar valores sociais de liberdade e de movimento, as actividades de turismo e de lazer assumem uma resposta cada vez mais elaborada e apelativa.

O processo de massificação a que assistimos traduz, para além da democraticidade que lhe está subjacente, o desejo de cada vez mais pessoas se tornarem turistas. Os apelos a todos os agentes do sector para uma resposta imediata e coerente com as necessidades sentidas pelos que, por várias razões, possam ainda permanecer à margem deste processo massificador, só podem ser enquadrados numa verdadeira Política Social de Turismo.

É segundo esta perspectiva de definição de uma Política Social de Turismo que o futuro deverá ser equacionado, reivindicando a existência de meios e de mecanismos, que mais do que redistribuir os dinheiros públicos, possam contribuir para valores humanizantes e altruístas das nossas sociedades.

Na aproximação ao caso português, um eixo de intervenção poderá ser assim definido, de modo a reforçar uma política horizontal meramente assente numa subvenção de preços. A criação de novas formas de benefício social aos grupos potenciais pode vir a ter resultados encorajadores, desde que sejam implementados mecanismos de ajuda directa aos investimentos, ao funcionamento, à formação de pessoal e a entidades promotoras desta actividade turística, ou a outras com uma simples função social.

Esta visão não é, contudo, sinónimo de uma intervenção estatal monopolizadora de toda a actividade de Turismo Social, alheia à rendibilidade dos fundos investidos, ou uma ameaça velada ao sector comercial, mas antes, uma tentativa de potenciar os efeitos redistributivos das ajudas.

A introdução do livre uso turístico da ajuda ao indivíduo, por exemplo através da implementação de um *cheque de férias* (em uso na Suíça e na França) como meio de pagamento, pode fomentar os mecanismos de mercado e libertar o próprio utilizador de um conjunto único de destinos, permitindo-lhe procurar a melhor relação qualidade/preço. O sector comercial pode assim tirar alguns dividendos desta actuação e ver atenuados alguns dos seus velhos problemas como a sazonalidade, a dependência de um mercado emissor em retracção, ou até mesmo ver rendibilizados algumas das infraestruturas e dos investimentos entretanto efectuados. Poder-se-ão, deste modo, atingir objectivos bem alargados de intervenção social e criar condições propícias ao desenvolvimento local e regional de alguns destinos turísticos.

Com efeito, o turismo social tende a desenvolver processos de solidariedade e de parceria com as populações locais, não só pelas solicitações inerentes ao seu funcionamento (oferta de emprego, abastecimento de produtos variados e de equipamento), mas também pelas actividades de animação que frequentemente realiza. Como se regista uma tendência para que as novas unidades de acolhimento se implantem em áreas de atracção turística pouco concorridas pelo sector comercial, estes equipamentos podem estimular o aparecimento de consideráveis fluxos turísticos, dinamizando novas clientelas, fazendo subir as taxas de ocupação na estação baixa, em aliança com os intercâmbios culturais que sempre proporcionam.

Estes podem ser alguns dos novos dados para uma política de desenvolvimento local, já que as actividades de Turismo Social são, cada vez mais, consideradas como uma forma de valorizar o turismo em espaço rural, o turismo de natureza, activo e de aventura, o turismo de saúde (termalismo), em alternativa ao turismo balnear dos litorais saturados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CECOTOS - Comité Européen de Coordination du Tourisme Social, *Le Tourisme Social dans la C.E.E.*, Comissão das Comunidades Europeias e Escuela Oficial de Turismo Español, Bruxelas, 1987, 218 p.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Les Différents Notions du Tourisme Social: L'Evolution de L'Offre et de la Demande*, Direction Generale XXIII - Unité Tourisme, Luxemburgo, 1993, 98 p.
- CONSULTUR, El Turismo Social en Europa Y su Futuro en España. Documento Resumen, *Estudios Turísticos*, Madrid, nº 119-120, 1993, p. 139 a 151
- FAUCHER, Jean, *Tourisme Social: L'une des Sources pour Comprendre*, Université de Droit, d'Economie et des Sciences, Centre des Hautes Etudes Touristiques, Aix-en-Provence, 1992, 29 p.
- FROIDURE, Jean, *Tourisme Social en Europe*, Université de Toulouse le Mirail, Toulouse, 1992, 119 p.
- PASQUALINI, J. P.; JACQUOT, B., *Tourismes en Europe*, col. Action Touristique Dunod Editeur, Paris, 1992, 406 p.
- TINARD, Yves, Le Tourisme Social: un avenir ou un passé?, *Espaces: Revue Bimestrielle de l'Aménagement, de la Commercialisation, de la Gestion et de l'Administration du Tourisme et des Loisirs*, Editions Touristiques Européennes, Paris, nº117, 1992, p.37 a 51

¹ A presente comunicação foi desenvolvida no âmbito do projecto de investigação "Turismo. lazer e desenvolvimento local" (Proj. JNICT nº PCSH/C/GEO/713/93), em curso no Núcleo de Estudos Turísticos e de Lazer - NETeL, do Centro de Estudos Geográficos, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

3. DINÂMICAS DO TURISMO E SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL.

Contributo para uma articulação estratégica.

José Rafael Sirgado*

1. Introdução

Este ensaio pretende sobretudo contribuir, do ponto de vista teórico, para a concepção de dinâmicas turísticas alternativas, na perspectiva de encontrar efeitos reais do turismo na estruturação de processos sustentáveis de desenvolvimento local e regional.

As mudanças recentes das actividades turísticas têm sido marcadas por uma forte diversificação das práticas/produtos, pela maior complexidade da estruturação geral dos sistemas turísticos e pelo alargamento do espectro de incidências do turismo nos processos de desenvolvimento local e regional. A valorização territorial das dinâmicas do turismo mostra múltiplas polarizações e articulações inter-locais que resultam do jogo dinâmico que se estabelece entre os actores do sistema produtivo, os actores sociais e os recursos globais disponíveis no território.

Desenvolvem-se neste ensaio, num esforço de modelação sintética, algumas explicações e reflexões teóricas acerca dos principais componentes e atributos das dinâmicas turísticas locais/regionais contemporâneas, pondo em evidência analítica a endogeneidade/indução externa das dinâmicas dos actores, no sentido da identificação dos níveis de sustentabilidade/dependência do tecido turístico. Por outro lado, é relevante a identificação e caracterização do modelo de implantação territorial da actividade turística, procurando descobrir as capacidades de inter-relação entre a tipologia dos serviços turísticos, dos produtos que suporta e dos turistas que serve, na óptica de uma utilização dinâmica mas sustentável dos recursos do território.

* Congresso Internacional da Associação Mediterrânea de Sociologia do Turismo, "Que Turismo para o Séc. XXI?"

Focando a atenção no caso português, tecem-se no final algumas reflexões finais e conclusivas, no sentido da visibilidade dos atributos que o desenvolvimento sustentado dos complexos locais e regionais do turismo em Portugal devesse privilegiar. Neste contexto, desenvolvem-se algumas considerações sobre a necessidade de uma modelação turística alternativa que melhor aproveite potencialidades e minimize problemas, em acordo com uma dinâmica de sustentabilidade do desenvolvimento local e regional.

2. Dinâmicas turísticas e revalorização do local

2.1. Componentes e atributos das dinâmicas turísticas contemporâneas: o tradicional e o alternativo

O turismo contemporâneo é consequente de um longo, descontínuo e complexo processo evolutivo que se configura a partir de transformações que ocorrem nas sociedades, economias, culturas e mentalidades na Europa, sobretudo desde o Renascimento que acompanha a "abertura dos mundos", na sequência da difusão do Humanismo italiano e das grandes descobertas marítimas. A referência às origens, sobretudo imagéticas, do turismo contemporâneo mostra que cada novo ciclo assume configurações específicas, sendo que vivemos um período de transição/crise no qual são ainda preponderantes os traços da tradicional massificação das ofertas, das procuras, dos turistas e dos produtos turísticos, mas no qual se identifica em concomitância uma afirmação crescente do "alocentrismo" a que se refere Plog (1973) ou da busca do alternativo, da diferença, numa lógica em que se cruza uma tendência de crescente conhecimento virtual do mundo com o "culto" da diversidade dos destinos, dos produtos e dos modos de fruir o lazer.

A evolução dos lazeres acompanha a afirmação de imaginários diferenciados acerca das relações do Homem com a Natureza em que se insere. De facto, ao imaginário marcado pela repulsa, desenvolve-se uma visão contemplativa do mundo. À repulsa está articulado o medo da natureza, o desconhecimento da sua diversidade e dos seus mecanismos fundamentais, bem como uma mentalidade de fechamento/isolacionismo. À contemplação está associado um imaginário naturalista, o abalo de alguns tabús medievais, o surgimento do hábito do passeio à beira mar ou na falésia, em algumas aristocracias europeias.

O espírito de experimentação e descoberta que marca a afirmação do conhecimento científico moderno, configura um imaginário do lazer que embora internalize o prazer da contemplação, alarga o espectro das relações do Homem com o mundo e força-o a partir a descoberta de novos territórios, sociedades e culturas. Todavia, ao longo dos séculos XVIII e XIX, primeiramente com a difusão do "grand tour" e do hábito do retiro no campo, mais tarde com a afirmação da praia enquanto espaço privilegiado de lazeres, bem como as modas dos banhos termais e dos "randonnées" em montanha, entra-se numa lógica crescentemente de exploração e consumo dos espaços de destino turístico e/ou de lazer. É a era do consumo turístico dos territórios que se afirma e que gradualmente produz o estereotipar do turista e das suas práticas de lazer, uniformiza os meios de recepção e acolhimento, gera formas próprias de adaptação dos espaços de destino aos novos lazeres, mobiliza o alargamento vertiginoso (sobretudo depois dos anos cinquenta) do número de turistas, imprime novos padrões de dissociação social e territorial dos lazeres, em síntese, torna preponderante o primado do consumidor em "massa" sobre o turista individual.

Nos anos oitenta, com a difusão de destinos e a diversificação dos produtos turísticos, bem como o relativo alargamento dos segmentos do mercado turístico que procuram a aventura, o exótico e a genuinidade dos destinos/produtos, manifestam-se mudanças com expressivo significado no imaginário turístico e indiciadoras de uma transição para um novo estágio. A mundialização de uma consciência ecológica atenta e interventora tem hoje expressão na estruturação do imaginário turístico. Por outro lado, a mundialização real e virtual dos conflitos políticos e sociais dá visibilidade a uma clara diferenciação territorial da segurança das pessoas e bens, o que é muito sensível no âmbito do turismo. Em síntese, assistimos à coexistência de um imaginário de consumo turístico dos territórios, com a crescente afirmação de um imaginário marcado pela simbiose real e virtual do turista com o espaço de destino.

Embora os atributos de cada um dos imaginários referidos permaneçam activos na actualidade, a sua incidência adquire níveis diferenciados e torna possível a identificação de três macro-ciclos:

- macro-ciclo de contemplação e sobretudo descoberta dos espaços de destino;

- macro-ciclo de descoberta e em especial consumo dos espaços de destino;
- indícios de uma transição para um novo macro-ciclo marcado pela descoberta, pelo consumo mas fundamentalmente pelas relações de simbiose do turista com o espaço de destino (a afirmação do alternativo em relação ao tradicional).

Nas dinâmicas turísticas contemporâneas, a busca de configurações alternativas, que assumam a diferença em relação a massificação, não se deveria restringir a elementos particularizados do sistema turístico mas à globalidade dos seus componentes e mecanismos internos e externos. Assim, os vectores principais consideráveis nos sistemas turísticos actuais, cujas configurações e dinamismos apontarão no sentido da inovação, da geração de formas alternativas de rejuvenescimento, em situações tornadas saturadas e/ou em estagnação, são sumariamente as seguintes:

- agentes do turismo;
- capital e estrutura empresarial;
- recursos humanos e saber-fazer;
- meios de recepção e acolhimento;
- mobilidade dos turistas e tipologia das viagens e dos circuitos;
- imagem turística e atractividade;
- imaginário e motivações principais, com reflexo no espaço de destino;
- práticas/produtos turísticos;
- tipo/características do espaço de destino turístico;
- promoção e marketing turístico;
- planeamento turístico e ordenamento do território;
- definição e execução de políticas estratégicas participadas.

Tenha-se em atenção que assistimos globalmente a geração de uma maior complexidade na estruturação geral dos sistemas turísticos, na qual se internaliza uma diversificação das práticas/produtos turísticos, uma diferenciação e ampliação dos espaços de destino concorrentes, o alargamento das inter-dependências territoriais na geração da oferta turística, a mundialização económica/empresarial do turismo e, na globalidade, um alargamento do espectro de incidências do turismo nos processos de desenvolvimento local e regional. A valorização territorial das dinâmicas do turismo tende a ser crescente, uma vez que os *territórios dos turismos e dos lazeres* se tornam protagonistas activos na mediação entre três

dimensões fundamentais que estão na base das diferenciações de identidade, autonomia e capacitação estratégica dos sistemas turísticos locais: (i) as múltiplas polarizações turísticas no território; (ii) as múltiplas articulações inter-locais (de complementaridade e de inter-dependência): a gestão concertada do jogo dinâmico entre actores do sistema produtivo, actores sociais e recursos gerais disponíveis no território.

2.2. "pensar globalmente, agir localmente" ou a valorização do território na formação e gestão da atractividade turística

As transformações globais recentes - nos recursos naturais e ambiente, nas *performances* económicas, no redesenhar das ligações entre o campo e a cidade, no papel das tecnologias de informação na mutação dos imaginários e das praticas de lazer - têm tornado o mundo cada vez mais pequeno, onde todos estão em concorrência, vivendo um processo de competições múltiplas no qual se joga a sobrevivência e a qualidade de vida. O turismo é muito sensível a este mosaico de transformações globais, respondendo com uma sensível mobilidade dos fluxos, o que mostra que os agentes com capacitações mais notórias na definição estratégica do turismo mundial e regional, procuram conjugar uma estratégia de maior competitividade no plano global com um articulado de acções/intervenções territorialmente diferenciadas, em função das valorações atribuídas aos vários elementos componentes do sistema turístico, numa base local: "pensar globalmente, agir localmente". Nesta óptica, o local é o palco privilegiado das acções dos agentes do sistema turístico, de molde a adquirirem capacidade concorrencial num plano global. Podemos esboçar os vectores mais relevantes da globalização e da revalorização do local:

(a) vectores de globalização:

- economia e sociedade tendencialmente globais;
- estratégias globais dos actores principais dos sistemas turísticos;
- desenvolvimento global (civilização com contornos de abrangência planetária);
- sensibilidade ecológica global, consciência de cidadania planetária real/virtual;

(b) vectores de revalorização do local:

- ocorrência de recursos atractivos do ponto de vista da sua adequação à exploração turística;

- desenvolvimento de novas estratégias de actuação empresarial, em especial ao nível das empresas multi-locais, cada vez com maior alcance das suas capacidades competitivas no turismo mundial (cadeias de hotéis, operadores, etc);
- forte sensibilidade local relativamente às mudanças globais de organização empresarial e à inovação técnica e tecnológica;
- recomposições frágeis dos sistemas locais de emprego/trabalho com a introdução e expansão da actividade turística, uma vez que esta se sujeita a mutações de procura difíceis de prever;
- o local é o palco privilegiado da definição e afirmação de posições/estatutos sociais, bem como de estratégias diferenciadas (do antagonismo à solidariedade) dos agentes sociais, pondo *anfitriões* e *convidados* face-a-face;
- maior complexidade das relações políticas e administrativas entre o nível local e os outros hierarquicamente superiores, o que se tem manifestado no sentido da valorização do local enquanto primeiro plano das atribuições/competências dos organismos de poder, embora manifeste escassez de meios humanos, financeiros e técnicos;
- o planeamento local do turismo ganha cada vez mais significado, tanto sectorial como territorialmente, no propósito de conduzir os usos plurais do território e promover um desenvolvimento local integrado e sustentado;
- a emergência de abordagens estruturacionistas do desenvolvimento local, no sentido do estudo dos mecanismos geradores e transformadores dos complexos locais de produção e das estruturas sociais, culturais/mentais e territoriais que os sustentam.

A gestão da atractividade turística e conseqüentemente a eficácia das estratégias de competitividade, para além de exigirem uma formulação global, são sobretudo levadas à prática, diferencialmente, nos territórios alvo de intervenção. Assim, o território valoriza-se estrategicamente na definição e gestão das atractividades, o que nos indica o seu relevante papel de mediação e a importância que o planeamento e o ordenamento turístico do território desempenha numa óptica de desenvolvimento turístico sustentado.

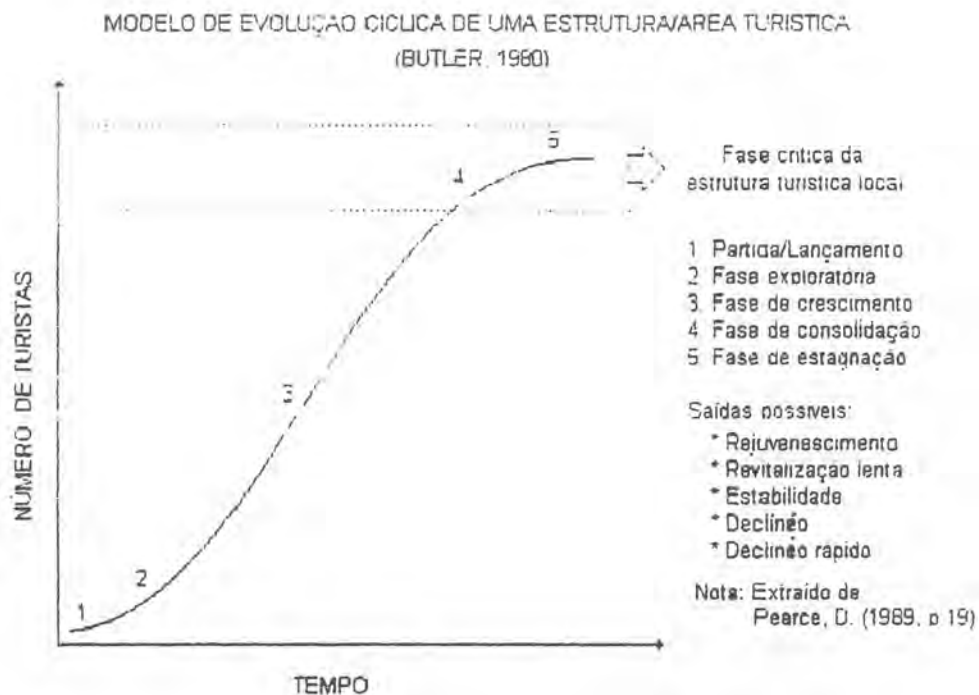
3. Da (In)sensibilidade pelo turismo alternativo à (in)sustentabilidade do desenvolvimento local

A abertura a modelações alternativas do turismo contemporâneo surge lentamente e desprovida de clareza conceptual. Numa primeira fase procuram-se sobretudo novos espaços para turismo e experimentam-se novos produtos, no entanto cada vez mais se pretende alargar a geração do turismo alternativo à globalidade dos elementos componentes dos sistemas turísticos locais e regionais.

Ser alternativo na modelação do sistema turístico significa "que se afirma com alternância", ou seja, que se afirma com qualidades novas, geradoras de novo ciclo na sucessão das dinâmicas do turismo. A afirmação do turismo alternativo é algo que envolve sobretudo a geração de um ciclo novo na evolução do turismo mundial, com novos mecanismos e dinâmicas e com o relevar de novos imaginários do lazer. Os atributos de uma dinâmica turística alternativa são imputáveis à globalidade dos componentes do sistema turístico e não apenas a algum deles isoladamente, designadamente aos produtos turísticos, como aliás frequentemente ocorre. Mais do que procurar produtos alternativos, importa estruturar uma nova modelação geral dos complexos turísticos locais, em alternativa cíclica a modelações saturadas e desqualificadas que eventualmente se registem. Assim, o alcance do turismo alternativo está sobretudo relacionado com as dinâmicas sistémicas dos complexos/tecidos turísticos locais/regionais, pondo em destaque a grande importância que a temporalidade (ciclos) da estruturação turística tem, no sentido da necessidade de estudar a sucessão de micro-ciclos (ciclos sazonais, ciclos especializados em produtos específicos, ciclos não planeados e sujeitos a períodos de transição, etc) de alternância ou alternância na dinâmica e estruturação dos complexos activos locais do turismo.

Refira-se que esta preocupação do estudo e modelação das dinâmicas ao longo de um ciclo isolado foi alvo de teses interessantes, das quais detacaremos as apresentadas por Butler (1980, ver figura) e Miossec (1976, ver figura). O ciclo natural da destruição relativa e da recomposição dos destinos turísticos, dando lugar a processos diferenciados de rejuvenescimento, mostra-nos a importância vital que o planeamento estratégico, territorial e sectorial, do turismo pode desempenhar, no sentido da estruturação de um processo de desenvolvimento

sustentado e através da inovação e da busca de modelações alternativas exequíveis e valorizadoras dos recursos disponíveis no território.



A análise de ciclos foi desenvolvida na economia por diversos autores (Kondratieff, Kuznets, Juglar, Kitchin e outros), no entanto tem envolvido alguma controvérsia, sobretudo porque numa análise não isolacionista dos ciclos dinâmicos de um sistema turístico poderemos encontrar a coexistência de várias dinâmicas de ciclo, contrabalançando-se estrategicamente factores de declínio com factores de sucesso. É possível encontrar/planear modelações alternativas que actuem antes de se registarem momentos de estagnação e crise para a globalidade do sistema turístico, dando lugar a processos de alternância interna sem contudo provocarem alternância de ciclo no geral do sistema.

A afirmação do turismo alternativo faz-se fundamentalmente em dois sentidos: (i) na estruturação de um ciclo alternativo na modelação do sistema turístico local/regional; (ii) na geração de processos de micro-ciclo alternativos em situações de crise do sistema ou de parte dele. Sucedem-se macro-ciclos comandados por mudanças estruturais dos sistemas turísticos, em especial no campo do imaginário preponderante. Por outro lado, sucedem-se micro-ciclos que —

MODELO DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO LOCAL/REGIONAL (Miossec. 1976)

RECURSOS TURISTICOS GERAIS	TRANSPORTES	COMPORTAMENTO E ATITUDE DOS AGENTES ACTIVOS NO TURISMO	ATITUDES DOS AGENTES DE DECISÃO E DA POPULAÇÃO DO ESPAÇO DE DESTINO TURISTICO
(fases)	(fases)	(fases)	(fases)
(1) Território atravessado Território distante	(1) Em trânsito Isolamento	(1) Falta de interesse ou conhecimento do espaço de destino	(1) Miragem Rejeição
(2) Estruturas pioneiras de recepção e acolhimento turístico	(2) Abertura	(2) Percepção global	(2) Observação
(3) Multiplicação dos meios gerais de oferta turística	(3) Incremento das acessibilidades internas e com o exterior	(3) Progresso na percepção dos lugares e dos itinerários	(3) Política de infra-estruturas associadas aos recursos turísticos
(4) Organização dos espaços propriamente turísticos Início de uma hierarquia e especialização	(4) Desenvolvimento dos circuitos turísticos	(4) Segregação e competição espacial/territorial	(4) Segregação Demonstração dos efeitos positivos e negativos do turismo nesta fase do ciclo Dualismo
(5) Hierarquia Especialização Saturação	(5) Maximização das conectividades	(5) Desintegração da percepção espacial Humanização completa do espaço turístico Fuga de alguns tipos de turistas Formas de substituição Saturação e crise	(5) Predominância vital do turismo Plano de desenvolvimento Protecção ecológica

Nota: Extraído de Pearce, D. (1989, p. 17)

poderão ir dos curtos períodos sazonais aos períodos marcados por crises, reorientações e processos de rejuvenescimento dos sistemas turísticos.

Apesar do longo percurso trilhado na criação do turismo alternativo, persistem muitas formas (in)sensibilidades diferenciadas relativamente a este. Pelo que atrás fica exposto, o turismo alternativo poderá constituir o fulcro de uma nova era do turismo contemporâneo, a afirmação de um turismo alocêntrico, mas deverá articular-se à estruturação de processos de desenvolvimento sustentado.

Podemos identificar um conjunto de (in)sensibilidades mais destacadas relativamente ao turismo alternativo e apontar o sentido da sua leitura, no pano de fundo de um desenvolvimento sustentado:

- formação da atractividade em molde de não uniformização, mantendo a identidade dos lugares, das paisagens, das bases culturais, etc;
- inovação dos produtos, em particular indo ao encontro da diferença, do exotismo, da genuinidade e da personalização da prestação dos serviços inerentes;
- inovação empresarial, integrando micro-empresas de base local com empresas e circuitos intervenientes em escalas mais largas;
- competitividade aberta com outros espaços de destino turístico, apesar da necessidade de relativa protecção nos casos de regiões e locais com menos índice de desenvolvimento;
- imaginário turístico com preponderância do sentido de descoberta e simbiose do espaço de destino turístico, embora coexistindo com uma atitude de consumo, em especial por parte de alguns tipos de turistas;
- turistas interessados em experiências novas/diferentes e/ou estadias com intensa actividade;
- dinâmicas de crescimento turístico com sustentabilidade dos meios oferecidos mas sem gerar procura exageradamente elevadas relativamente a esses meios (evitar estagnação e crise e proporcionar sustentabilidade a longo prazo);
- melhoria da qualidade geral do espaço de destino, sobretudo dando-lhe um carácter de alternativa nas escolhas mundiais dos destinos turísticos potenciais;
- esforço de inovação e adaptação às mudanças mundiais e regionais do turismo

- endogeneidade/indução da dinâmica dos actores e do tecido económico do turismo
- sustentabilidade/dependência das estratégias dos actores e do tecido económico do turismo
- relevância do local (focalização dos meios) e do território (fronteiras, identidade, segregação social, cultura tradicional, etc);
- é fundamental compreender o contexto económico, social, cultural e territorial das dinâmicas turísticas;
- implementação de políticas coerentes com as possibilidades e capacidades reais do território.

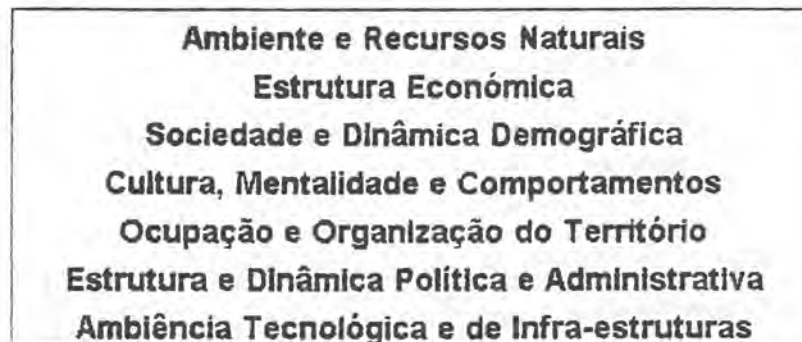
Por outro lado, podemos tecer algumas considerações sintéticas sobre os atributos necessários a um processo de desenvolvimento sustentado do turismo, em articulação com a internalização de modelações alternativas dos sistemas turísticos locais e regionais.

Questionar o desenvolvimento sustentado do turismo é especialmente explorar a ideia de fundo que o desenvolvimento dos sistemas turísticos locais e regionais “se podem sustentar, suportar, resistir a crises”. Importa, pois, que as dinâmicas geradas no sistema turístico sejam dotadas de uma rapidez de ocorrência compatível com as capacidades de assimilação/participação dos agentes locais, de uma visibilidade coerente com a manutenção e desenvolvimento de uma imagem atractiva do espaço de destino, com a qual marque diferença relativamente a outros espaços turísticos concorrentes e, finalmente, que articule através de uma política concertada as várias estratégias dos actores em presença.

O desenvolvimento sustentado do turismo deverá adquirir uma base estruturacional, comportando as várias vertentes das inter-relações que se estabelecem entre as dinâmicas específicas do turismo e os âmbitos principais de avaliação do desenvolvimento local e regional (ver quadro). A dinâmica destas inter-relações terá em conta as capacidades reais dos recursos humanos e de capital disponíveis no território, a capacidade de afirmação de estratégias por parte dos agentes de base local, bem como os níveis potenciais de inovação, nos planos das técnicas, das tecnologias e dos produtos turísticos, gerando/perdendo

maximização de competitividade. Refira-se ainda que a dimensão política é relevante em todo o processo.

**Principais âmbitos de avaliação dos papéis do turismo na
(In)sustentabilidade do desenvolvimento local e regional**



Podemos finalmente identificar os principais componentes de um desenvolvimento turístico sustentável, articulado à procura de formas de modelação alternativa das dinâmicas nos sistemas turísticos locais e regionais:

- estabelecimento de limites ecológicos e de padrões turísticos mais equilibrados ao nível da oferta (capacidades potenciais de carga calculadas em função dos níveis relativos de sofisticação do sistema turístico);
- conservação dos recursos básicos do território, designadamente os ambientais, paisagísticos e culturais;
- alargamento do esforço tecnológico para tornar o seu uso mais eficiente;
- garantir a viabilidade económica dos investimentos;
- capacidade de manutenção de níveis satisfatórios de rendimento;
- retenção de recursos (designadamente no domínio das mais-valias produzidas no sector), por forma a manter e/ou desenvolver sinergias económicas internas;
- respeito pela diversidade das espécies de animais e plantas (biodiversidade);
- minimização dos impactos adversos e aproveitamento de potencialidades e oportunidades;
- controlo por parte da comunidade/sociedade local, designadamente em matéria de decisões (alargamento da participação individual na vida colectiva, em particular nas decisões relevantes no âmbito do turismo);
- respeito pela cultura vernácula mas criando em simultâneo eixos de abertura e de acesso a inovações qualificadoras do turismo e da vida das populações;

- articulação entre políticas locais/regionais e políticas nacionais/internacionais, numa óptica de respeito e correcta inserção nas normas globais;
- evitar especializações geradoras de dependências fragilizadoras do tecido produtivo local.

A sustentabilidade do desenvolvimento turístico em Portugal tem no turismo alternativo um percurso interessante a alargar e sedimentar, apesar das mudanças verificadas nos últimos anos, designadamente com o crescimento de várias modalidades de turismo em espaço rural (turismo de habitação, turismo rural e agroturismo, turismo de aldeia), de turismo activo (cinegético, pesca desportiva, mergulho, etc) e circuitos associados aos interiores rurais onde ainda se podem admirar formas tradicionais de expressão cultural. No entanto, é conveniente referir que pensar um crescimento turístico sustentado e alternativo que possibilite uma qualificação geral do espaço de destino turístico é fundamentalmente utópico (ver figura), pois sempre as intervenções permitem ganhar qualidade num sentido mas perder património noutra sentido. Será mais lúcido pensar uma estratégia que leve à adequação do território à recepção e acolhimento turístico, que frequentemente degrada patrimónios existentes, mas facultando equipamentos e infra-estruturas e formação/qualificação dos recursos humanos e rendimento familiar que manifeste melhorias notórias na qualidade de vida. Entre a utopia e o desastre, importa procurar modelações alternativas e sustentáveis em acordo com as especificidades do território, da sociedade e da cultura.



4. Conclusões

Em conclusão, podemos enunciar um conjunto articulado de eixos fundamentais de conexão entre turismo alternativo e sustentabilidade do desenvolvimento local/regional: (i) planejar e executar uma gestão integrada de recursos no território; (ii) difundir as bases de um turismo alternativo, no pano de fundo de uma concepção estruturacional do desenvolvimento, que envolva as diversas cambiantes do progresso humano; (iii) a afirmação de uma sensibilidade pelo local, numa lógica de coordenação com o sentido da globalização das questões económicas, geo-políticas e ambientais; (iv) afirmar mecanismos de integração económica e negar especializações excessivas; (v) definir estratégias e implementar políticas coerentes de desenvolvimento turístico, com a construção, a prazo, do turismo (ciclo turístico) alternativo; (vi) adequar a modelação turística as estruturas preponderantes do imaginário turístico, das motivações e das práticas; (vii) ter presente que não são universalizáveis modelos teóricos, uma vez que cada vez mais a diferentes espaços, correspondem diferentes turismos, diferentes dinâmicas de actuação e estruturação, gerando globalmente diferentes impactos; (viii) garantir a estruturação dinâmica de tecidos produtivos diversificados, modernos e competitivos.

Finalmente, a sustentabilidade do desenvolvimento turístico, bem como a sua contribuição para os processos do desenvolvimento dos tecidos locais, sustenta-se num jogo dinâmico de eixos que sintetizamos em seguida:

- endogeneidade/indução externa da dinâmica dos actores;
- sustentabilidade/dependência do tecido turístico;
- lógica de ciclos num articulado dinâmico entre ciclos gerais e ciclos restritos, bem como entre macro-ciclos e micro-ciclos;
- mecanismos de integração da estrutura de serviços directamente ligados ao turismo no tecido de actividades económicas e funções do território aos níveis local e regional;
- a rapidez relativa de realização de uma dinâmica de crescimento do turismo tem-se orientado sobretudo por princípios macro e microeconómicos, não se dando adequada valência a outras dimensões componentes do progresso e do desenvolvimento, designadamente as dimensões ambiental, social e cultural.

BIBLIOGRAFIA

CAVACO, C. (1979) - O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais; Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa.

CAVACO, C. (1993) - "Da integração na PAC ao turismo cinegético". *Inforgeo - Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos* (Nº6) ; Lisboa. pp. 37-53.

EADINGTON, W. R. and SMITH, V. L. (1992), Org. - *Tourism Alternatives. Potentials and problems in the development of tourism*. University of Pennsylvania Press, Philadelphia.

ELLIOT, E. and PARTIDÁRIO, M. R. (1994) - "On the edge of tourism (un)sustainability - a case-study in the Algarve". *Sustainable Tourism for the 21st Century*, Lagos - Algarve. Nov. 1994.

LEWIS, J. R. and WILLIAMS, A. M. (1991) - "Portugal: market segmentation and regional specialization" in A. M. Williams and G. Shaw (eds) *Tourism and Economic Development: Western European Experiences* . London: Belhaven Press.

LOZATO-GIOTART, J.-P. (1987, 2ª ed. rev. aum.) - *Geographie du Tourisme*. Masson, Paris.

MILL, R. C. and MORRISON, A. M. (1992) - *The Tourism System: An Introductory Text*. Prentice-Hall, London.

PAIS, J. M. (1992) - "A vida como aventura: uma nova ética de lazer?". *World Leisure Congress - New routes for leisure* , Lisboa 1992.

PEARCE, D. G. (1981, 2ª ed. rev. aum.) - *Tourist Development*. Longman Scientific & Technical, Essex.

SAMUEL, N. (1992) - "The future of leisure time". *World Leisure Congress - New routes for leisure* , Lisboa 1992.

SIMÕES, J. M. (1993) - "Um olhar sobre o turismo e o desenvolvimento regional". *Inforgeo - Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos*, (Nº6) , Lisboa.

SIRGADO, J. R. (1990) - *Turismo e Desenvolvimento Local e Regional. O caso do Concelho de Lagos na Região do Algarve e no País*. Dissertação de Mestrado. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.

SIRGADO, J. R. (1993) - "Turismos nas Regiões Portuguesas. Contributo para a modelação de um cenário de desenvolvimento e inovação para o final do século". *Inforgeo - Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos*" (Nº6), Lisboa.

SIRGADO, J. R. (1994) - "Portugal in the european tourism map: recent trends and strategies for the future". *IGU Regional Conference* , Prague 1994.

THEOBALD, W. (1994), Org. - *Global tourism. The next decade*. Butterworth & Heinemann, Oxford.

4. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, OFERTA DE SERVIÇOS DE TURISMO E LAZER E IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL - O CASO DE S. PEDRO DO SUL

Teresa Alves e José Manuel Simões¹

O desenvolvimento das actividades de turismo e lazer tem conduzido à expansão dos equipamentos e infra-estruturas, assim como do emprego e do valor gerado pelo sector. Calcula-se que, em 1994, a quota parte destas actividades na população activa em Portugal rondasse os 14% (INE) e as verbas do turismo desde há muito que são um contributo importante para o equilíbrio da balança de pagamentos.

Foi a partir dos anos 60 que se tomou consciência da importância económica e social das actividades de turismo e lazer. O facto de serem actividades muito intensivas em força de trabalho, portanto com um elevado potencial criador de empregos, fez com que os poderes políticos começassem a interessar-se pelo sector, implementando sistemas de incentivos ao seu desenvolvimento. Numa primeira fase procurou-se fomentar a construção de infra-estruturas e equipamentos, hoje a principal preocupação centra-se no desenvolvimento das actividades complementares, nomeadamente de animação.

Nos últimos anos "descobriu-se" que o turismo podia ser a "salvação" das regiões mais carenciadas de actividades económicas, nomeadamente nas áreas rurais. Assim, assistimos, nestas áreas, ao crescimento da capacidade de alojamento e das actividades conexas com o turismo. Todavia, o reduzido poder de consumo da população nacional e o afastamento dos grandes circuitos do turismo internacional faz com que muitos destes investimentos continuem por rendibilizar. São necessárias novas estratégias, agora de dinamização da procura, tornando o acesso às actividades de turismo e lazer mais fácil.

Esta comunicação centra-se no concelho de S. Pedro do Sul e procura mostrar como se

¹ Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, NETEL.

Agradecemos a todos que, com as suas informações, contribuíram para a realização desta comunicação.
Congresso Internacional da Associação Mediterrânea de Sociologia do Turismo, "Que Turismo para o Séc. XXI?"

têm processado, ao nível local, as transformações decorrentes da necessidade de adaptar as estruturas da actividade turística às novas condicionantes do funcionamento do sistema económico e às mudanças nos padrões de gosto e de comportamento da procura.

1. Reestruturação produtiva e a diversificação da oferta de serviços de turismo e lazer

O turismo no concelho de S. Pedro do Sul esteve, até há bem pouco tempo, em completa dependência da estância termal. Hoje as motivações que trazem os turistas começam a ser outras. Apesar do termalismo estar de novo mais dinâmico, a necessidade de diversificar as clientelas promoveu o surgimento de novos investimentos orientados para outros tipos de turismo. Para fazer face a uma competição cada vez mais forte, é necessário proceder a mudanças que reorganizem o sector segundo novos valores.

Os vectores estratégicos que têm norteado esta reestruturação das actividades de turismo e lazer podem ser resumidos em quatro pontos:

- . expansão e melhoria da **qualidade** dos serviços de alojamento;
- . **diversificação** da oferta de serviços complementares;
- . **redução dos custos** fixos em pessoal;
- . **desenvolvimento de novas complementariedades**, através da valorização de novos recursos turísticos.

. Expansão e melhoria da qualidade dos serviços de alojamento

Na última década as condições de alojamento no concelho de S. Pedro do Sul modificaram-se radicalmente, quer pelo crescimento do número de camas, quer pela melhoria do padrão de qualidade dos serviços oferecidos. Com a construção de novas unidades e a realização de obras de melhoramento e alargamento nas que já existiam (Quadro 1), promoveu-se a diversificação da tipologia da oferta de alojamento, procurando abranger clientelas mais variadas e mais exigentes.

QUADRO 1

Evolução do alojamento turístico no concelho de S. Pedro do Sul, 1985-1995

	Nº UNIDADES 1985	Nº UNIDADES 1995	CONSTRUIDO APÓS 1985	REMODELAÇÃO APÓS 1985
HOTÉIS	2	4	2	2
PENSÕES	5	5		5
RESIDENCIAIS	1	3	2	1
APARTAMENTOS TURÍSTICOS	0	2	2	
PARQUE DE CAMPISMO	1	2	1	1
TURISMO SOCIAL	1	1		1
TURISMO ESPAÇO RURAL	0	7	7	
TOTAL	11	24		

Fonte: Inquéritos, 1995

Com uma oferta de alojamento muito concentrada nas Termas (as excepções são apenas um parque de campismo e as unidades TER), o dinamismo observado não foi apenas resultado das expectativas de expansão da procura por parte dos aquistas. Se nos hotéis, pensões e residenciais, mais de 80% dos clientes estão ali, ainda hoje, pelo termalismo, nos apartamentos, nos parques de campismo e nas unidades TER, as motivações são outras: os clientes destas unidades procuram férias no campo, na montanha e em contacto directo com a natureza.

A conjugação do crescimento das diversas motivações contribui para a expansão do movimento de turistas no concelho. Por um lado, o termalismo praticado em S. Pedro do Sul não se destina apenas à população idosa, pois o número de crianças e jovens que recorrem aos tratamentos é cada vez maior, particularmente pelas doenças dos foros respiratório e alérgico. Por outro, o turismo e o lazer em meio rural ou em meio natural

ganharam novos adeptos em alternativa à massificação do turismo de praia, o que levou à valorização dos locais onde ainda existe alguma proximidade com a natureza e onde o contacto com o campo permite uma vida mais saudável, em conformidade com as tradições e os valores ecológicos.

A actual oferta oficial de camas ronda as 600; em 1992 as estatísticas apresentavam um valor de apenas 367 (INE). A ela há ainda que juntar a oferta paralela dos quartos e das casas particulares, que não tem parado de aumentar em virtude das deficientes condições económicas da população (cerca de 45% activos na agricultura, em 1991: INE) e da carência de fontes alternativas de rendimento.

A melhoria da qualidade dos serviços oferecidos nas unidades "oficiais" é patente no crescimento do número de quartos com casa de banho e do espaço de salas comuns, na preocupação com a decoração e com o enquadramento paisagístico das unidades. Enquanto nas pensões e residências as obras mais frequentes se relacionaram com a construção de casas de banho privativas ou com a criação de espaços de estar comuns, nas unidades TER, quase sempre derivadas da recuperação de edifícios ligados às actividades agrícolas ou casas dos proprietários de antigas quintas, a preocupação com a qualidade do ambiente recriado constitui o elemento mais valorizado.

Outro vector fundamental da melhoria da qualidade dos serviços oferecidos relaciona-se com a qualificação profissional do pessoal ao serviço. Também aqui está patente uma certa melhoria resultante da realização no concelho de cursos de curta duração de iniciação e aperfeiçoamento das actividades hoteleiras. No entanto, as deficiências são ainda relevantes, o que decorre, por um lado, do recurso sistemático a emprego sazonal ou, mesmo, a tempo parcial, sem qualificação, e por outro, da utilização de alunos, em regime de estágio, das escolas profissionais da região. Algumas destas escolas carecem, aliás, de docentes qualificados para leccionarem certas matérias especializadas, o que se reflecte na baixa *performance* dos alunos.

. Diversificação da oferta de serviços complementares

O número de pessoas que passam anualmente pelo concelho é elevado (em 1992, segundo o INE, ocorreram mais de 55 mil dormidas). Só os utentes do Balneário das Termas rondaram os 17 mil em 1994, a estes há que juntar os acompanhantes, assim como os que procuram o concelho com outros objectivos. O facto do turismo termal implicar a permanência durante um determinado período, geralmente 15 dias, reflecte-se numa estadia média relativamente prolongada e, conseqüentemente, na necessidade de desenvolver actividades complementares e de animação de modo a preencher o tempo dos veraneantes, aquistas e visitantes.

Os serviços complementares e de animação são nuns casos oferecidos pelas próprias unidades de alojamento e noutros por entidades exteriores. De um modo geral, podemos dizer que são as unidades menos dependentes dos utilizadores das termas (os apartamentos turísticos e as unidades TER) as que oferecem maior diversidade de actividades complementares (piscinas, campos de ténis, de voleibol, de basquetebol, ping-pong, tiro ao alvo, bicicletas, canoagem, remo, ginásio, massagens, sauna, hipismo, organização de passeios na região).

O facto dos apartamentos turísticos e um dos hotéis pertencerem à mesma empresa permitiu atingir uma dimensão que rendibiliza o investimento e a utilização de um número apreciável de equipamentos complementares. Denotando o avanço das formas de organização da oferta, é precisamente este tipo de unidades que começa a desenvolver os sistemas de sub-contratação, formação de redes com outras empresas para a exploração dos restaurantes, bares, esplanadas, lojas e supermercados.

Nas unidades mais antigas nota-se um certo imobilismo em relação a este vector dos serviços de turismo e lazer. Continua a prevalecer a lógica de que as Termas e os espaços públicos são suficientes para ocupar os seus clientes. Nesta área o investimento público tem tido um papel importante, não só pela construção do novo balneário, como pelo arranjo dos espaços públicos (jardins, margens do rio, praia fluvial) e pela implementação, na época alta, de programas de animação com espectáculos e exposições/feiras.

Simultaneamente, surgiram investimentos privados avultados em discotecas, bares e restaurantes. Os utilizadores destes serviços não se limitam aos veraneantes; exercem uma atracção forte sobre concelhos vizinhos e mesmo áreas mais distantes, como Aveiro ou o Porto. Para tal contribui, para além da fama criada pelos equipamentos, a melhoria das acessibilidades, com a construção da auto-estrada e do IP5.

A diversificação da oferta de serviços complementares para além de qualificar a oferta turística, dinamizou a actividade empresarial, a criação de novos empregos e a construção de infra-estruturas e equipamentos, que podem ser também utilizados pela população local.

. Redução dos custos fixos em pessoal

Um vector estratégico na guerra da competitividade é a redução dos custos de funcionamento das unidades e a forma mais corrente é a redução dos custos fixos com pessoal.

Todas as unidades contactadas recorrem a contratação sazonal ou a tempo parcial, perante o reduzido número de pessoal permanente. De acordo com os dados do Recenseamento Geral da População de 1991, os residentes no concelho activos nos hotéis e similares eram cerca de 130, valor muito longe do real. A oferta de trabalho na região é elevada, sendo fácil encontrar uma procura de pessoal desqualificado: nas épocas de maior procura não existem, com efeito, dificuldades em contratar a força de trabalho de que se necessita.

Outro meio de reduzir os custos fixos em pessoal é a externalização de funções. O nível de externalização é muito variado sendo, de um modo geral, maior nas unidades mais recentes (hotéis e apartamentos turísticos). A aquisição no exterior destes serviços assegura a diminuição dos encargos com pessoal e garante, em princípio, a sua prestação por pessoal mais qualificado para executar as diversas funções.

A externalização de serviços de apoio à produção afecta todos os sectores de actividade, embora se continue a privilegiar na investigação as mudanças na indústria transformadora. No caso das actividades de turismo e lazer assistimos, cada vez mais, ao

desenvolvimento de esquemas de subcontratação ou à formação de redes de empresas para a prestação de serviços, estruturando uma complexa teia com impactos regionais e locais muito diferenciados. No caso de S. Pedro do Sul, a lavagem de roupa, a animação, os abastecimentos, a jardinagem, a manutenção e reparações são serviços adquiridos localmente, enquanto a publicidade e a comercialização são prestados por empresas e organismos que operam a nível nacional. No primeiro caso, os efeitos sobre a dinamização e diversificação do tecido produtivo local podem ser apreciáveis.

Na maior parte das pensões e residenciais continua a prevalecer a plurifuncionalidade do pessoal como estratégia para assegurar a competitividade através do baixo preço do serviço. Nestes casos o factor qualidade é menos determinante para a atracção dos clientes.

Muito intensivas em força de trabalho as actividades de turismo e lazer ao procurarem diminuir os custos em pessoal fixo podem incorrer em estratégias negativas para o desenvolvimento do sector. Requerendo, quase sempre, um contacto directo entre consumidores e prestador do serviço, estas actividades são das que podem ser classificadas como intensivas em personalidade. O comportamento do prestador do serviço é determinante na satisfação do consumidor. Se a formação profissional não for a adequada, o sucesso da actividade está em risco. Este é sem dúvida o principal estrangulamento da maior parte das empresas de serviços de turismo e lazer que operam em S. Pedro do Sul.

. Novas complementaridades através da valorização de novos recursos turísticos

Conscientes das novas motivações da procura turística, assistiu-se nos últimos anos ao desenvolvimento do interesse dos operadores por recursos que possam complementar o termalismo.

O concelho é rico em património histórico e arquitectónico (vestígios pré-históricos; balneário, pontes e estradas romanas; conventos medievais; solares dos séculos XVIII e XIX), a gastronomia é célebre, o espaço rural e o espaço natural mantêm-se quase intocados.

O rio Vouga oferece potencialidades à prática de desportos aquáticos. A entrada em funcionamento da ETAR vai garantir a qualidade da água durante todo o ano.

O maciço, constituído pelas serras da Gralheira, Freita e S. Macário, é outro dos recursos turísticos. Do alto dos seus cumes a paisagem é deslumbrante, abarcando-se do Montemuro à Estrela e ao Caramulo. Perdidas, em vales profundos, encontram-se algumas das aldeias mais típicas de Portugal: Pena, Fujaco, Manhouce, Coalheira, Leirados, Candal, Covas do Monte ... Para os amantes das caminhadas, dos banhos em ribeiros de água limpa, da escalada, da arqueologia industrial (antigas minas de volfrâmio), a Serra oferece inúmeros atractivos.

Por outro lado, o termalismo tende em transformar-se em turismo de saúde, preventivo: as pessoas procuram o descanso e a descontração, através da hidroterapia.

Só muito recentemente surge a utilização destes recursos na propaganda turística do concelho. Mesmo ao nível dos responsáveis pelas políticas de desenvolvimento local e do turismo em geral, a diversificação dos atractivos turísticos continua mais ou menos esmagada pela polarização em torno das Termas (a receita das actividades termais em 1994, ultrapassou 300 mil contos). Esquece-se que os aquistas já estão fidelizados através da qualidade dos recursos termais. Se a aposta é desenvolver o concelho com base no turismo é necessário divulgar outros potenciais atractivos turísticos para atrair e satisfazer novos tipos de procura.

As mudanças, embora lentas, são já evidentes. O turismo em espaço rural é uma das vertentes e o crescimento da procura das unidades TER é disso reflexo. Nas três unidades contactadas, com capacidade para alojar cerca de 80 pessoas, nos meses de Julho e Agosto, nas férias da Páscoa e do Natal/Ano Novo e nos fins de semana, em geral, as marcações estão no geral cedo esgotadas. A excelente relação custo/qualidade é sem dúvida um dos trunfos que justifica o sucesso destas unidades.

Por seu turno, nos apartamentos turísticos, com capacidade para mais de 200 pessoas, o principal interesse dos clientes centra-se no usufruto do espaço rural e da natureza e, simultaneamente, da gastronomia. Esta começa a evidenciar-se como factor de atracção de veraneantes ao concelho. O facto de se terem criado restaurantes, alguns dos quais

mesmo dentro das unidades de alojamento, que apostam na qualidade e nas tradições locais tem sido factor determinante no incremento da procura gastronómica.

Mesmo entre os aquistas e seus acompanhantes é cada vez mais frequente a prática de actividades de lazer para além dos "banhos". Antigamente os aquistas passavam parte do dia dentro do balneário, pois a morosidade dos serviços era grande. Hoje, tal já não acontece, permitindo-lhes dispôr de tempo para outras actividades, sendo as mais frequentes os passeios nas Serras do Caramulo, da Gralheira, da Freita e do S. Macário e a procura de novas experiências gastronómicas.

Por outro lado, a existência de uma razoável capacidade de alojamento, numa região relativamente acessível ao litoral, e com recursos turísticos tão variados, tem promovido o surgimento de outros tipos de turismo, como o de incentivos e o de congressos. Não é por acaso que as novas unidades hoteleiras tiveram a preocupação de se dotarem de salas de reunião, o que também se observa ao nível das unidades TER.

Indicador de que a procura turística do concelho está a mudar de orientação é, ainda, a sua integração em programas para estrangeiros, particularmente ingleses e espanhóis, que passam aqui alguns dias da sua estadia em Portugal.

Na busca de novas complementariedades assumem particular relevo as territoriais, estando a ser abandonada a visão de utilização apenas dos recursos concelhios. Assim, muitas das actividades complementares estendem-se até aos concelhos vizinhos, como Vouzela (Serra do Caramulo e restauração), Castro Daire e Arouca (Maciço da Gralheira) e Viseu (cidade de Viseu e restauração).

2. Os contributos da política municipal para as novas apostas no turismo e lazer e a melhoria das condições de vida dos residentes

. O termalismo

A principal contribuição do município para o desenvolvimento desta actividade foi a construção de um Balneário adequado às terapias do moderno termalismo. Com um movimento que o posiciona como o mais frequentado da Península Ibérica, o Balneário está aberto todo o ano e apresenta uma sazonalidade na utilização em que a época morta está cada vez mais limitada ao período de Dezembro a Março. Durante este os residentes na região usufruem de grandes descontos, e garantem a continuidade de exploração do equipamento.

Na época escolar a piscina de água quente do balneário é utilizada para o ensino da natação às crianças que frequentam o primeiro ciclo do básico, promovendo um dos vectores mais positivos do desenvolvimento do turismo: a criação de infra-estruturas e equipamentos que podem também ser usufruídos pelas populações locais.

. O arranjo, equipamento e animação dos espaços exteriores

Outra área de actuação dos poderes municipais, contribuindo para a melhoria da estadia dos veraneantes, tem sido o arranjo e equipamento dos espaços exteriores. Estas acções não se têm limitado às Termas e beneficiaram outras localidades do concelho. Através de obras de jardinagem, redesenho dos espaços públicos, instalação de parques infantis, equipamento da praia fluvial, arranjo das margens do Vouga e do Sul, a Câmara Municipal fomenta a criação de uma imagem de qualidade para o concelho.

Na época alta das Termas, que corresponde também ao período de regresso de migrantes naturais do concelho para aqui passarem as férias, são implementados programas de animação, que vão da música ao teatro, das feiras às exposições. Simultaneamente, faz-se grande divulgação das festas e romarias que vão ocorrendo não só no concelho como em toda a região.

. A qualidade do ambiente, primeiro de todos os recursos

Uma das áreas de actuação privilegiada da administração local, nos últimos anos, tem

sido a preservação da qualidade ambiental, tendo mesmo ganho um prémio da QUERCUS, que o distinguiu como um dos municípios mais limpos do país.

Entre as iniciativas mais importantes releve-se a construção da ETAR. Investimento inter-municipal de grande envergadura, tem sofrido as vicissitudes dos atrasos decorrentes da burocracia da administração pública.

Por outro lado, entraram já em funcionamento serviços municipais para a recolha de sucata, de pneus/borrachas e dos óleos das oficinas de reparação automóvel. Na vila existe um sistema de recolha selectiva de lixos, separando o vidro e o cartão do restante lixo; no resto do concelho a recolha de vidro processa-se em dias previamente estabelecidos.

O papel do município em prol da qualidade do ambiente tem sido acompanhado pelas principais unidades poluidoras do concelho, que instalaram sistemas de tratamento de águas e lixos que asseguram reduzidas cargas de poluição. No caso de uma unidade de criação e abate de frangos, o sistema de tratamento de resíduos significou um investimento de mais de 100 mil contos, mas significou também a saída de água pronta a ser reutilizada. No caso de uma unidade de produção de ovos, os resíduos sólidos são utilizados para a produção de bio-gás.

Os esforços e as acções do poder municipal e dos agentes económicos não conseguem, contudo, ultrapassar as carências educacionais das populações, que ainda não aprenderam a lidar com lixos não bio-degradáveis como o plástico, o vidro e as latas, que povoam ribeiras e outros lugares muito aprazíveis.

3. Impactos no desenvolvimento local

. Dinamização e diversificação do tecido empresarial local

Para além da dinamização das actividades directamente relacionadas com o turismo (alojamento, restauração, bares, discotecas, piscinas, campos de jogos, actividades desportivas...), assiste-se ao incremento da construção civil, do comércio retalhista, dos

serviços relacionados com os automóveis, dos bancos, dos serviços pessoais, etc.. Simultaneamente, surgem iniciativas no âmbito dos serviços de animação, umas de natureza empresarial, como a organização de passeios ou a recriação de actividades rurais, outras não monetarizadas, como o teatro e os espectáculos de música tradicional. De um modo geral, cresceu o valor gerado no concelho.

. Valorização de pequenas poupanças locais

O desenvolvimento do turismo tem permitido a valorização de pequenas poupanças locais, nomeadamente através dos investimentos em restaurantes, comércio retalhista, serviços de apoio à população e serviços de animação. Mesmo ao nível do alojamento, e sem falarmos da oferta paralela, algumas iniciativas têm por base capital local, particularmente nas unidades TER. Abrem-se hipóteses de no mercado paralelo do alojamento algumas unidades poderem evoluir para turismo rural ou agro-turismo.

. Atracção de investimentos

As potencialidades do concelho para a prática do turismo têm atraído investimentos exteriores, desde grandes empresas ligadas ao capital industrial do norte do país até a alguns profissionais liberais, que com raízes no concelho, vêm valorizar as antigas casas da família ou, simplesmente, alguns dos anexos agrícolas. Até aos anos 80, as unidades de alojamento e de serviços complementares existentes eram propriedade de naturais/residentes na região. Hoje, os maiores empreendimentos estão na mão de não residentes e de não naturais do concelho. As consequências destas mudanças podem ser negativas perante novas fases de crise. Os investimentos autóctonos são mais "resistentes" às flutuações do mercado.

. Criação de emprego

A expansão que se tem observado nos últimos anos nas actividades de turismo e lazer permitiu criar novos postos de trabalho. Todavia, a maior parte são empregos sazonais ou a tempo parcial. O emprego permanente, em 1995, nas unidades de alojamento não ultrapassa os 200 indivíduos, mas na época alta este valor mais que triplica. Se a este emprego juntarmos o pessoal dos serviços complementares, o volume ultrapassa o milhar de activos. Por outro lado, não podemos esquecer que o próprio Balneário quase triplica

os seus efectivos nos seis meses de maior actividade, através da contratação de pessoal, passando para cerca de 200 activos. Embora os salários pagos sejam baixos, o seu efeito no poder de compra concelhio é apreciável.

. Articulação com a agricultura, complementariedades de rendimentos e efeitos multiplicadores

O facto da maior parte dos empregos serem sazonais permite articular o trabalho no turismo com outra actividade, quase sempre a agricultura. Uma vez que os rendimentos provenientes das actividades agrícolas são reduzidos e os provenientes das actividades de turismo não são elevados, a sua combinação assegura um rendimento mínimo mensal que tem efeitos sobre a capacidade de consumo das famílias, tanto mais que, em geral, após o termino do contrato, os trabalhadores beneficiam, por alguns meses, do subsídio de desemprego.

. Criação de infra-estruturas, equipamentos e serviços de lazer utilizados pela população local

Um dos aspectos mais benéficos para a melhoria das condições de vida local, com efeitos de atracção e fixação de população jovem, é o surgimento de infra-estruturas e equipamentos de lazer abertos a toda a população. Das piscinas aos bares e discotecas, dos espectáculos de animação cultural ao teatro, a população da região pode beneficiar de estruturas e actividades que nunca seriam criadas apenas para si.

. Valorização de recursos patrimoniais de vária índole

Provavelmente, sem o interesse como recurso turístico inúmeros elementos do património local/regional não seriam objecto de qualquer tipo de valorização. Assim, não só se recupera a memória comum como se enriquece o presente.

. Ganhos ambientais

O incremento do turismo no concelho e a percepção que as práticas e valores turísticos estão a mudar de sentido levou ao investimento na qualidade ambiental. Este é sem dúvida, um dos maiores benefícios que as populações locais podem retirar do desenvolvimento das actividades de turismo.

. Fixação de população jovem

A conjugação dos diversos processos com que o crescimento das actividades de turismo está a promover o desenvolvimento local garante uma certa sustentabilidade económica, o que abre perspectivas e promove a fixação da população mais jovem.

4. Nota final

Ao longo da última década assistimos no concelho de S. Pedro do Sul a mudanças nas actividades de turismo, que se pautaram por determinados princípios: qualificação, diversificação, competitividade e desenvolvimento de novas complementariedades. As consequências para o concelho foram variadas e interviram de uma forma positiva nas condições do desenvolvimento local.

Existem, contudo, inúmeras potencialidades que ou estão sub-exploradas ou ainda não beneficiaram de valorização em termos turísticos, como muitas das aldeias da Serra da Gralheira, Freita ou S. Macário, locais ideais para umas férias repousantes, longe do *stress* e da confusão. Como o turismo de saúde na vertente da hidroterapia. Como o turismo jovem, particularmente o que se relaciona com a educação ambiental. Ou o turismo activo, dos desportos náuticos ao cicloturismo, à escalada e ao montanhismo. As tradições culturais dos trabalhos agrícolas (as desfolhadas, as vindimas, a pisadela), os cantares (lembre-se o Grupo de Cantares de Manhouce ou o Alafum), o artesanato (roupa de lã ou de linho, mantas, cestaria e objectos de madeira), a gastronomia (vitela e vinho de Lafões, sanchas e enchidos, broa de milho e cabrito na brasa), podem constituir por si só factores de atracção de turistas.

O termalismo é um turismo enraizado e com clientes fiéis de Norte a Sul de Portugal. Torna-se fundamental, agora, promover outras motivações: o concelho pode desenvolver uma economia com base no sistema económico e social gerado em torno das actividades de turismo.

5. TURISMO, PATRIMÓNIO E CIDADE: DA REVITALIZAÇÃO URBANA AO RISCO DE MANIPULAÇÃO DAS PAISAGENS

Eduardo Brito Henriques ¹

1. O florescimento das "indústrias da cultura" e o fascínio pelo património

Evidências...

O turismo cultural não é, em rigor, uma inovação recente, nem tão-pouco um produto específico das sociedades contemporâneas. Os factos da história e da cultura têm estado, pelo contrário, na mira dos interesses dos turistas desde há longa data, embora nem sempre com destaque semelhante. Com efeito, eram já eles que conduziam o *grand tour* que muitos jovens aristocratas ingleses do século XVIII empreenderam através dos centros artísticos e intelectuais da Europa e dos "lugares maiores" da Época Clássica ou as viagens que, no século seguinte, levariam artistas em busca de inspiração, titulares e burgueses "bem pensantes" até cidades como Florença, Roma, Nápoles ou Constantinopla.

Se existe algo de realmente novo na expressão que o turismo cultural assume nas sociedades contemporâneas, a novidade reside, antes de mais, no engrossamento das correntes de indivíduos mobilizadas e no modo como esta modalidade turística parece ter conseguido ultrapassar os perímetros restritos das elites, em cujo interior se acomodou no passado. Na verdade, o impacto que os factos culturais têm presentemente na geração de movimentos turísticos não pode deixar de constituir motivo de admiração. O sucesso de um acontecimento como a exposição comemorativa do centenário da morte de Van Gogh, organizada em Amsterdão no ano de 1990, constitui disso um bom exemplo: só esta mostra de arte foi visitada por 650 mil turistas estrangeiros, dos quais 46% ter-se-á deslocado àquela cidade holandesa propositadamente para esse efeito (BOS, 1994). A escala do fenómeno pode ainda ser avaliada por outros números, como aqueles a que

¹ - Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa e investigador do Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. A presente comunicação foi desenvolvida no âmbito do projecto de investigação "Turismo, lazer e desenvolvimento local" (Proj. JNICT nº PCSH/C/GEO/713/93).

Congresso Internacional da Associação Mediterrânea de Sociologia do Turismo, "Que Turismo para o Séc. XXI?"

chegou um estudo recente da Comissão das Comunidades Europeias no qual se estimava em 20% do mercado turístico da Europa dos Doze a parcela do turismo cultural, ou seja o equivalente a cerca de 26 milhões de indivíduos (GEATTE, 1993: 60).

A importância de que este segmento do mercado turístico se reveste nos nossos dias deve ser vista no quadro de um movimento, mais vasto e profundo, que aponta para um aumento progressivo da procura de bens e serviços de natureza cultural². O florescimento das "indústrias da cultura" - visível em domínios tão variados como a produção cinematográfica, a construção de equipamentos de lazer doméstico ou os mercados de arte e antiguidades... - foi, aliás, identificado já como um dos traços característicos do *capitalismo tardio* (cf. JAMESON, 1984), tendo marcado de forma muito particular os dois últimos decénios. O caso francês é, a este respeito, eloquente: desde os anos 60, as despesas culturais foram, de entre todas as componentes do consumo das famílias (com excepção da saúde), aquelas que observaram taxas de crescimento mais elevadas, tendo ainda quadruplicado os recursos afectados àquela rubrica pelas colectividades locais com mais de 10 mil habitantes apenas entre 1978 e 1987 (CHAZAUD, 1994: 99, 105). David HARVEY (1990: 62, 86) mencionou o caso do Reino Unido onde, em média, se assiste à abertura de um museu em cada três semanas, facto que o levou a considerar que "...Britain is rapidly turning from the manufacture of goods to the manufacturing of heritage as its principal industry". Mesmo em Portugal, apesar das diferenças no nível de desenvolvimento, não deixam de surpreender certos valores: o número de museus abertos ao público no Continente, por exemplo, duplicou entre 1979 e 1989, ao que correspondeu um aumento do volume de entradas de 121% no mesmo período. De resto, a generalização do interesse pelos universos da história e da cultura pode ainda divisar-se em muitos outros sinais, de entre os quais se salienta a forma como as questões de salvaguarda do património se tornaram num objecto corrente da atenção da opinião pública³.

As novidades que o turismo cultural apresenta na actualidade não residem apenas, porém, no alargamento da sua base social e no aumento do volume de indivíduos movimentados. Operaram-se também transformações ao nível das motivações e dos interesses dos turistas decorrentes das próprias mudanças nos contextos em que são enformados as condutas e os valores dos indivíduos. O tipo de produtos em que assenta a oferta do turismo cultural e a sua expressão geográfica não são hoje, por conseguinte,

² - Certos indicadores desfavoráveis, como as baixas taxas de leitura e a quebra do número de espectadores de cinema e teatro, não contradizem este facto. Dão conta apenas da ocorrência de mudanças significativas nos hábitos culturais e, em particular, do impacto das inovações ocorridas nos equipamentos de lazer doméstico (TV, videogravadores, *compactos*...) sobre o quotidiano e o tempo livre das famílias.

³ - Veja-se o caso da polémica recentemente gerada em torno das gravuras rupestres de Foz Côa.

absolutamente idênticos aos do passado, patenteando pelo contrário alguns traços relativamente originais.

Este facto foi já evidenciado em trabalho anterior, onde se analisaram as condições e os processos de configuração dos lugares turísticos urbanos (HENRIQUES, 1994). Com base no confronto entre as imagens de Lisboa emitidas pelos guias turísticos dos finais do século XIX e as divulgadas pelos textos da actualidade, foi possível detectar modificações significativas na composição e nos contornos da cidade revelada, muitas das quais resultavam de alterações nos juízos valorativos e nos critérios de definição do que tem ou não interesse turístico. De entre as mudanças identificadas naquele estudo sobressaíam claramente duas tendências maiores, de resto intimamente relacionadas entre si: (i) a passagem de uma atitude mais favorável - quase apologética - face aos valores da modernidade e do progresso para uma valorização redobrada - quase fetichista - das especificidades locais e dos elementos da memória e da tradição; (ii) e a extensão da noção de património, inicialmente circunscrita aos monumentos (*i.e.*, às formas "superiores" da criação humana) e entretanto alargada aos produtos da cultura popular.

Estas últimas flutuações na atribuição do valor de património vêm reiterar as observações de outros autores. Dominique POULOT (1992), por exemplo, ao passar em revista as mudanças ocorridas neste domínio nos dois últimos séculos, havia já identificado uma tendência para o alargamento da noção de património, cujo aspecto essencial parecia assentar na sacralização de tudo quanto pudesse constituir sinal de diferença e especificidade cultural (da arquitectura popular aos dialectos locais, às artes e ofícios tradicionais,...). Françoise CHOAY (1992: 12), por seu lado, referiu-se a uma "...triple extension typologique, chronologique et géographique des biens patrimoniaux...", concretizada na generalização (quase planetária) das preocupações e políticas de preservação do património e na atribuição de valor patrimonial aos elementos - outrora excluídos deste universo - próprios das arquitecturas (dita) *menor*, *vernacular* e *industrial*, ainda que concebidos pela história recente (fábricas desactivadas, habitações operárias da Revolução Industrial,...). Conclui-se deste modo que, para além do aumento do número de indivíduos potencialmente atraídos pelos factos da cultura, vimos assistindo também à diversificação dos elementos sobre os quais incide a procura do turismo cultural.

...e interpretações

Este novo fôlego de que o turismo cultural parece estar animado tem sido imputado às transformações, mais profundas, nas esferas da economia e da sociedade entretanto operadas. As leituras convencionais, por um lado, apelam aos princípios gerais da Lei de

Engel, insistindo na relação "natural" entre o aumento dos rendimentos e o incremento da procura de bens e serviços que se encontrem para além da satisfação das necessidades mais imediatas. Convém no entanto ter em conta outras interpretações, mormente aquelas que associam as alterações nos padrões de consumo às mudanças na estrutura do emprego e na composição da sociedade. A terciarização e as novas exigências da economia vêm justificando, com efeito, a afirmação dos grupos socioprofissionais mais escolarizados e o desenvolvimento das pequenas burguesias urbanas (liberais, quadros, profissionais técnico-científicos,...), no seio das quais se encontram condições mais favoráveis à procura de bens e serviços culturais⁴. De resto, as pesquisas levadas a cabo têm evidenciado a existência de uma estreita relação entre o mercado do turismo cultural e as classes médias com actividade no sector dos serviços e níveis de escolaridade elevados, sustentando aquelas interpretações e demonstrando que a tendência para a massificação deste tipo de procura turística está ainda longe de encerrar sinais de efectiva "democratização" (ao contrário do que por vezes se tem aventado): dos 400 indivíduos incluídos num inquérito aos visitantes da cidade de Lisboa realizado em 1993, por exemplo, observou-se que 59,9% tinha formação superior ou encontrava-se a frequentar este grau de ensino, enquanto só 13,5% apresentava 9 anos de escolaridade ou menos; o número de trabalhadores da indústria, por seu turno, cifrava-se em 2,8%, sendo de 35,4% a parcela correspondente a liberais, quadros e profissionais técnico-científicos (HENRIQUES, 1994: 169). Richard PRENTICE (1993) não identificou situações muito distintas no estudo que empreendeu a propósito do turismo cultural na ilha de Man, tendo citado ainda o caso expressivo de Williamsburg (Virginia) onde foi determinado que cerca de 80% dos turistas que acorriam àquela cidade histórica possuíam formação superior (PRENTICE, 1993: 57).

Como deixou entrever Pierre GEORGE (1982), não será apenas no aumento da escolaridade, mas também nas mudanças no tipo de saber transmitido e valorizado pela escola que devem procurar-se algumas das causas da crescente participação da cultura na vida social e, por conseguinte, do próprio desenvolvimento do mercado do turismo cultural. Na realidade, se é certo que a reestruturação da economia e a evolução tecnológica geram novas exigências no domínio da qualificação da mão-de-obra, não é menos verdade que valorizam preferencialmente o ensino de aplicação profissional, promovendo assim uma desintegração artificial do conhecimento em dois continentes: (i) o saber técnico, útil e essencial ; (ii) e a ilustração supérflua, complementar - a cultura. Ora, o sistema de educação/formação, ao privilegiar a primeira componente, acaba por

⁴ - Os consumos culturais intervêm nos processos de diferenciação social, funcionando como sinal de distinção, o que explica em grande medida que venham reunindo crescente importância junto das classes médias.

renunciar a parte da sua função integradora, abandonando o indivíduo num universo de referências histórico-culturais vagas, difusas, onde se situa com dificuldade. Impõe-se então como resposta o recurso a outros meios de conhecimento - entre os quais se conta a experiência turística - susceptíveis de responder (ou criar a ilusão da resposta) aos domínios que o sistema formal de educação vai negligenciando.

Os argumentos anteriores permitem compreender essencialmente as razões do crescimento numérico do volume de turistas mobilizados pelos factos da cultura. Não são suficientes para explicar, todavia, os motivos das alterações observadas na sensibilidade dos turistas e na própria concepção do património, ou seja a dupla tendência de revalorização do passado e de alargamento da área de incidência do turismo cultural.

HARVEY (1990) formulou uma interpretação rigorosa e sugestiva destes fenómenos, concatenando-os às mudanças recentes nas condições gerais de funcionamento da sociedade e da economia capitalistas, e em particular ao que designou por *compressão espaço-temporal*. De acordo com a sua leitura, o fetichismo do património, o gosto pelo passado e a valorização das tradições e das particularidades locais constituiriam respostas à mundialização da sociedade; funcionariam, dito por outras palavras, como reacções à vertigem causada pela crescente aceleração dos acontecimentos e do ritmo das inovações e à angústia da instabilidade identitária gerada pelas mudanças na percepção das distâncias e pelo aprofundamento da interactividade dos espaços (transnacionalização das empresas, globalização dos fluxos de pessoas e ideias,...). Seriam, em suma, o contrapeso da tendência para a normalização e para o universalismo que o projecto modernista encerra(va).

2. O património e a turistificação da cidade

Da cidade como lugar de turismo...

Um dos reflexos mais visíveis dos fenómenos anteriormente retratados reside no desenvolvimento do turismo em meio urbano. Com efeito, é nas cidades que os elementos patrimoniais mais se avolumam e a criação artística adquire maior riqueza e intensidade; é pois compreensível que o turismo cultural encontre nelas alvos privilegiados.

O fomento da actividade turística nos centros urbanos não se deve apenas, todavia, ao redobrado interesse pelo património e pela cultura surgido do lado da procura. Releva também das alterações ao nível das políticas urbanas e, mais concretamente, da

importância nelas dedicada à promoção da actividade turística. Na verdade, o turismo surge presentemente aos olhos dos técnicos e das autoridades como um dos caminhos possíveis para a inversão do processo de declínio em que caíram muitas cidades nos anos 70 (em consequência da desindustrialização e dos problemas de desemprego, deterioração das condições de vida e do ambiente urbano, criminalidade, *etc.*, que lhe sobrevieram), afigurando-se ainda como uma das soluções mais promissoras para a dinamização dos centros urbanos periféricos, pouco tocados outrora pelas vagas da industrialização e excluídos das áreas de maior crescimento económico. Certos quadros teóricos, como a teoria do ciclo de vida urbano, sustentam, aliás, estes pontos de vista (*cf.*, *e.g.*, SHURMER-SMITH e BURTENSHAW, 1994): à crise do modelo de desenvolvimento fordista e à passagem para uma nova fase do capitalismo corresponderia a crise da cidade industrial, o declínio urbano e finalmente a transição para um período de reurbanização, ou seja o "renascimento" de que resultaria um novo figurino de cidade.

O desenvolvimento do turismo em meio urbano pode assim ser visto também como um fenómeno de adaptação da cidade às novas condições da economia, parecendo corresponder portanto a um dos vectores em que assenta o processo de configuração da cidade (dita) pós-industrial. Na verdade, há indícios diversos que apontam no sentido do reforço do significado do turismo entre as funções urbanas. As evidências deste facto ao nível do emprego não são por agora muito esclarecedoras, já que os estudos aprofundados sobre esta matéria permanecem pouco numerosos e debatem-se com problemas de ordem operativa relacionados com as dificuldades na determinação dos efeitos indirectos do fomento do turismo (*cf.* LAW, 1992). Em contrapartida, resultam particularmente claras quando se atenta nas questões da paisagem e do uso do solo, domínios em que as mudanças suscitadas pelo desenvolvimento do turismo e os seus reflexos na requalificação imagética e valorização funcional da cidade parecem ser bastante notórios.

Alguns dos exemplos mais expressivos desta conquista recente do espaço urbano pelo turismo residem nas medidas de reconversão das frentes ribeirinhas, largamente difundidas na Europa e um pouco por todo o Mundo nos últimos anos. Londres, Roterdão, Génova ou Barcelona fornecem bons exemplos destes processos; em todas eles se procedeu à transformação de largos hectares de solo afectado às funções portuárias, de uso já muito extensivo, em novos espaços para fruição lúdica e consumo, promovendo a localização de novas actividades e a criação de uma paisagem inovadora e de elevado valor cénico. Nos locais onde ainda há uma dezena de anos se erguiam armazéns semi-arruinados, gruas, terminais de mercadorias e estabelecimentos industriais que sobreviviam com dificuldade, encontram-se hoje hotéis e residências de qualidade,

lojas de comércio especializado, vastas áreas de restauração, salas de espectáculos e museus, envolvendo portos de recreio ou ladeando passeios marítimos.

As medidas de reutilização para fins lúdicos e culturais de antigas áreas industriais e equipamentos (prisões, quartéis, hospitais, centrais termo-eléctricas, estações de caminho-de-ferro...) dispersos no tecido urbano, entretanto tornados obsoletos pelo progresso técnico ou cuja localização não se revela já ajustada à função inicial, são outras acções que, embora de menor dimensão, assentam numa filosofia semelhante e constituem igualmente evidências daquilo que se poderia denominar, retomando a terminologia de Jean-Michel DEWAILLY e Emile FLAMENT (1993), por *turistificação* da cidade - *i.e.*, a apropriação do espaço urbano pelo turismo. Normalmente este tipo de intervenções impressionam menos do que as operações de reconversão das frentes ribeirinhas, já que as mudanças funcionais e paisagísticas introduzidas e os montantes financeiros envolvidos são em regra de menor magnitude. Representam porém uma situação ainda mais corrente, tratando-se de uma forma de intervenção urbana que tem ganho grande aceitação e se generalizou em cidades de dimensão muito diversa. O exemplo de La Villette, em Paris, continua a ser contudo o mais interessante, não só pela sua envergadura mas também pelo sucesso dos resultados obtidos: a criação deste parque lúdico-cultural - museu da ciência e da indústria, Géode, Cidade da Música,... - no local onde anteriormente se encontrava o velho matadouro oitocentista conseguiu converter esta área periférica da capital francesa, tradicionalmente excluída dos circuitos turísticos intra-urbanos, num dos locais mais frequentados pelos turistas (cerca de 5 milhões de entradas em 1990).

Nalgumas das situações anteriores, a *turistificação* urbana fez-se acompanhar pelo alargamento do valor de património a novos elementos e áreas da cidade, nomeadamente aos testemunhos da arquitectura do ferro e do *modern style* (fábricas, estações de caminho-de-ferro, mercados,...) entretanto valorizados pelos novos usos. É todavia nos centros históricos que as relações entre o turismo, o património e a cidade se têm revelado mais intensas, mantendo mesmo entre si certas interacções de natureza simbiótica: por um lado, o crescimento do interesse dos turistas por estes valores veio dar novo fôlego às medidas de conservação e salvaguarda do património arquitectónico, promovendo não só o alargamento da sua área de incidência dos monumentos ao conjunto do tecido urbano mais antigo mas também a alteração da avaliação dos esforços nelas dispendidos - mais do que um custo social, este tipo de acções passaram a representar sobretudo um investimento; a atribuição de significado patrimonial àqueles conjuntos urbanos e o crescente cuidado dispendido na sua preservação e valorização vieram acentuar, por seu turno, a atractividade e a utilização turística dos centros históricos. Em consequência disto, estas áreas da cidade passaram a disfrutar, em muitos

casos, de uma imagem mais favorável (inclusivamente junto da comunidade residente), tornando-se simultaneamente objecto de novos investimentos, na sua maioria associados à instalação de funções estreitamente relacionadas com o turismo (restaurantes, cafés, lojas de material fotográfico, de artesanato e marroquinaria, antiquários e galerias de arte,...).

...ao cenário turístico em vez da cidade

Não restam dúvidas quanto ao facto do turismo poder funcionar - e funcionar efectivamente em muitos casos - como factor de revitalização de certas áreas particulares da cidade, nomeadamente dos centros históricos. Nos anos 80, o desenvolvimento do turismo urbano contribuiu em parte para o abrandamento - se não mesmo para a inversão - dos sintomas de degradação e decadência das áreas centrais de grande número de cidades, agravados até então pela fuga de população (com consequente empobrecimento das estruturas etárias e composição social) e funções motivada pelo crescendo das forças de desconcentração. A abertura de lojas de recordações e artesanato, de restaurantes e cafés, de postos de câmbio,... e até o próprio desenvolvimento de formas informais de animação deixadas a cargo de "artistas de rua" (músicos, mímicos, retratistas, *etc.*) trouxeram uma nova vida a muitos bairros históricos. Com o turismo vieram também as acções de valorização e embelezamento paisagísticos, as obras de beneficiação e conservação dos edifícios (embora, nalguns casos, associado à instalação de funções e, por conseguinte, limitado ao rés-do-chão), o investimento no mobiliário urbano e a melhoria das condições de circulação.

Mas o desenvolvimento do turismo na cidade, e em especial nos centros históricos, não produz apenas impactes positivos. Comporta também certos riscos que as análises mais entusiásticas, demasiado centradas no diagnóstico das virtudes estimulantes e regeneradoras da actividade turística, tendem perigosamente a esquecer ou a minimizar.

De entre estes, os problemas decorrentes do desrespeito pela capacidade de carga turística das cidades são os mais abundantemente referidos (*cf.*, *e.g.*, JANSEN-VERBEKE, 1993; COSTA e BORG, 1994). De facto, os vários milhões de indivíduos que visitam anualmente os centros históricos de cidades como Veneza, Florença ou Roma começam já a constituir um motivo de inquietação, quer pelas ameaças que colocam à integridade do património acumulado, quer pelo facto da "saturação" turística se repercutir negativamente no próprio grau de satisfação dos visitantes e, por consequência, na atractividade destes centros urbanos; trata-se além de mais de um problema com vastas probabilidades de vir a agravar-se no futuro e a estender-se a um número crescente de cidades, como deixam antever as tendências de evolução deste segmento do mercado

turístico. No caso da procura superar certos limiares de tolerância, o turismo cultural, designadamente em meio urbano, corre portanto o perigo de se tornar não só "autofágico", arruinando as próprias bases em que se sustenta, mas também depredativo, passando a representar desvantagens para a cidade bastante superiores aos benefícios (danos na qualidade do ambiente urbano, sobre-utilização das infra-estruturas e dos equipamentos com consequentes acréscimos nas despesas correntes e de investimento, desqualificação do tipo de atendimento prestado no comércio e serviços,...).

A pressão excessiva do turismo na cidade não tem apenas aquele tipo de implicações. A incidência da procura turística em certos trechos particulares do espaço urbano traduz-se também, muitas vezes, numa excessiva especialização funcional, donde procedem óbvios prejuízos para a comunidade residente e para a coesão do conjunto do tecido urbano. Na verdade, não é raro que a conquista do espaço pelas funções directamente relacionadas com o turismo se faça à custa da substituição de usos anteriores com menor capacidade de remuneração do solo mas vitais para a subsistência da vida de bairro, como o pequeno comércio tradicional e certos serviços pessoais menos qualificados. Assim sendo, é possível que o desenvolvimento das actividades mais dependentes da procura turística conduza a um desajustamento crescente entre as necessidades da população residente e o tipo de funções oferecido, processo que no limite poderá comprometer a própria sustentabilidade das rotinas diárias e da função residencial. Em situações mais extremas de especialização turística de certas áreas da cidade pode assistir-se mesmo ao "enquistamento" funcional e social desses segmentos do tecido urbano; é um fenómeno que tenderá, de resto, a assumir proporções tanto mais preocupantes quanto maior for o desnível entre os rendimentos da população hospedeira e dos turistas ou as diferenças entre os respectivos hábitos de consumo. Em Praga, por exemplo, como noutras cidades da Europa de Leste onde se observou um aumento súbito e intenso da pressão turística nos últimos anos, é já visível a tendência para uma evolução neste sentido: a colonização do centro histórico por uma série de funções explicitamente orientadas para a procura alógena e às quais a população residente (por enquanto) apenas dificilmente pode aceder ou de que só marginalmente carece (comércio de cristais, recordações, antiguidades, galerias de arte, artesanato,... mesmo certas formas de restauração) transporta consigo o perigo do dualismo e da segregação, ameaçando converter esta área da cidade num espaço de exclusão, isolado e cada vez mais distante da envolvente urbana.

Os factos anteriormente referidos sugerem, em suma, que o desenvolvimento descomedido das funções turísticas pode incorrer, sob a aparência da dinamização da economia e da qualificação paisagística e funcional, no deslaçamento definitivo dos sedimentos sociais e na configuração de novas realidades (an)urbanas, destituídas de vida

própria, que reduzem a cidade (ou certos trechos dela) à condição de um grande cenário/museu ou de um vasto *shopping center* para turistas. Contudo, para além deste tipo de impactes mais directamente relacionados com o conteúdo funcional do espaço urbano e com as problemáticas sociais, há que ter ainda em conta os efeitos gerados pela *turistificação* ao nível das representações mentais da cidade e as suas interferências na textualidade das paisagens - aspectos que, embora de importância não inferior, têm sido claramente negligenciados na maior parte dos estudos sobre as consequências do desenvolvimento do turismo urbano.

As diferenças no sentido atribuído aos lugares e às paisagens pelos turistas e pela comunidade residente encerram, com efeito, um potencial de conflito imenso, cujo equilíbrio se revela amiúde difícil de manter. Como os textos, as paisagens estão sujeitas à flutuação de sentido que depende das variações nos contextos e nos universos de referências de onde procedem os diferentes indivíduos. A mesma paisagem pode portanto conter significados diversos - nalguns casos mesmo antagónicos - para comunidades inter-textuais distintas, suscitando por isso atitudes diferenciadas em cada uma delas. É nestes desencontros que residem alguns dos focos de mal-estar e conflito latente que por vezes se instalam entre as comunidades hospedeira e de visitantes e cuja resolução tenderá a ser tanto mais complexa quanto maior for a distância cultural entre os grupos de indivíduos colocados em confronto. Não é incomum, por exemplo, que os espaços do sagrado sejam vistos pelos turistas como meros objectos de apreciação estética, desprovidos de um significado metafísico ou transcendental, gerando deste modo uma forma de *voyeurismo* e certas incoerências na sua utilização susceptíveis de serem percebidas pela comunidade residente como acções de profanação.

O desenvolvimento do turismo cultural em geral, e no espaço urbano em particular, comporta também o risco de poder vir a servir como instrumento de manipulação ideológica ou política. Por detrás dos processos de atribuição/reconhecimento de valor patrimonial ou de relevância turística a um determinado edifício e não a outro, a esta área específica da cidade e não àquela, escondem-se, na verdade, mecanismos de depuração da realidade e estratégias de exposição/ocultação, desvalorização/valorização, construídos socialmente; o valor turístico de um objecto ou local está, por conseguinte, longe de se fundar numa qualquer qualidade ontológica ou inata, supostamente "natural", edificando-se antes sobre um conjunto de critérios conformados pela (e através da) cultura e da sociedade. Na maioria dos casos, estes juízos são gerados de forma difusa e involuntária no seio das comunidades, evoluindo ao sabor das alterações mais vastas na apreciação estética das paisagens e nos valores que esta traduz. Em circunstâncias mais precisas, pode suceder contudo que se assista à utilização deliberada das políticas de conservação e valorização do património e das medidas de promoção turística como

instrumentos de exercício de poder por parte de indivíduos ou grupos melhor colocados, procurando com isso difundir a *sua* leitura da história ou legitimar alguns dos seus pontos de vista e interesses. Ora, cabe ao técnico e sobretudo ao especialista com formação na áreas das Ciências Sociais, de quem se deve esperar uma postura mais crítica, não se deter apenas nos aspectos funcionalistas dos impactes do turismo e acautelar também este eventual risco da *turistificação* da cidade, procurando, com base na desconstrução das "verdades" assumidas pelo discurso turístico, evitar a manipulação ideológica das paisagens e dos lugares ou a sua redução à mera condição de cenários para consumo estético dos turistas.

Bibliografia citada

- BOS, Herman (1994), "The impact of international events on urban tourism", comunicação apresentada à *International Conference "Urban tourism & city trips"*, Beurs-World Trade Center, Roterdão.
- CHAZAUD, Pierre (1994), "Sociologie du tourisme culturel et stratégie marketing", in Céline CHERBUY (ed) *Tourisme et culture*, Paris: Editions Touristiques Européennes, pp.99-110.
- CHOAY, Françoise (1992), *L'allégorie du patrimoine*, Paris: Editions du Seuil.
- COSTA, Paolo; BORG, Jan van der (1994), "Maîtriser le tourisme dans les villes d'art", in Céline CHERBUY (ed) *Tourisme et culture*, Paris: Editions Touristiques Européennes, pp.202-207.
- DEWAILLY, Jean-Michel; FLAMENT, Emile (1993), *Géographie du tourisme et des loisirs*, Paris: Sedes.
- GEATTE (1993), *Le tourisme culturel en Europe*, Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias - D.G.XIII Unidade de Turismo.
- GEORGE, Pierre (1982), *Fin de siècle en Occident. Déclin ou métamorphose?*, Paris: Presses Universitaires de France.
- HARVEY, David (1990), *The condition of Postmodernity. An enquiry into the origins of cultural change*, Cambridge: Basil Blackwell.
- HENRIQUES, Eduardo Brito (1994), *A Lisboa turística: imaginário e cidade. A construção de um lugar turístico urbano*, dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa (policopiado).
- JAMESON, Frederic (1984), "Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism", *New Left Review*, 146, pp.53-92.

- JANSEN-VERBEKE, Myriam (1993), "Tourism and historical heritage management", *European Infrastructer*, 1993, pp.197-199.
- LAW, Christopher (1992), "Urban tourism and its contribution to economic regeneration", *Urban Studies*, 29 (3/4), pp.599-618.
- POULOT, Dominique (1992), "Patrimoine et esthétiques du territoire", *Espaces et Sociétés*, 69, pp.9-38.
- PRENTICE, Richard (1993), *Tourism and heritage attractions*, Londres: Routledge.
- SHURMER-SMITH, Louis; BURTENSHAW, David (1994), "Degradação e rejuvenescimento urbanos", in David PINDER (ed) *Europa Ocidental - desafios e mudanças*, Oeiras: Celta Editora, pp.163-184.

6. FOLCLORE, TURISMO E IDENTIDADE LOCAL
NO RIBATEJO NORTE

JOSÉ RAFAEL SIRGADO*

1. Abertura

"Os migrantes anuais, em ranchos de homens e mulheres, de várias origens - os gaibéus e gaibéuas, das serras calcárias da Estremadura do Norte/Beira Litoral (Vila Nova de Ourém, Alvaiázere, Ansião, Pombal...), os caramelos do Mondego, os ratinhos das terras de xisto da Cordilheira Central e da Beira Interior, os valadores dos campos do Mondego ou da Murtosa (...)"

*Jorge Gaspar
As Regiões Portuguesas (1993)*

O turismo e os lazeres ocupam uma posição relevante na vida das sociedades contemporâneas, o seu crescimento é correlativo do alargamento dos tempos livres, da tendente globalização do direito a férias subsidiadas, da difusão de novas modas e aspirações pessoais e sociais, do desenvolvimento dos meios de transporte, da melhoria de qualidade de vida nos países com melhor índice de progresso e da generalização de um ideário de descoberta e consumo de novos lugares, gentes e culturas.

A cultura, e mais particularidade a cultura tradicional, das regiões e locais de destino turístico, constitui um componente estratégico, em especial no que concerne ao seu papel identificador e diferenciador, isto é, na

* Encontro de Folcloristas, Tomar, 1994

configuração de exotismos culturais atractivos para o turista.

Neste pequeno ensaio exploramos, primeiro ao nível teórico e seguidamente ao nível empírico, as relações entre o folclore, enquanto manifestação popular da cultura tradicional portuguesa, e o turismo. Por outro lado, alargamos a análise acerca da relevância do folclore na actualidade, ao seu papel na revitalização rural e em particular na afirmação de identidades territoriais.

O território é nesta análise e reflexão um actor central na cena das relações entre folclore e turismo, daí que se avance com algumas explanações sobre conceitos e teorias que considero fundamentais para compreender o espectro das referidas relações.

2. Folclore e turismo: uma encruzilhada de imaginários colectivos contemporâneos

2.1. o folclore: mosaico de manifestações plurais de sociabilidade, produção e imaginários culturais

Os contornos do conceito de Folclore evoluíram significativamente desde os anos quarenta até à actualidade. Após um primeiro e pouco significativo percurso determinista, seguiu-se a afirmação de uma concepção possibilista/funcionalista do folclore regional. A abordagem determinista indiciava que as condições físicas e funcionais do território determinavam a tipologia das gentes e da sua criação cultural. Assim, desenvolveu-se no imaginário colectivo estereótipos do pescador dos litorais atlânticos, dos pastores serranos, dos agricultores dos campos plurirecortados do Minho, dos agricultores dos campos abertos, planos e extensos dos interiores alentejanos, etc. Ora, o Homem não é um produto do território mas o contrário, isto é, a

capacidade humana de ocupar, organizar e explorar territórios não é determinada pelas condições naturais destes mas decorre da necessidade e engenho técnico e tecnológico das sociedades. A velocidade e destreza aplicadas aos lazeres populares, bem como a riqueza de concepção artística de danças, cantares e costumes, dependem muito mais das capacidades criativas das sociedades humanas do que das condicionantes que o meio físico impõe.

A abordagem possibilista/funcionalista do folclore apresenta este como um factor de homogeneidade regional e nacional, pondo em exagerado destaque as manifestações culturais populares que mais contribuiriam para esta diferenciação territorial. É neste contexto de reprodução conceptual de folclore que surge empolada a figura do campino, dançarino de fandango, associado aos cavalos e toiros, no pano de fundo paisagístico da lezíria, a figura dos dançarinos de corridinho, representativo das gentes da serra e do barrocal algarvios, etc.

A imposição implícita ou explícita, no decorrer da actividade dos Grupos de Folclore, no sentido de não permitir repetições de danças e cantares, mesmo quando se trate de Grupos representativos de lugares vizinhos no território, mostra no essencial dois factores principais:

- em sentido positivo, a valorização das identidades locais da cultura tradicional;
- em sentido negativo, a afirmação do equívoco do localismo atávico das culturas tradicionais, quando a realidade vivida mostra uma forte dinâmica de inter-penetrações, designadamente em manifestações como as danças, os cantares, a religiosidade, etc.

A larga inter-penetração de costumes, cantares, danças, religiosidades, trajes, etc, entre gentes e territórios, mostra não uma homogeneidade de criatividades culturais populares, mas pelo contrário uma clara multiplicidade

destas, alimentada por gerações de migrações de homens e mulheres que conseguiram levar tradições culturais do seu quotidiano rural. É esta concepção de folclore, mais complexa e dinâmica, que mostra uma ruralidade com identidade mas não homogénea, com pluralidade mas não caótica, que melhor se combina com as teses contemporâneas sobre cultura tradicional e sobre ruralidade.

A era do consumo massificado, mais intensamente vivida pelas sociedades mais desenvolvidas desde meados dos anos setenta, tem no folclore notórias incidências nefastas. A exploração turística do folclore, espectáculo exótico popular cativante para o forasteiro, é chamativa a exageros de embelezamento/transformação de trajes, alteração de canções e contos tradicionais e exagerada modelação de estereótipos de figuras populares das sociedades rurais.

Podemos denominar uma visão do mundo, da vida e da cultura que toma o todo por uma parte deste, não representativa daquele e geradora de exclusões: fundamentalismo cultural. Julgamos que ao longo de decénios se desenvolveram concepções de folclore embelezadas de alguma forma de fundamentalismos culturais que ao invés de contribuírem para uma produção de folclore rigorosa e participada, puseram este ao serviço de ideários que não contribuíram para o desenvolvimento integral do folclore mas somente o usaram para garantir o progresso desses mesmos ideários.

Em síntese, o tecido cultural do folclore é um amplo mosaico de manifestações construídas a partir da articulação de três mundos fundamentais da vida popular:

- (a) a sociabilidade,
- (b) a produção,
- (c) o imaginário cultural colectivo.

Segundo S. Thompson (1946) "contar histórias reúne fins práticos e emocionais, uma vez que pode ser usado com fim didáctico, ao mesmo tempo que provoca prazer. Poucos povos primitivos dão pouca importância ao contar de histórias. Pode haver certas restrições em relação a quem é permitido contá-las, assim como quanto à época, local, assunto e ouvintes. As histórias simples são contadas de uma forma que podemos descrever como prosa e estão submetidas a um mínimo de restrições. As histórias anónimas, muito conhecidas e frequentemente repetidas, são a matéria com que uma comunidade linguística constitui o seu folclore". Para Thompson há uma relativa diferenciação entre o património cultural socialmente restrito e o património cultural que resulta das dinâmicas de sociabilidade colectiva, esta constituindo o palco da produção folclórica. De facto, a pluralidade de relações de sociabilidade é uma das faces visíveis do poliedro do folclore.

O folclore de uma sociedade ou grupo humano ao retratar a pluralidade das relações de sociabilidade para um tempo e um espaço específicos, indicia uma sociedade profundamente diferenciada, do ponto de vista da riqueza, da autonomia/subordinação e do prestígio, pondo em evidência um figurino de multiplicidades de actores e relações. Deste modo, o folclore cruza-se também com o carácter dos tecidos produtivos locais e regionais, transpondo a vida laboriosa e dura nos campos para a festa popular.

O modelo ideológico através do qual o folclore transpõe para a festa popular (o espectáculo nos anos noventa), as pluralidades sociais e económicas de um território é o suporte da construção de um imaginário específico de cultura tradicional. No imaginário folclórico da vida social, cultural e económica tradicional, reproduz-se frequentemente um cenário de vida colectiva estável,

alegre e solidária. Apenas as abordagens neo-marxistas criticam abertamente este imaginário folclórico da vida colectiva tradicional. Uma vez que o folclore está fortemente articulado com os tempos livres, nomeadamente com os lazeres e as actividades recreativas, é natural que se fique pela malícia e pela crítica social ligeira, nunca susceptíveis de questionar a estrutura da sociedade - O folclore está muito mais em correlação com a festa do que com a conflitualidade.

Na actualidade, o grande desafio que julgamos colocar-se aos folcloristas enquanto actores mais dinâmicos na revitalização das culturas populares, corresponde à necessidade de um desenvolvimento integral do folclore, tornando-o uma manifestação rigorosa e participada de culturas tradicionais e abrindo a intervenção a campos conectados com o folclore, designadamente a museologia rural integrada, o artesanato e os jogos populares.

2.2. o turismo: um poliedro de relações, da descoberta ao consumo das tradições culturais

A evolução do turismo está em correlação com a transformação das mentalidades nos países mais desenvolvidos. Ir à praia, viajar pelos campos ou explorar áreas montanhosas não estava no horizonte dos lazeres das sociedades ocidentais até finais do século XV.

De facto, o imaginário ocidental acerca das relações do Homem com a natureza, estava fortemente marcado pelo sentimento de repulsa, uma vez que a natureza e a vida, numa concepção bíblica, são supremas obras de Deus cujas regras os Homens não deviam questionar.

A difusão do Humanismo italiano, a emergência de uma concepção global do mundo (contrariamente à visão anterior de um mundo plano) e a descoberta de mundos

antes não imagináveis, vem dar lugar a um novo imaginário no ocidente assente no ideário contemplativo da natureza.

O desenvolvimento da atitude contemplativa suscita mais tarde a emergência de um imaginário largamente marcado pelo gosto de descobrir novas terras, gentes e culturas. É esta atitude de descoberta que vai marcar a difusão da moda do lazer turístico ou da vilegiatura durante o século XVIII.

A sociedade capitalista contemporânea deu novos contornos ao imaginário turístico, através da afirmação neste de um novo e preponderante vector: o consumo. A economia do turismo ganhou contornos de grande elaboração, sendo possível hoje ao turista realizar escolhas múltiplas de destinos turísticos, em função de um preço.

Fez-se um percurso longo e irregular do imaginário turístico que nos levou da repulsa à contemplação da natureza, da descoberta ao consumo do território. No entanto, hoje podemos identificar uma atitude turística que nega alguns pressupostos do consumo massificado e que indicia eventualmente a afirmação de um imaginário novo: a simbiose com a natureza.

As relações do turismo com as culturas tradicionais, em particular com o folclore, estão articuladas com a evolução dos imaginários colectivos a que nos referimos. Nestas relações não se deverão enjeitar os propósitos de consumo que largamente marcam os turismos contemporâneos, todavia a atenção deverá ser colocada na qualidade do folclore oferecido ao turista e na qualidade do turista que procura o folclore. O sentido da contemplação e descoberta do folclore, por parte do turista, poderá alargar-se ao sentido da simbiose do turista com o folclore, no sentido de levar este a penetrar no espírito festivo da vida tradicional.

3. Cultura tradicional e identidade territorial

3.1. Territorialidade humana e criatividade cultural

Toda a acção humana está envolvida pelo sentido da territorialidade. O território colectivo é o produto de uma rede complexa de micro-territorialidades, nas quais estão presentes relações múltiplas entre os diversos actores da vida pública e privada.

As micro-territorialidades podem identificar-se segundo a função que desempenham no âmbito da estrutura económica, social e cultural. Podemos configurar uma rede de espaços de produção (terras de cultivo, oficinas de artesanato, forno da aldeia, etc), de comercialização (tabernas, açougues, lojas, feiras, etc), de circulação (estradas, caminhos, cursos de água e lagoas), de decisão (câmaras municipais, juntas de freguesia, casas do povo, misericórdias, etc), de cultura popular ("terreiros" ou "rocios", feiras, adros, tabernas, associações, casas do povo, bandas musicais, etc), de cultura erudita (igrejas, bibliotecas, etc), de religiosidade (santuários, ermidas, capelas, igrejas, cruces, mosteiros, conventos, etc), de simbolismo (pelourinhos, marcos-divisórios, igrejas, edifícios públicos, praças, etc) e de familiaridade (habitações, pátios, palheiros, courelas, etc).

A criatividade cultural está associada a esta rede de pluralidades territoriais, uma vez que nela actuam múltiplos agentes da vida local, com diferentes capacidades e prestígios sociais. A pluralidade territorial é correlativa, com maior ou menor abertura à influência do exterior, da pluralidade do folclore. A criação cultural mais ou menos espontânea que se afirma no colectivo constitui um património de enriquecimento territorial e, deste modo, contribui para a vitalidade do território. O folclore pode, neste sentido, ser representativo de sociabilidades, sistemas produtivos e

imaginários identificadores de territórios, desde micro a macro-escalas.

3.2. turismo e revitalização das culturas tradicionais, na óptica de uma nova ruralidade

A difusão dos turismos em espaço rural e do turismo de itinerância, bem como os novos contornos dos turismos culturais, abriram novos espaços para a revitalização das culturas tradicionais.

Um número crescente de turistas procura espaços de destino turístico não massificados, onde é possível descobrir modos de vida e de cultura com forte tipicidade rural. Coexistindo com um imaginário de consumo turístico do território, os imaginários de descoberta e de simbiose têm no domínio da ruralidade e em particular das culturas tradicionais, um papel de relevo. A globalização de uma cultura de massas, assimilada num mundo cada vez mais pequeno - porque cada vez o longe fica mais perto e cada vez participamos mais no modo de produção cultural global - não dissolve a multiplicidade de culturas tradicionais regionais e tem vindo a suscitar a sua revitalização, numa óptica de afirmação de identidades e conservação de patrimónios.

A simplicidade do modo de vida rural tradicional, a autenticidade das gentes do campo, o exotismo e a pluralidade das paisagens, das gastronomias, dos trajes, dos cantares, dos costumes e das tradições, constituem globalmente componentes de forte atractividade turística e em simultâneo componentes de folclore. Estes traços típicos de uma ruralidade profunda, esbatem-se cada vez mais à medida que o espaço rural se diversifica funcional e economicamente, se transforma social e culturalmente e adquire novas configurações de paisagem. Torna-se cada vez mais uma acção de revitalização de património cultural, o desenvolvimento do folclore.

4. Folclore e turismo em Portugal: traços temporais de uma articulação ideológica e económica

Na correlação entre turismo e folclore em Portugal desde os anos vinte deste século, importa explicar sobre a promoção do crescimento económico do primeiro e sobre o esforço de vitalidade cultural do segundo.

O ideário integralista enraizou uma das primeiras manifestações de revivalismo das tradições populares portuguesas: a campanha de reaportuguesamento de Portugal. O Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), responsável pela concepção de uma imagem de um ruralismo nostálgico do País, numa óptica possibilista do território e do folclore (figuras 1 e 2), para a qual muito contribuíram os estudos geográficos de Amorim Girão (figura 3 e 4). Mais tarde António Ferro defende a tese da diferenciação regionalista do turismo português e empreende um significativo esforço promocional com marcado teor ruralista, através do então denominado Secretariado Nacional para a Informação (SNI), do qual poderemos destacar, para além da criação do Museu de Arte Popular em Lisboa, a Exposição de Arte Popular realizada em Genebra em 1935, o Concurso da Aldeia Mais Portuguesa e a difusão do cartaz do Verde Gaio (fig. 2). A criação das Casas do Povo veio apoiar melhor o desenvolvimento dos Grupos de Folclore ao longo do País, com particular destaque para o noroeste.

Desde cedo os agentes públicos e privados do turismo reconheceram as qualidades de animação cultural que os Ranchos Folclóricos proporcionavam, uma vez que traziam aos cidadãos os traços festivos de uma ruralidade em desaparecimento.

A partir dos anos cinquenta o número de Ranchos Folclóricos alarga-se significativamente, acompanhando o próprio crescimento que o turismo estava a registar no

País. Multiplicam-se e diversificam-se os espectáculos de folclore (cortejos, exposições e mostras etnográficas, festivais de folclore, espectáculos folclóricos para animação turística, etc), longe vão as palavras de António Ferro "vamos pois para a valorização do folclore nacional, através de concursos de trajos, arranjos das habitações rústicas, das canções populares, etc. Mas cautela, muita cautela com o perigo dos ranchos aperaltados, muito finos, com pandeiretas e fitas... Cautela com o profissionalismo do típico... O folclore deve ser, apenas, a graça natural do campo e da praia, uma espécie de traje domingueiro, de ver a Deus, que não deve transformar-se nunca em traje de Carnaval..."

A qualificação dos Ranchos Folclóricos não deverá estar ao serviço pleno do consumo turístico, mas garantir uma participação com autenticidade das gentes de hoje em manifestações de cultura tradicional das gentes rurais do final do século XIX. A exigência de condições à estruturação dos Grupos de Folclore, bem como à sua acção e funções, poderá entender-se, como fez António Ferro, no transcurso de afirmação de uma forma de fundamentalismo cultural, pondo em causa a representatividade das pluralidades de sociabilidade, produção (económica) e imaginário colectivo - se a sociedade rural não é homogénea, como poderá o folclore ter um carácter societal homogéneo ?

5. Folclore, turismo e pluralidades territoriais no Ribatejo Norte

O Ribatejo Norte ou Médio Tejo, inclui a área da bacia do Nabão, na parte noroeste, que faz a transição entre a Estremadura, a Beira Litoral e o Pinhal Interior. A parte sudeste contacta, de norte para sul, com a área do pinhal, com as áreas de charneca que se articulam à Cordilheira Central, com as áreas de areias e barros do Norte Alentejo e, a sul, com as lezírias do Tejo,

principal património natural da produção agrícola portuguesa, como refere Jorge Gaspar e Carminda Cavaco.

É nesta encruzilhada de feições paisagísticas que surge a área do Norte Ribatejo, palco de encontros e desencontros de populações no quadro das rotinas inter-regionais das migrações temporárias e/ou definitivas, no contexto do calendário agrícola tradicional. Aqui se cruzam Gaibéus e Barrões, Caramelos e Ratinhos, Fangueiros e Valadores, produzindo cruzamentos múltiplos na constituição das comunidades locais e gerando assim notórios reflexos de cruzamento cultural.

O Ribatejo Norte possui várias dezenas de Grupos de Folclore, embora com áreas menos representadas do que outras, o que constitui um interessante espectro de revitalização do folclore regional, nas suas diversas feições locais.

As pluralidades locais do folclore podem ser evidenciadas através de algumas breves reflexões etno-geográficas sobre o caso de Asseiceira (Concelho de Tomar). Neste contexto local podemos identificar um figurino de multiplicidade dos actores na cena social e económica do princípio do século XX, designadamente o oleiro, o agricultor rico, o camponês, o ferreiro, o chocalheiro, o assalariado agrícola (trabalhador), a lavadeira, o aguadeiro, etc. A criatividade cultural popular mostra marcas claras de cruzamento, o que evidencia uma posição de transição entre territórios diferenciados do ponto de vista do folclore.

A produção folclórica mostra uma interessante correlação com as estruturas de sociabilidade locais, com as estruturas de produção e com a concepção tradicional imaginários culturais.

Como reflexo da matriz de sociabilidades (A), produções (B) e imaginários (C), podemos reflectir sobre as seguintes quadras populares cantadas e dançadas pelo Rancho Folclórico "As Lavadeiras" de Asseiceira-Tomar:

(A) - a festa e a malícia...

A moda do bailarico
não tem nada que saber,
é andar com um pé no ar
e outro no chão a bater.

Oh Prima, oh rica Prima,
deixaste ir o pássaro à rede.
Agora oh rica Prima,
choras virada à parede.

O melro da minha Prima
canta bem que até consola.
Eu já lho tinha comprado
se tivesse uma gaiola.

Pode ser que a minha Prima
se descuide qualquer dia,
eu lho agarre e o aperte,
sem ordem da minha Tia.

(B) - O trabalho...

Lavadeira feiticeira,
lava-me o meu coração,
que eu trago encardido,
com as mágoas de uma paixão.

Oh meu amor quem me dera,
a minha roupa lavada,
paga à tua lavadeira,
eu não sou tua criada.

O barro e a roda
sempre a rodar,
faz com que o oleiro
ande a trabalhar.

(C) - Imaginário e concepções da vida...

O salgueiro à borda d'água
deita a raiz onde quer,
é como o rapaz solteiro
enquanto não tem mulher.

Uma curta reflexão sobre os conteúdos dos poemas populares apresentados, indicia uma notória pluralidade de produções sociais do folclore. O levantamento e a difusão deste património cultural actua no sentido da afirmação de uma identidade cultural deste terriório, no contexto do Norte Ribatejo.

A articulação entre turismo e folclore é ainda relativamente circunscrita ao espectáculo e ao festival de folclore, apesar de existir uma dinâmica crescente nos domínios das exposições etnográficas, da museologia e do artesanato.

Numa região que se desequilibra internamente pelo peso de Fátima na captação de turistas, mas que dispõe de uma grande diversidade de atractivos e de um relativo crescimento dos meios de recepção turística, em especial no alojamento de turismo em espaço rural, o Norte Ribatejo poderá ter nos turismos interiores uma vantagem competitiva importante no contexto nacional (figuras 5 a 8 e quadros 1 e 2). De facto, o Norte Ribatejo é uma das regiões do Continente com maior incidência relativa da procura turística e com taxas de função (camas turísticas por cem habitantes) das mais altas de todo o interior. O folclore pode desempenhar um papel relevante na qualificação do turismo nesta região, deve no entanto

salvaguardar-se o rigor do folclore e apoiar-se um mais largo sentido de participação.

6. Remate

Para finalizar, sintetizem-se algumas linhas de força para reflexão e acção:

- por um folclore representativo de pluralidades de sociabilidade tradicional, em articulação com as economias e os imaginários de uma ruralidade transformada;
- por uma relação do folclore com turismo marcada sobretudo pela qualidade e rigor;
- por um folclore participado, que contribua para minimizar a força das fronteiras e garante uma mais profunda afirmação cultural de identidades territoriais;
- por uma maior dinâmica de aproveitamento das potencialidades disponíveis no campo do folclore e da cultura tradicional portuguesa, designadamente no que concerne à museologia, aos encontros técnicos e científicos, às exposições, ao artesanato, à pesquisa e difusão de conhecimento rigoroso sobre as várias vertentes da ruralidade tradicional no Norte Ribatejo;
- pela negação dos fundamentalismos no folclore, na tentativa de minimizar os aproveitamentos abusivos deste;
- pela garantia de um corpo crescente de folcloristas que conheça e manuseie bem as metodologias, os conceitos e os meios técnicos indispensáveis a uma pesquisa qualificada de folclore;
- por um folclore que minimize as vulnerabilidades impostas pelo imaginário contemporâneo do consumo, do qual decorrem, em matéria de relacionamento com o turismo, algumas infelizes distorções algo criminosas da cultura e das tradições populares portuguesas.

7. TURISMO E AMBIENTE

Reflexões gerais

Carmina Cavaco *

Ao introduzir o tema e, em termos simplistas, teremos desde logo de considerar as influências recíprocas, de harmonia ou de desequilíbrio, de convivência ou de conflito, os impactos negativos e positivos do turismo sobre o ambiente, os condicionamentos ambientais no desenvolvimento do turismo, o ambiente com espaço olhado, observado, estudado, compreendido ou contemplado, e como espaço consumido, pela massificação das presenças e pelo comportamento dos visitantes, e, finalmente, situarmo-nos em perspectivas de curto e médio prazo ou/e de longo prazo, ter em conta os problemas de falta de ordenamento e anarquia no uso turístico do território, a capacidade de avaliação correcta e de gestão dos impactos e a de recuperação de certos meios....

Mas antes de avançarmos convém recordar a amplitude dos dois conceitos. O turismo corresponde a deslocações por períodos superiores a 24 horas, recorrendo a consumo de alojamento e outros serviços, durante o tempo livre, sem trabalho, de recreio, e, portanto, com transferência de rendimento da região de origem para a de permanência recreativa. Mas que dizer de certas actividades praticadas durante as férias e das viagens motivadas por reuniões escolares, científicas, de negócio, religiosas ou desportivas? Quanto ao ambiente, estamos longe do ambiente físico e dos ecossistemas: o espaço turístico é sempre um meio intervencionado pelo homem ao longo de séculos e até milénios, humanizado e habitado no presente ou pelo menos no passado próximo, com o seu património natural, edificado, cultural, que é a base das suas potencialidades/vocações turísticas e que importa proteger e salvaguardar.

Na apreciação do jogo de relações entre turismo e ambiente devem ser evitadas as posições extremistas, que vêm o turismo como o pior dos males ou como o elemento

* Congresso do Alentejo, Évora, 1995.

salvador, e corrigidas situações de grande desequilíbrio ambiental (natural e social), pela pressão de cargas excessivas face à natureza do meio e às estruturas socioeconómicas: concorrência no uso de recursos e eliminação de outras actividades (agricultura, pesca), destruição das paisagens, conversão da população activa em prestadora de serviços à clientela turística. O desenvolvimento turístico deve ser inserido em processos globais de desenvolvimento, regional e local, com adesão das populações e comportamento adequado dos visitantes, respeitando os seus valores e os seus quadros de vida, sem ultrapassar certas intensidades e a capacidade de carga (carga máxima tolerável pela natureza e pelas sociedades locais) e sem desvios excessivos de fundos para infraestruturas e a sua manutenção, em detrimento de prioridades básicas do ponto de vista da população permanente. Estes serão tanto menos suportáveis quanto mais agressivos forem os comportamentos turísticos, menor a abertura das sociedades locais ao exterior e a sua intervenção com agente/actor ou promotor do desenvolvimento do turismo: é bom lembrar que são muitas vezes os empresários do turismo de luxo que mais se preocupam pela protecção do ambiente natural, até porque o integram no produto turístico que vendem.

Na actualidade, quais são as motivações turísticas dominantes? Verificam-se motivações novas e motivações antigas mais ou menos renovadas. O termalismo remonta pelo menos ao tempo dos romanos, nas suas vertentes de saúde, recreio, distração e convívio, polarizou clientelas heterogéneas, da realeza ao povo mais humilde, teve o seu crepúsculo na viragem do século (anos 30 em Portugal) e renasceu discretamente, ainda em termos curativos para muitos aquistas, pouco amantes da quimioterapia (naturalismo) ou com doenças específicas, mas cada vez mais com funções preventivas, ou de repouso e apoio para outras actividades: passeios a pé, ecoturismo, turismo cultural, turismo desportivo - da canoagem à espeleologia - e aprendizagem de artes e ofícios tradicionais (cerâmica, tecelagem), gastronomia regional, folclore, etc.

A vilegiatura e o climatismo, com mudanças sazonais de ares, para locais saudáveis, e estadias prolongadas em grandes casas, com alojamento para acolher familiares, amigos e muitos serviçais, são tão antigos como a multiplicação de residências secundárias em torno de Atenas e de Roma, e mantiveram-se ao longo dos séculos, em locais acessíveis e de grande beleza ambiental (Sintra e Arrábida) ou nas quintas fundiárias e não apenas de recreio das velhas famílias nobres e da moderna burguesia

(Minho, Vale do Douro, Ribatejo, Alentejo...), visitadas nas épocas de caça ou de grande animação nos trabalhos agrícolas.

A vilegiatura foi perdendo prestígio, perante a afirmação social de outras formas e lugares para viver as férias, mas revalorizou-se recentemente através do turismo da natureza e mais ainda do turismo em espaço rural, entre clientelas urbanas, informadas, terciárias e cultas, sensíveis à riqueza do ambiente, com certo nível económico (custo das estadas, posse de automóvel), em busca de autenticidade, de raízes, de ambientes verdes, calmos e repousantes, longe dos lugares de residência, dos seus quotidianos e dos stresses que lhes andam associados (pressão dos horários de trabalho, tempo das deslocações, barulho, poluição, insegurança), longe também das praias saturadas no estio, dos restaurantes sempre cheios, dos hotéis de massificação, e em busca de anonimato, acolhimento personalizado e novos conhecimentos sociais e culturais (turismo disperso no espaço, leve, discreto, harmonioso), embora combinando estas estadas com outras (férias repartidas por vários destinos, da beira mar a cidades distantes, a lugares exóticos e a parques e reservas naturais; estadas curtas; sedentarismo e itinerância).

As estadas à beira-mar, iniciadas como longas permanências invernais (Outubro a Abril, na Côte de Azur ou na Madeira) e outonais (Estoril e Cascais), em climas amenos, com função curativa, preventiva e sobretudo de repouso e mudança de ares, intensificaram-se a partir da segunda metade do século XIX, evoluíram para permanências estivais, foram-se massificando, perante as novas facilidades de transporte e, mais tarde, as novas condições de trabalho e ganhos (férias pagas; subsídios de férias). São estas motivações e destinos que ainda hoje dominam nos fluxos turísticos industrializados, com preços convidativos para grupos, explorando programações antecipadas e economias de escala, tanto nos transportes (charters; excursionismo em autocarro) como na hotelaria e restauração, ganhando sempre novos clientes mas também procurando melhorar e reorganizar a oferta, de modo a satisfazer novas procuras para grupos reduzidos em busca de novos destinos e ambientes mais autênticos. Mas que destinos? destinos urbanos e também destinos rurais e de montanha, desde que a viagem seja devidamente organizada, com guias, comodidade, segurança, adequados níveis de serviços, em particular de telecomunicações, bancários e de saúde (adultos-velhos e velhos), para além da habitual hotelaria, restauração e transportes (ar

condicionado, televisão, etc.).

Reconhece-se que o modelo turístico dominante desde os anos 50 começa a envelhecer e a perder atracção em certos segmentos do mercado, se não em termos quantitativos pelo menos em termos qualitativos, reaparecendo outros modelos, centrados essencialmente na história e na cultura - turismo urbano visitando Paris, Londres, Roma, Veneza ou Praga, à semelhança dos *tours* das elites dos séculos XVIII e XIX - ou centrados em novos ambientes e paisagens (Extremo Oriente, América Latina...), incluindo a montanha média, com as suas comunidades agro-pastoris mais ou menos sobreviventes, em que às potencialidades habituais do meio rural se juntam certas práticas desportivas, incluindo no Inverno o ski de fundo.

Por último, modelos centrados nos espaços rurais, no sentido de espaços que foram no passado próximo ou que são no presente valorizados por actividades agrícolas e pecuárias, que vivem situações de forte crise económica, de risco de despovoamento humano (êxodo, envelhecimento, mortalidade, balanços naturais e migratórios negativos) e que buscam caminhos de diversificação económica e de complementaridade de rendimentos. O turismo aparece então, não como uma alternativa mas sim como uma das possíveis actividades capazes de proporcionar alguma valorização do património e da capacidade de trabalho, com os seus rendimentos complementares, bem como de indirectamente animar outras actividades produtivas, do pequeno comércio aos serviços, ao artesanato, à construção civil, à conservação da paisagem e do ambiente, à criação de infraestruturas e equipamentos polifuncionais, à melhoria dos quadros de vida...

Em termos de síntese, sublinhe-se que, apesar das dificuldades económicas do mundo actual, a procura turística não se reduziu, a actividade turística sendo mesmo encarada como a grande “indústria” do princípio do século XXI, em termos de emprego, receita, impactos regionais e locais; que o avolumar dos fluxos turísticos foi acompanhado de mudanças na sua composição, nomeadamente pela maior presença de jovens viajando em grupo, sem os pais, e de população adulta-velha e idosa, fortemente feminizada (esperança de vida das mulheres), com os seus interesses, ritmos e disponibilidades de meios, até ao excursionismo social; a estabilidade das correntes em busca das praias, o relativo abandono pelos antigos frequentadores sendo compensado pela procura de outros, antes limitados aos retornos estivais à terra natal e à casa de avós e tios, pelo que persistem as tendências de massificação do turismo balnear (e também do

urbano) e a necessidade de ordenar a ocupação do espaço, com harmonia de funções e respeito pela população permanente e pelo ambiente natural, social e patrimonial; acrescente-se para os adultos em idade activa, sem obrigações familiares e profissionais temporalmente rígidas, a segmentação das férias anuais em vários períodos, a combinação de diferentes formas de as viver e de lugares a frequentar, com alguma procura especializada, de grupos com interesses comuns.

O turismo de hoje, como a viagem do passado, é ocasião de descoberta, aprendizagem, relacionamento humano, prática de novos espaços, mais ou menos humanizados ou naturais, com os seus impactos positivos e negativos, as suas poluições, e também com as suas novas consciências ecológicas, de respeito pela vida e de valorização da qualidade de vida, que se prende com a qualidade do ambiente, muito embora a relação entre turismo e ambiente seja tão antiga como o próprio turismo. A intensidade alcançada pelas partidas e pela convergência das chegadas a certos lugares leva à busca da inserção do turismo nos processos de desenvolvimento regional e local, explorando todas as potenciais sinergias mas com a preocupação de não ultrapassar limiares críticos, manter a sua sustentabilidade, ou seja, revitalizar suficientemente a vida económica, social e cultural mas preservar e conservar os meios e todos os seus recursos, físicos e humanos.

8. Turismo e Ambiente em Portugal Tendências e Perspectivas Uma breve introdução

José Rafael Sirgado*

1. TURISMO E AMBIENTE: UMA MULTITUDE DE RELAÇÕES DINÂMICAS

1.1. A longa e descontínua caminhada na construção do modelo contemporâneo de relações *Homem-Ambiente Natural*

O papel relevante que os recursos naturais representam na actualidade, no desenvolvimento das actividades turísticas, em especial nos domínios dos turismos de mar e praia, de saúde e de montanha/neve, ganhou significado fundamentalmente no século XX.

A atracção pelos espaços naturais com vista à fruição de práticas de lazer é um fenómeno que desponta nos finais do século XVIII e princípios do século XIX, nos Reinos do Centro e Norte da Europa. O caminho que leva à difusão da moda do lazer de mar e praia, do retiro no campo e mais tarde do lazer de montanha e do termalismo, tem as suas raízes com a geração e difusão do Humanismo Italiano, vários séculos antes.

A sensibilidade cultural desenvolvida sobre as paisagens naturais, com especial relevo à praia, ao mar e aos espaços naturais menos acessíveis, antes do século XV, decorre fundamentalmente da visão teológica alicerçada na Bíblia. O mar apresenta-se como um receptáculo infinito de perder o olhar, onde reinam seres monstruosos e horrendos. Podemos destacar dois elementos com grande relevo na construção da sensibilidade cultural acerca do mar: em primeiro lugar, lembremos que no Jardim do Eden, onde a relação do Homem com a natureza é perfeita, não existe mar; em segundo lugar, a subida do nível das águas do mar foi responsável pelo Dilúvio, símbolo de destruição da vida.

Os navegadores portugueses do século XVI tentam muitas vezes acalmar tempestades através do lançamento ao mar de oferendas, pedindo a

* IV FORUM DE TURISMO, Turismo, ambiente e recursos naturais, Coimbra, 1994

intervenção superior da Virgem Maria ou de S. Nicolau (Corbin, 1988). O mar e o seu constante jogo com a linha de costa aparece associado à ideia de caos e surge muitas vezes associado à acção de forças demoníacas.

O imaginário colectivo ocidental sobre o mar, a praia e a natureza menos acessível, tinha contornos claros de repulsão. No entanto, a propagação do Humanismo Italiano pelas Universidades, contribui decisivamente para abalar alguns tabús medievais, sobretudo acerca do corpo (os nús de Leonardo da Vinci e de Miguel Ângelo), das estruturas psicológicas do simbólico. Por outro lado, as grandes viagens marítimas empreendidas por Portugueses e Espanhóis, vem permitir uma larga "abertura do Mundo" e o nascer de novos comportamentos sobre a natureza. A estruturação repulsiva do mar, da praia e dos espaços naturais menos acessíveis, é sucessivamente posta em causa pela ascensão de novas concepções científicas, filosóficas e teológicas.

A partir da segunda metade do século XVI, afirma-se um imaginário contemplativo da natureza e começa a difundir-se entre as aristocracias europeias o hábito dos passeios pela praia e pela falésia. Este espírito de contemplação, inerente à concepção teológico-natural, dá lugar mais tarde a um espírito de descoberta e fruição da natureza, na base de um imaginário naturalista. O contacto com as áreas naturais permite gozá-la e descobri-la, numa óptica de relação dialéctica Homem-Natureza.

No princípio do século XVIII inventou-se a praia enquanto espaço-destino de lazeres socialmente distintos. Nesta fase inicial, para além do acto contemplativo e de descoberta dos espaços naturais do litoral, desenvolve-se o discurso médico acerca dos benefícios terapêuticos do banho frio de mar, do retiro no campo, da visita à montanha e dos banhos de termas. Em 1638, Francis Bacon refere que "o banho do corpo na água fria favorece a longevidade", no mesmo tempo em que um famoso médico de Gand, Hermond van der Heyden, aconselha

que "o banho de mar deve ser tomado durante o outono, um pouco antes do pôr-do-sol e à sombra, nunca no cálido e fétido Mediterrâneo, mas nas águas geladas do Mar do Norte e do Canal da Mancha. O prazer nasce da água que flagela e, mais sub-reptício, da água contemplação proibida dos cabelos soltos, pés nus e quadris marcados por calças justas das moças que se escondem em carruagens de banho".

A evolução dos lazeres litorais, rurais e de montanha, ao longo dos séculos XVIII e XIX, marca o surgimento e afirmação de um novo modelo de imaginário turístico conexo à natureza, imprimindo-se uma atitude interventora e exploratória sobre as áreas naturais com apetência para práticas de lazer. A natureza deixa de ser apenas contemplada e descoberta, passa a ser alvo de comercialização, gerando-se formas de adaptação dos espaços às práticas turísticas e de lazer e tornando-se estas cada vez mais estereotipadas.

A dissociação social das práticas de lazer torna-se cada vez mais larga e complexa, à medida que as possibilidades técnicas, económicas, sociais e culturais permitem intervenções mais profundas e diversas na natureza, segundo uma lógica de rendimento económico.

Ao longo do século XX, as formas de interveção antrópica nos sistemas naturais alargaram-se fortemente e tornaram-se mais intensivamente degradadoras dos recursos naturais disponíveis. Neste sentido, tornou-se urgente a crescente consciencialização individual das vulnerabilidades do ambiente e dos recursos naturais, bem como a criação de instrumentos legislativos e técnicos reguladores das intervenções humanas no ambiente natural. Na globalidade, emerge com cada vez maior significado um imaginário ecológico associado ao turismo e lazer, através do qual o equilíbrio e a protecção do ambiente natural saem reforçados.

No geral, a evolução dos imaginários conexos aos espaços naturais com potencial turístico na actualidade foi longa e complexa, sendo possível identificar os vectores principais de mudança:

- da natureza repulsiva à natureza contemplada, enquanto obra divina;
- da natureza contemplada à natureza a descobrir;
- da descoberta da natureza ao consumo da natureza;
- do consumo da natureza à simbiose com a natureza.

Os principais vectores de motivação presentes na evolução dos imaginários colectivos acerca da natureza, coexistem na actualidade, apesar da motivação do consumo ser predominante:

- a) repulsa,
- b) contemplação,
- c) descoberta,
- d) consumo,
- e) simbiose.

1.2. A emergência do imaginário ecológico no turismo contemporâneo

O surgimento do imaginário ecológico no turismo contemporâneo surge associado à concepção ecossistémica das relações entre os Homens e o Ambiente Natural. A degradação ambiental joga um papel importante nesta mudança psicológica e cultural, pois surge manifestada por fenómenos com resultados humanos dramáticos: a proliferação dos CFC, o conseqüente aquecimento global, a geração de chuvas ácidas, a destruição de habitats naturais e extinção das espécies, a ameaça à qualidade dos alimentos e da água, o complexo crescimento de resíduos e descargas residuais, o alargamento da desflorestação, a expansão da desertificação, etc.

O homem ao intervir pontualmente nos sistemas naturais, altera as relações internas dos elementos desses sistemas e pode a prazo colocar em causa a sua própria existência. Este é um cenário tido como relativamente pessimista que aponta a necessidade de tornar as intervenções humanas no ambiente, suportáveis do ponto de vista ecológico.

1.3. O espectro das relações entre turismo e ambiente na actualidade

As relações entre o turismo e o ambiente são na actualidade muito alargadas e complexas, uma vez que o crescimento massificador do turismo provocou novos problemas ecológicos decorrentes da acção humana. O crescimento massificado do turismo nas regiões de economia mais desenvolvida gerou a fuga de alguns turistas que procuram melhores condições de ambiente. O ambiente das regiões menos desenvolvidas torna-se muito apetecido para lazer, provocando uma maior diversificação dos fluxos mundiais do turismo. O surgimento de novos destinos turísticos, frequentemente de média e longa distâncias, está em larga medida associado à existência de boas condições ambientais e à disponibilidade de recursos naturais utilizáveis na exploração económica do turismo.

Na figura 1 apresentamos um esboço do espectro de relações estabelecidas entre o turismo e o ambiente e recursos naturais na actualidade. Os recursos ambientais apresentam diferentes dimensões e qualidades para cada espaço turístico receptor, dando lugar a um conjunto seleccionado de produtos com potencialidades para cada um desses espaços turísticos.

A análise da Capacidade de Carga, embora de difícil elaboração sobretudo pela escassez de informação útil, constitui um passo fundamental na planificação das actividades turísticas na actualidade, aos níveis local e regional. As pressões que o turismo potencialmente desencadeia sobre o ambiente depende das características dos sistema turístico implantado, especialmente das exigências ambientais que este apresenta em relação aos recursos disponíveis no território. O modelo de estruturação turística que se adopta em cada região deve estar em correlação com as características ambientais que esta apresenta. A eficácia, no médio e longo prazos,

da dinâmica turística decorre da capacidade que os agentes activos no sistema turístico mostrem de gestão integrada dos recursos turísticos, em função das capacidades de carga identificadas.

2. TENDÊNCIAS DO TURISMO COM INCIDÊNCIA AMBIENTAL EM PORTUGAL

A análise das tendências do turismo com incidência ambiental nas regiões portuguesas, exige uma apreciação breve das principais tendências verificadas em cinco componentes principais do sistema turístico:

- a) o perfil geral dos turistas;
- b) as características dos meios de recepção e acolhimento turístico;
- c) a malha das motivações turísticas com relevância para o turismo ambiental;
- d) a tipologia dos produtos turísticos com incidência ambiental;
- e) a eficácia da geração e gestão de imagem do sistema turístico português.

Perfil geral dos turistas

O turista que visita em férias ou mini-férias as regiões portuguesas apresenta globalmente um perfil económico tendencialmente mais fraco, uma vez que as estadas médias por turista são mais baixas do que em meados dos anos oitenta e as despesas medias decresceram, apesar de Portugal ter sido ao longo dos anos oitenta o país da Europa Ocidental com maiores taxas de crescimento das chegadas de turistas.

Os turistas que chegam a Portugal apresentam perfis diferenciados, com incidências regionais claramente discrepantes. A região do Algarve apresenta a maior incidência de turistas de massa e Lisboa a maior incidência de turistas com algum carácter de erudição. Por outro lado, os turistas com perfil mais qualificado, dirigem-se cada vez mais para áreas onde se dispõe de melhores condições de conforto ambiental e melhores serviços e equipamentos de acolhimento, jogando papel relevante o turismo em espaço rural, o turismo de golfe e

algumas outras formas mais caras de turismo. Saliente-se ainda que os turistas com interesses no ambiente sentiram um crescimento significativo nos últimos anos, em especial os turistas associados a actividades desportivas, ao montanhismo e à caça.

Meios de recepção e acolhimento

Os meios de recepção de que se dispõe no início dos anos noventa incorporam modalidades melhor correlacionadas com as potencialidades do ambiente e dos recursos naturais das regiões portuguesas, em especial marcando uma grande discrepância entre as tradicionais regiões turísticas com relativa massificação e as áreas que mais recentemente despertaram para o turismo. Os turismos em espaço rural, o golfe, o turismo de natureza e montanha e os turismos activos/desportivos, desenvolveram-se para o interior e obrigaram ao aparecimento de novos meios de acolhimento dos turistas.

Motivações turísticas

A atracção pela praia e pelo mar continua a ser o vector principal de motivação turística para Portugal, mas nos anos oitenta as motivações "verdes" tornaram-se mais fortes do que nunca, sobretudo em associação com os espaços rurais tradicionais. Apesar do país não dispôr de extensas áreas naturais, possui uma grande diversidade de recursos naturais com bom nível de conservação, susceptíveis de suportar múltiplas actividades de lazer, recreio e turismo.

O turismo ambiental tende a ganhar maior significado no próximo futuro, nomeadamente através do desenvolvimento de formas várias de turismo jovem.

Produtos turísticos

Os principais produtos turísticos com relevante ligação ao ambiente que se têm vindo a afirmar na estrutura turística portuguesa, são

sobretudo as formas já conhecidas de turismo de praia e mar, agora associadas a um interessante retomar da talassoterapia. O turismo de saúde e repouso tem-se desenvolvido, em especial associado ao desenvolvimento do turismo em espaço rural e ao relativo rejuvenescimento do termalismo. No domínio das actividades turísticas activas/desportivas, tem-se assistido a uma larga dinâmica de crescimento, podendo destacar-se a canoagem, a vela, o surf, o windsurf, etc. As formas de turismo ligadas a áreas naturais com elevado interesse patrimonial e paisagístico também sentiram incremento nos anos oitenta, em especial nos domínios da observação de aves e plantas, na caminhada/circuito em montanha, etc. Refira-se ainda que o turismo itinerante e os cruzeiros turísticos têm vindo a valorizar cada vez mais as potencialidades ambientais portuguesas, indo ao encontro de uma procura mais exigente nas ligações ao ambiente.

Na figura 2 apresentamos um esboço das incidências regionais potenciais dos principais produtos turísticos relacionados com ambiente e os recursos naturais em Portugal, até ao final do século. Trata-se de referencial para reflexão e não de uma matriz com conteúdo sedimentado.

Do ambiente imaginado ao ambiente consumido:

limiares de racionalidade e atractividade turística

A eficácia na gestão dos recursos disponíveis, designadamente dos ambientais, decorre da coerência da relação estabelecida entre a "imagem do espaço imaginado" (que o turista constrói no seu imaginário antes de visitar Portugal) e a "imagem do espaço consumido" (imagem gerada após a realização da visita a Portugal). O esforço promocional recente tem sido significativo no sentido de conseguir uma imagem de conjunto ou "pano de fundo" do destino turístico PORTUGAL, em simultâneo com um claro esforço de diversificação de oferta. Todavia, em alguns domínios a imagem criada nem sempre está em correcta consonância com as potencialidades reais

que o território apresenta para alguns produtos. Este menor índice de eficácia que parece poder identificar-se é sobretudo notado na promoção interna do turismo português.

A imagem dos destinos turísticos portugueses explora cada vez mais componentes com carácter ambiental, não apenas no litoral mas também no interior, contudo nas áreas onde o turismo exerce maior pressão sobre os recursos, como é o caso do Algarve, deveria dar-se mais atenção a capacidades de carga e a níveis de racionalidade na gestão das imagens imaginadas e consumidas do destino turístico.

3. PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES TURISMO-AMBIENTE NAS REGIÕES PORTUGUESAS ATÉ AO FINAL DO SÉCULO

As perspectivas de desenvolvimento dos turismos com incidência ambiental em Portugal, são animadoras e em simultâneo preocupantes. Animadoras porque permitirão continuar a diversificação da oferta regional de produtos turísticos e especialmente nos interiores, onde o turismo pode desempenhar papéis importantes na revitalização económica e social. Preocupantes porque as experiências do passado mostram um grande afastamento das dinâmicas turísticas implantadas de qualquer modelo coerente de relação com o ambiente, tendo surgido e existindo ainda inúmeros problemas de solução complexa e onerosa.

As políticas recentes no domínio do turismo e no domínio do ambiente e recursos naturais apontam para a geração de um quadro alargado de estruturas regulamentares, orientadoras das acções no tempo e no território. No domínio do planeamento turístico, julgo estar o principal estrangulamento dos próximos anos, em particular nas regiões e locais onde recentemente se desenvolveram várias formas de turismo relacionado com aproveitamento de património ambiental e paisagístico.

FIGURA 1

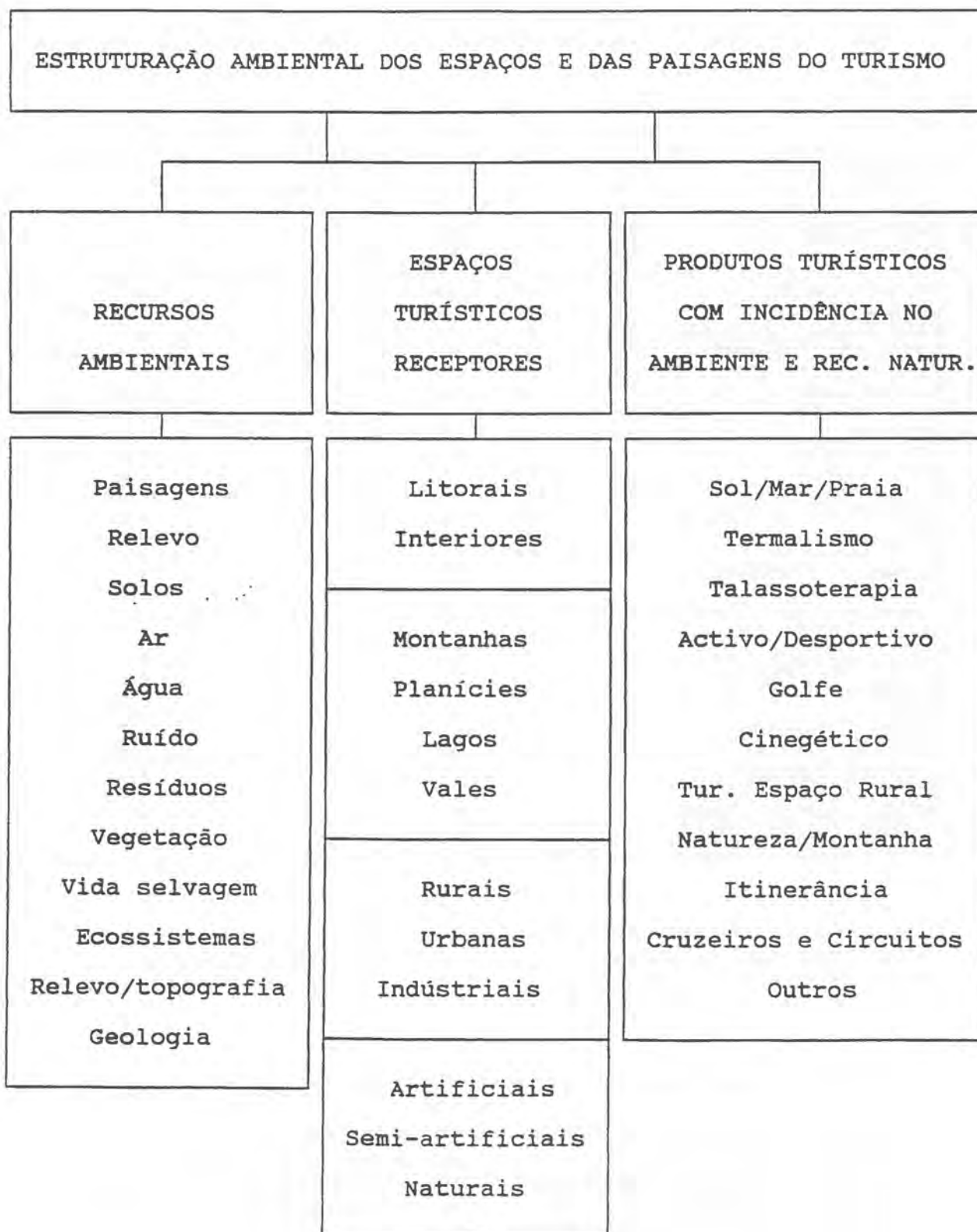


FIGURA 2

VALORIZAÇÃO QUALITATIVA REGIONAL
DOS PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COM INCIDÊNCIA AMBIENTAL
QUE APRESENTAM POTENCIAL DE FUTURO EM PORTUGAL CONTINENTAL

NUTE III	SMP	SAU	ITI	GOL	DES	CRU	TER	CIN	NAT
Grande Lisboa	***		***	***	***	***	*	*	*
Algarve	***	**	***	***	***	**	*	*	*
Grande Porto	***	*	***	**	***	**	*		
Baixo Mondego	***	*	***	*	**	*	*		*
Oeste	***	**	*	**	*		*	*	
Baixo Vouga	**	***	**	**	*	*	*		
Cavado	**	***	**	*	*		**	*	***
Península Setúbal	**	*	**	**	**	*	*	**	**
Alentejo Litoral	**		*	*	*			**	
Pinhal Litoral	**	**	**	*	*				**
Minho-Lima	*	**	**	*			***	*	***
Médio Tejo			**		*	*	**	**	*
Dão Lafões		***	**				**		
Alto Trás-os-Mont		***	*	*	*		**	**	**
Ave		**	*				**		
Alto Alentejo		**	*				*	**	*
Alentejo Central			**				*	**	
Tâmega		**	*		*	*	**		*
Beira Inter. Sul		**	*				*	**	
Beira Interi. Nor			*				*	**	*
Serra da Estrela			*		*		*		***
Lezíria do Tejo			*		*	*	**	**	
Douro			*		*	*	**		*
Baixo Alentejo			*				*	**	
Cova da Beira			*				*		*
Entre Douro/Vouga			*				*		
Pinhal Inter. Nor			*				*		
Pinhal Inter. Sul			*				*		

Níveis de valorização regional
dos produtos turísticos
com incidência ambiental

* - razoável valorização
** - forte valorização
*** - muito forte valorização

PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COM INCIDÊNCIA AMBIENTAL

SMP - SOL, MAR E PRAIA
TER - ESPAÇO RURAL
DES - ACTIVO/DESPORTIVO
ITI - ITINERANTE
NAT - NATUREZA/MONTANHA
GOL - GOLFE
SAU - SAÚDE E REPOUSO
CIN - CINEGÉTICO
CRU - CRUZEIROS E CIRCUITOS

(Adaptado de SIRGADO, J. R., 1993)

BIBLIOGRAFIA

- BONIFACE, B. G. and COOPER, C. P. (1987, 5ª ed. 1993) - *The Geography of Travel & Tourism*. Butterworth-Heinemann, Oxford.
- CAVACO, C. (1991) - *Turismo não litoral em Portugal. Diversidade, expressão espacial e incidências no desenvolvimento regional e local*. Lisboa, 33 p.
- (1993) - "Da integração na PAC ao turismo cinegético". *Inforgeo - Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos (Nº6)*; Lisboa, pp. 37-53.
- CEDRU/TRGUE (Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano/Tourism Research Group University of Exeter) (1993) - *Handbook of Assessment Methods for Examining Community and Interest Group Attitudes to Tourism-Environment Relationships: Design, Testing and Evaluation in comparative case studies of the Baixo Mondego (Portugal) and South West England (U.K.)*. Final Report. Commission of The European Communities.
- CORBIN, A. (1988, 2ª ed. 1989 - Trad. Brasil. Paulo Neves) - *O território do vazio. A praia e o imaginário Ocidental*. Companhia das Letras, S. Paulo.
- COTRIM, J. P. (Coord.)(1993) - *De Planeta nas Mãos no pós ECO 92*. Edições Colibri, Lisboa.
- DELEAGE, J.-P.(1991, ed. port. 1993) - *História da Ecologia. Uma Ciência do Homem e da Natureza*. Publ. Dom Quixote, Lisboa.
- I.N.A. (Instituto Nacional de Administração) (1994) - *Direito do Ambiente*. I.N.A., Lisboa.
- LEWIS, J. R. and WILLIAMS, A. M. (1991) - "Portugal: market segmentation and regional specialization" in A. M. Williams and G. Shaw (eds) *Tourism and Economic Development: Western European Experiences*. London: Belhaven Press.
- LOZATO-GIOTART, J.-P. (1987, 2ª ed. rev. aum.) - *Geographie du Tourisme*. Masson, Paris.
- MICHAUD, J.-L. (1983) - *Le tourisme face à l'environnement*. P.U.F., Paris.
- MILL, R. C. and MORRISON, A. M. (1992) - *The Tourism System: An Introductory Text*. Prentice-Hall, London.
- MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO (1991) - *Livro Branco do Turismo*. S.E.T., Lisboa.

- (1992) - Turismo: Estartégia Para os Anos Noventa. M.C.T., Lisboa.
- PARTIDÁRIO, M. R. (1993) - "A integração da componente ambiental no processo de planeamento". Sociedade e Território (Nº18), Lisboa.
- PEARCE, D. G. (1981, 2ª ed. rev. aum.) - Tourist Development. Longman Scientific & Technical, Essex.
- PINA, P. (1987) - Portugal. O turismo no século XX. Lucidus, Lisboa.
- SIMÕES, J. M. (1993) - "Um olhar sobre o turismo e o desenvolvimento regional". Inforgeo - Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos, (Nº6), Lisboa.
- SIRGADO, J. R. (1990) - Turismo e Desenvolvimento Local e Regional. O caso do Concelho de Lagos na Região do Algarve e no País. Dissertação de Mestrado. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- (1991) - "Turismo no Portugal Contemporâneo". In Enciclopédia Portugal Moderno. Vol. Geografia. Pomo Editores, Lisboa.
- (1993) - "Turismos nas Regiões Portuguesas. Contributo para a modelação de um cenário de desenvolvimento e inovação para o final do século." Inforgeo - Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos (Nº6), Lisboa.
- SMITH, S. L. J. (1989, 3ª ed. 1993) - Tourism Analysis: A Handbook. Longman Scientific & Technical, Essex.
- THOMAS, K. (1983, ed. brasil. 1988) - O Homem eo Mundo Natural. Companhia das Letras, São Paulo.
- WALL, G. and MATHIESON, A. (1982) - Tourism: economic, physical and social impacts. Longman S. T., London and New York.
- W.T.O. (1990, 1991) - Tourism to the year 2000. Qualitative aspects affecting global growth (2 Reports); W.T.O., Madrid.
- YEARLEY, S. (1991, ed. port. 1992) - A Causa Verde. Uma Sociologia das Questões Ecológicas. Celta Editora, Oeiras.

9. Da Quinta de Quarteira à Vila Moura

Carmina Cavaco

A Quinta de Quarteira é uma propriedade muito antiga, situada no Algarve Litoral, junto dos limites comuns dos concelhos de Loulé e Albufeira. Fez parte do Morgado de Quarteira e foi pertença do Marquês de Loulé, que possuía inclusivamente o terreno da praia onde foram instaladas as cabanas dos pescadores que estão na origem do primitivo aglomerado de Quarteira.

D. João I mandou fazer nesta Quinta os primeiros ensaios de plantação de cana de açúcar: os resultados conseguidos fizeram eleger-la como elemento de colonização agrícola mercantil da Madeira, S. Tomé e Brasil. Na verdade, foi aquele monarca que cedeu em 1413 o realengo (reguengo) de Quarteira, reservado para a Coroa em 1266 por D. Afonso III, ao fidalgo Gonçalo Nuno Barreto.

Nos princípios deste século a Quinta pertencia à família Santos Lima, que a vendeu em 1929 à Casa Júdice Fialho, e esta, em 1965, à **Lusotur**, Sociedade Financeira de Turismo SARL (capital americano e do Banco Português do Atlântico).

Esta evolução foi comum a outras grandes propriedades do Algarve: reguengos, cedência dos mesmos à nobreza, venda a uma nova burguesia endinheirada, que por sua vez os vendem nos anos 60 a grandes sociedades de desenvolvimento turístico.

No caso da Quinta de Quarteira, a transferência burguesa representou a aplicação de capital ganho na pesca e nas conservas de sardinha: Júdice Fialho era o grande fabricante e exportador nacional de conservas de peixe (fábricas em Faro, Lagoa, Portimão, Sines, Peniche e Matosinhos), e um dos principais armadores de pesca da sardinha, com prolongamentos industriais a montante (estaleiros navais) e a jusante (adubos), em Portimão. A aquisição de muitas propriedades agrícolas fez dele o maior proprietário fundiário da província (Morgado do Reguengo, 1900 ha, vendida à TORRALTA; Coutada 1330 ha, etc) e um grande exportador de frutas e produtos hortícolas.

A Quinta de Quarteira, estendia-se por 1565 ha e localizava-se no centro do Algarve Litoral, sob um clima marcadamente mediterrâneo, de chuvas escassas (menos de 400 mm/ano) mas com forte humidade relativa do ar e frequentes brisas do mar. Ocupava uma vasta zona baixa (4-7 m), de planície aluvial antiga e moderna, construída pela ribeira de Quarteira.

Estas várzeas alargavam-se bastante no sector jusante, e aí foram importantes os condicionamentos das cheias e os problemas de drenagem: vastos sapais e águas

estagnadas, onde proliferavam mosquitos portadores do agente do sezonismo, que ameaçava as populações mais próximas, das encostas dos primeiros alinhamentos de colinas e montes do Barrocal.

Esta situação de paludismo agravou-se quando foi introduzida a cultura tradicional do arroz, no princípio deste século. Dizia-se então:

Quem ir ao Céu queira
Vá primeiro a Aljezur
E às bandas de Quarteira

A Quinta de Quarteira estendia-se ainda por cascalhos continentais do Plioceno superior e áreas arenosas, pouco férteis. Silva Lopes (1841) fala de terras mal amanhadas, de deserto humano (grande propriedade indivisível; risco de paludismo; ausência de horizonte e do efeito refrescante das nortadas estivais), mas refere também maravilhosas produções de cereais, milho e legumes, excelentes melões e melâncias, extenso pinhal e retalhos de canavial.

Mudanças no traçado do litoral explicam a presença de ruínas de uma antiga vila romana, servida por navegação costeira e fluvial. A fixação do leito, que mudava com as grandes cheias, o seu novo traçado rectilíneo e a abertura de numerosas valas hierarquizadas permitiram converter grande parte do sapal em campo de cereais e horta e alargar a época de cultivo ao Inverno. As obras foram promovidas pelas câmaras de Loulé e Albufeira e pelo proprietário da Quinta.

Em 1927, esta compreendia 518,3 ha de pinhal (pinheiro manso), 15,5 ha de eucaliptal, 25,3 ha de montado de sobreiro, a par de 286,9 de figueiral, 325,6 ha de terras de culturas aurenses de sequeiro, 342,5 ha de lezírias e regadios ... Além da área florestal, relevava-se, com efeito, a de cultura aurense não regada e a regada.

A exploração agrícola teve desde cedo orientação capitalista. A cultura do arroz atraía jornaleiros dos arredores e ranchos migratórios da Beira Serra; preparação da terra, repicagem, monda e ceifa. Alguns trabalhadores permanentes e muitos outros ocasionais ocupavam-se dos cultivos e das colheitas, nomeadamente a do figo (apanha e secagem, nas esteiras de cana e nos tabuleiros).

Com a passagem para a Casa Júdice Fialho mantiveram-se os elementos dominantes dos sistemas de produção e introduziram-se ou valorizaram-se outros (intensivos em trabalho, de cultivo, de colheita e/ou de secagem), nomeadamente o olival, o tomate e o pimento, básicos na indústria de conservas de peixe: a parte da produção não temporã era absorvida pelas suas fábricas de calda de tomate (local) e de colorau (Portimão).

A forma de exploração tornou-se mista: o proprietário assumia a exploração das

plantações (figueiral, olival, vinha e pinhal) e parte das sementeiras de trigo e milho, precocemente mecanizadas (tratores, ceifeiras, debulhadoras, moto-bombas, rega por aspersão). Os sistemas de cultivo mais intensivos e diversificados ocupavam, porém, as várzeas, tradicionalmente fragmentadas em pequenas courelas de menos de 1 ha (*quartos*) arrendadas por períodos no máximo de dez anos e por valores constantes e tomados irrisórios com o passar dos anos (4 réis em 1960), mas com renovação habitual dos contratos e passagem de pais a filhos e netos.

Mesmo no Verão, o nível freático está próximo da superfície, o que possibilita a rega sem grandes investimentos: das valas e das poças elevava-se a água, relativamente salobra nas partes mais baixas e apenas a 2-3 metros, com cegonhas (picotas) e regadores (cabaços) e depois também com noras e pequenas motores-bomba. Trabalho moroso, mas de conta-própria e sem preço, na falta de oportunidades de uma maior valorização, fora da pequena economia camponesa.

Gente pobre, predominantemente jornaleira agrícola sazonal, assentava nestes *quartos* a sua economia de autoconsumo: trigo de Outono ou de Primavera (ciclo curto: tremês), favas e depois milho, feijão, tomate, batata-doce e repolho, diversificando e equilibrando a dieta alimentar sem gastos monetários. Trabalhavam pais e filhos, os próprios rapazitos ajudavam-nos, em particular no encaminhar da água para as leiras e na apanha da fava e da batata-doce. Os subprodutos destas colheitas eram valorizados pela criação doméstica, nomeadamente, o porco, os coelhos e as galinhas. O burro ajudava nos carretos e aqui e além nas lavouras, embora predominassem as cavas a enxada.

A valorização do cultivo de tomate e pimento como culturas industriais alargou as áreas cedidas por arrendamento, intensificou o interesse do proprietário pela rega das mesmas (moto-bombas e venda de água) e no sucesso dos cultivos, para o que também assegurava as plantas a transplantar: em troca comprava a produção, mas sem exclusividade e após descida dos preços temporais, ou seja, em época de plena produção ou no final da temporada.

A pequena economia camponesa sustentada em termos de terra e de jornas pela Quinta de Quarteira gerou dependências mas também sentimentos de unidade entre terra e trabalho: os rendeiros trabalham os *quartos* como se a terra fosse sua e não se poupavam a sacrifícios, regando de madrugada ou em noites luarentas. Além disso, com a tabúia e o juncó que cresciam nas valas fabricavam cadeiras e outros objectos de uso doméstico e agrícola, e com as canas preparavam as esteiras para o figo e renovavam os telhados das casas.

Não surpreende, assim, que se tenham manifestado contra a perspectiva de reintrodução da cultura do arroz (retorno das correspondentes terras à conta própria), mesmo se em moldes modernos e sem riscos de paludismo, muito embora a maior abertura ao exterior tivesse já então multiplicado as saídas para os empregos distantes

nos transportes e nos serviços oficiais e para a própria emigração. Esta diminuição da pressão sobre a terra agrícola verificava-se ao mesmo tempo que o turismo começava a diversificar e valorizar localmente o mercado de trabalho, as produções hortícolas e frutícolas algarvias alcançavam preços sempre animadores e a nova tecnologia possibilitava a criação de pequenas hortas nos terrenos calcários e pedregosos após importantes despedregas mecânicas e abertura de furos a profundidades consideráveis, de centenas de metros, de modo a explorar os principais aquíferos do carso.

A passagem de exploração agrícola a turística não anulou de imediato aquela actividade. É certo que os *quartos* foram extintos, que a fábrica de tomate encerrou, que esta cultura e a do pimento se extinguíram, acompanhando a crise do sector conserveiro e o fechar de muitas fábricas, que o figueiral e o olival foram sendo progressivamente abandonados, até à recusa dos gastos na própria colheita, tanto mais que a mão de obra escasseara e as jornas foram multiplicadas, processo não invertido com a fixação de algumas dezenas de famílias retornadas das ex-colónias num novo aglomerado periférico, de casas cedidas por noruegueses.

A conversão dos usos do solo de agrícola a urbano e de recreio, começou e avançou a leste, pelo pinhal, deixando as várzeas e as terras mais férteis de oeste, onde se situava o assento de lavoura: aqui apenas foi instalada uma pequena estalagem de qualidade e criada a escola de equitação. A actividade agrícola foi aliás reconhecida como fundamental no modelo de exploração preconizado para a Quinta pela nova empresa proprietária, que apenas procurou adaptá-la à vocação já tradicional dos terrenos arenosos de beira-mar algarvia, para a produção de primores hortícolas e frutícolas, e às perspectivas do mercado regional, carente quanto a abastecimento de leite em natureza. Assim se instalaram modernas estufas, de armação metálica, se experimentaram técnicas e se adquiriu um efectivo bovino leiteiro de raça apurada, cuidado segundo os melhores modelos conhecidos, que passou a ser o grande fornecedor da cooperativa leiteira da área: parte das terras de sementeira cederam por isso o seu lugar a prados e pastos regados. Mas pouco a pouco a urbanização turística estendeu as suas sombras a quase toda a área: pista de aviação, campos de golfe e equipamentos complementares, estradas e ruas, parqueamentos, jardins, espaços verdes, lagos e marinas ...

O espaço agrícola não resiste, no geral, à pressão dos interesses e lucros em jogo, quando enfrenta alternativas de usos de lazer e vai progressivamente recuando e metamorfozando-se, mesmo se numa primeira fase apenas por abandono dos cuidados culturais, que é invariavelmente seguido pela substituição de cultivos alimentares por cultivos para o recreio, nomeadamente nos jardins e nos relvados dos campos de golfe. Uma vez mais, a integração do desenvolvimento turístico com o agrícola foi mera utopia, à complementaridade tendeu a suceder o antagonismo e a incompatibilidade.

Esta constatação é comum no quadro de forte fragmentação fundiária e de urbanização turística em vivendas repartidas ao acaso das vendas de parcelas, mais ou menos espontânea e anarquicamente, mas não é menos válida no de grandes unidades fundiárias e projectos de desenvolvimento de grande dimensão, concebidos em bloco, e na perspectiva de racionalidade, complementaridade, sinergia e maximização das economias de escala. E isto, qualquer que seja o ritmo de implementação do mesmo. Será a legislação respeitante à RAN e à REN capaz de preservar, a médio e a longo prazo, como de utilização agrícola não marginal as áreas assim classificadas e capaz de fazer respeitar o destino que lhe foi atribuído pelo PROTAL e pelos PDM de Loulé e Albufeira?

ÍNDICE

Páginas

1. <u>Turismos de ontem e de hoje: realidades e mitos</u> , Carminda Cavaco.	
1. Férias e viagens: um direito e uma necessidade	1
2. Da massificação e banalização de ambientes e comportamentos turísticos à inovação nos destinos, nas práticas e nos valores	7
2. <u>Turismo social. Uma aproximação ao caso português</u> , Rui Marvanejo	
1. O cenário da mudança.....	14
2. Turismo social ou política social de turismo..	15
3. O turismo social na Europa comunitária	16
4. Uma aproximação ao caso português	18
5. Os equipamentos de turismo social	20
6. As perspectivas do turismo social	22
3. <u>Dinâmicas do turismo e sustentabilidade do desenvolvimento local/regional</u> , José R. Sirgado	
1. Introdução	25

2. Dinâmicas turísticas e revalorização do local	26
2.1. Componentes e atributos das dinâmicas turísticas contemporâneas: o tradicional e o alternativo	26
2.2. "Pensar globalmente" ou a valorização do território na formação e gestão da atractividade turística	29
3. Da (in) sensibilidade pelo turismo alternativo à (in) sustentabilidade do desenvolvimento local	31
4. Conclusões	35
<u>4. Reestruturação produtiva, oferta de serviços de turismo e lazer e impactos no desenvolvimento local - O caso de S. Pedro do Sul, Teresa Alves e J. M. Simões</u>	40
1. Reestruturação produtivas e diversificação da oferta de serviços de turismo e lazer	41
2. Os contributos da política municipal para as novas apostas no turismo e lazer e a melhoria das condições de vida dos residentes.....	49
3. Impactos no desenvolvimento local	50
4. Nota final	53
<u>5. Turismo, património e cidade: da revitalização urbana ao risco de manipulação das paisagens, Eduardo B. Henriques</u>	54
1. O florescimento das indústrias da cultura e o fascínio pelo património	54
2. O património e a turistificação da cidade ...	58
<u>6. Folclore, turismo e identidade local no Ribatejo Norte, José R. Sirgado</u>	66
1. Abertura	66

2. Folclore e turismo: uma encruzilhada de imaginários colectivos contemporâneos	67
2.1. O folclore: mosaico de manifestações plurais de sociabilidade, produção e imaginários culturais	67
2.2. O turismo: um poliedro de relações, da descoberta ao consumo das tradições culturais	71
3. Cultura tradicional e identidade territorial	73
3.1. Territorialidade humana e criatividade cultural	73
3.2. Turismo e revitalização das culturas tradicionais, na óptica de uma nova ruralidade	74
4. Folclore e turismo em Portugal: traços temporais de uma articulação ideológica e económica	75
5. Folclore, turismo e pluralidades territoriais no Ribatejo Norte	76
6. Remate	80
7. <u>Turismo e Ambiente Reflexões gerais</u> , Carminda Cavaco	81
8. <u>Turismo e ambiente em Portugal. Tendências e perspectivas</u> . Uma breve introdução, José R. Sirgado ...	86
1. Turismo e ambiente: uma multitude de relações dinâmicas	86
1.1. A longa e descontínua caminhada na construção do pensamento ecológico	86
1.2. A emergência do imaginário ecológico no turismo contemporâneo	90
1.3. O espectro das relações entre turismo e ambiente na actualidade	90
2. Tendências no turismo com incidência ambiental em Portugal	91

- Perfil geral dos turistas	91
- Meios de recepção e acolhimento	92
- Motivações turísticas	92
- Produtos turísticos	92
- Do ambiente imaginado ao ambiente consumido: limiares de racionalidade e atractividade turística	93
3. Perspectivas das relações turismo-ambiente nas regiões portuguesas até ao final do século	94
9. <u>Da Quinta de Quarteira a Vila Moura,</u> Carminda Cavaco	99